

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA - UNIARA

SALETE APARECIDA ROSSINI LARA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA NO
MUNICÍPIO DE BAURU: UM ESTUDO SOBRE A AÇÃO E A
DESARTICULAÇÃO DO ESTADO E DA SOCIEDADE CIVIL**

**ARARAQUARA - SP
ABRIL/2007**

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA - UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E MEIO AMBIENTE

Área de concentração: Dinâmica Regional e Alternativas de Sustentabilidade

POLÍTICAS PÚBLICAS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA NO
MUNICÍPIO DE BAURU: UM ESTUDO SOBRE A AÇÃO E A
DESARTICULAÇÃO DO ESTADO E DA SOCIEDADE CIVIL

Orientador: Prof. Dr. Zildo Gallo

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Desenvolvimento

Saete Aparecida Rossini Lara

Araraquara - SP
Abril/2007

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA - UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E MEIO AMBIENTE

POLÍTICAS PÚBLICAS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA NO
MUNICÍPIO DE BAURU: UM ESTUDO SOBRE A AÇÃO E A
DESARTICULAÇÃO DO ESTADO E DA SOCIEDADE CIVIL

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara, da UNIARA, para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, sob orientação do Prof. Dr. Zildo Gallo.

Araraquara - SP
Abril/2007

L328p Lara, Salete Aparecida Rossini
Políticas públicas de geração de trabalho e renda no município de Bauru:
um estudo sobre a ação e a desarticulação do estado e da sociedade civil /
Salete Aparecida Rossini Lara. - Araraquara: Centro Universitário de
Araraquara, 2007.
165 f.

Dissertação (Mestrado) - Centro Universitário de Araraquara-UNIARA

Área de concentração: Dinâmica Regional e Alternativas de
Sustentabilidade

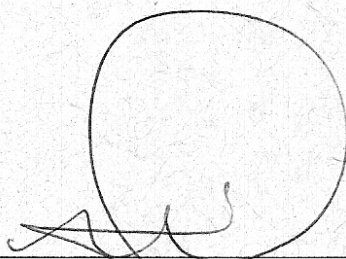
Orientador: Prof. Dr. Zildo Gallo

1. Ação-Sociedade civil. 2. Articulação-Estado. 3. Inclusão-Sociedade
civil. I. Título.

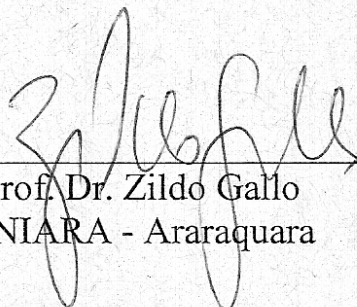
BANCA DE DEFESA



Prof. Dr. Sérgio Augusto Lunardelli Furchi
ITE – Bauru



Prof. Dr. Marcus César Avezum Alves de Castro
UNIARA - Araraquara



Prof. Dr. Zildo Gallo
UNIARA - Araraquara

**DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E MEIO AMBIENTE**

Candidato(a) : Salete Aparecida Rossini Lara

Área de Concentração: **Dinâmica Regional e Alternativas de
Sustentabilidade**

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Desenvolvimento

Examinadores	CONCEITO
Prof. Dr. Zildo Gallo (Orientador[a])	APROVADA
Prof. Dr. Sérgio Augusto Lunardelli Furchi	APROVADA
Prof. Dr. Marcus César Avezum Alves de Castro	APROVADA

Observações:

Araraquara, 13 de abril de 2007


Prof. Dr. Zildo Gallo
Presidente

À Deus, que me trouxe à vida.

Aos meus pais, pela criação e experiência vivenciada.

Às minhas irmãs pelo incentivo e confiança.

Ao meu cunhado, sobrinhos e sobrinhas pelo incentivo.

Às minhas amadas filhas, pela compreensão e amor durante este meu percurso.

Ao meu amado esposo e alma gêmea, companheiro de todas as horas, pelo amor, carinho, compreensão, conforto nas horas difíceis e, principalmente, pelo incentivo constante em todos os momentos que necessitei.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Dr. Zildo Gallo, pelo prazer e honra de ter sua orientação nesta jornada, seja por suas palavras ou seus ensinamentos.

Ao Centro Universitário de Araraquara, por seu corpo docente que muito contribuiu para minha formação.

À minha família, por todo amor, incentivo e apoio que sempre recebi.

A todos os meus familiares, que sempre estiveram presentes e, de uma forma ou de outra, apoiaram, acreditaram e contribuíram para a realização deste trabalho.

À minha mentora Profa. Dra. Egli Muniz, pela paciência, dedicação e entusiasmo com que participou na elaboração deste trabalho.

É melhor tentar e falhar, que se preocupar e ver a vida passar. É melhor tentar, ainda que em vão, que se sentar fazendo nada até o final. Eu prefiro na chuva caminhar, que em dias tristes em casa me esconder. Prefiro ser feliz, embora louco, que em conformidade viver...

Martin Luther King

RESUMO

Esta dissertação estabeleceu um estudo sobre as ações de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico e social da população, por meio de programas de geração de emprego e renda no município de Bauru - São Paulo.

O objetivo deste trabalho foi debater o papel do Estado e sua interação com os demais organismos da sociedade civil, no incentivo e manutenção da população de baixa renda na organização de grupos comunitários para geração de trabalho e renda, dentro de um contexto de desenvolvimento chamado Economia Solidária, que pode ser considerada como uma diversidade de experiências, positivas e negativas, onde os indivíduos se associam para produzir e gerar qualidade de vida econômica e social, serem reconhecidos como cidadãos com seus direitos e deveres.

Este trabalho abordou, de um lado, a revisão dos estudos sobre a promoção da sociedade civil organizada, partindo das ações dos movimentos populares e sua autonomia perante o Estado e que, atualmente, discutem o papel dos atores externos, inclusive o Estado, na organização destes movimentos e a articulação com o poder público para alcançar os objetivos previamente estipulados. De outro, por meio de entrevistas aos atores envolvidos com ações para alcançar o desenvolvimento local, foram estudados seus projetos com base em experiências de organização das comunidades locais, o que vem ganhando força a partir da visualização do aumento da pobreza e da exclusão econômica e social.

Concluiu-se que vários setores considerados importantes no município e, seus representantes, pouco conhecem ou ignoram os programas de geração de trabalho e de renda tendo como enfoque a Economia Solidária. Portanto, detectou-se um grande gargalo no que tange as ações para um crescimento econômico em Bauru.

Palavras-chave: Ação. Articulação. Inclusão.

ABSTRACT

This dissertation establishes a study about the actions of public politics related to the economical and social development of the population, through programs of job generation and income in the city of Bauru - São Paulo.

The objective of this work was to debate the paper of the State and its interaction with other organisms of the civil society, in the incentive and maintenance of the population of low income in the organization of community groups for work generation and income, inside of a context of development called Solidary Economy, that can be considered as a diversity of experiences, positive and negative, where the individuals associate to produce and to generate quality of economical and social life, to be recognized as citizens with their rights and duties.

This work approaches, on a side, the revision of studies about the promotion of the organized civil society, from the actions of the popular movements and its autonomy in the State and, now, they discuss the external actors' paper, besides the State, in the organization of these movements and the articulation with the public power to reach the objectives previously stipulated. On the other side, through interviews to the actors involved with actions to reach the local development, their projects were studied based in experiences of the local communities' organization, and its getting more power from the visualization of the increase of the poverty and of the economical and social exclusion.

The conclusion is that several sections considered important in the municipal district and, their representatives, they know just a little or they ignore the programs of work generation and income with focus on the Solidary Economy. Therefore, a great space for the actions for an economical growth in Bauru was detected.

Keywords: Action. Joint. Inclusion.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - EES que realizam produção agroecológica	48
Figura 2 - EES que realizam tratamento ou reaproveitamento de resíduos	48
Figura 3 - Brasão de Bauru	66
Figura 4 - Bandeira de Bauru	66
Figura 5 - Localização do Município de Bauru no Estado de São Paulo	67
Figura 6 - O município de Bauru – Vista do Satélite	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Empreendimentos solidários distribuídos por região no Brasil	38
Tabela 2 - Dados Econômicos de Bauru – Trabalho Formal	71
Tabela 3 - Culturas Expressivas em Bauru – 2005	76
Tabela 4 - Categorias das Propriedades Rurais – Bauru – 2005	78

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	- Empreendimentos segundo forma de organização no Brasil	38
Gráfico 2	- Empreendimentos segundo forma de organização no Sudeste do Brasil .	39
Gráfico 3	- Empreendimentos solidários no Brasil	40
Gráfico 4	- Motivos para criação dos EES no Brasil	41
Gráfico 5	- Área de atuação dos EES no Brasil	42
Gráfico 6	- Área de atuação dos EES na região Sudeste	42
Gráfico 7	- Distribuição dos produtos por tipo de atividades no Brasil	43
Gráfico 8	- Distribuição % dos EES por faixas de remuneração – Brasil e Regiões .	44
Gráfico 9	- Formas de participação dos sócios – Brasil	45
Gráfico 10	- Dificuldades dos EES por região	46
Gráfico 11	- Compromisso e participação social dos EES – Brasil e regiões	47
Gráfico 12	- Entidades de apoio e fomento dos EES por região	49
Gráfico 13	- Abrangência e atuação das EAFs à Economia Solidária	50
Gráfico 14	- Natureza jurídica das EAFs	50
Gráfico 15	- Vínculos sociais e políticos das EAFs	51
Gráfico 16	- Tipos de Atuação das EAFs	51
Gráfico 17	- Evolução populacional no município de Bauru	68
Gráfico 18	- População por faixa etária no município de Bauru – 2005	69
Gráfico 19	- Produto Interno Bruto a preços de mercado (R\$)	70
Gráfico 20	- Número de estudantes matriculados no ensino superior em Bauru	80

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Lista de Ações Sociais da Sebes no Município de Bauru	105
---	------------

LISTA DE SIGLAS

- ACIB** – Associação Comercial e Industrial de Bauru
- ANTEAG** – Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária
- BNDES** – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CEESUB** – Centro Estadual Educacional Supletivo de Bauru “Tancredo Neves”
- CEF** – Caixa Econômica Federal
- CIESP** – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
- CIET** – Centro de Informação e Educação para o Trabalho
- CNBB** – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
- COMUDE** – Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência de Bauru
- COOPESB** – Cooperativa Social de Trabalhadores Especiais de Bauru
- COOTRAMAT** – Cooperativa dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis de Bauru
- CRAS** – Centro de Referência de Assistência Social
- CRESOL** – Sistema de Cooperativas de Crédito com Interação Solidária
- DEPAR** – Departamento de Ação Regional
- DIEESE** – Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos
- EAF** – Entidade de Apoio e Fomento aos Empreendimentos Econômicos Solidários
- EES** – Empreendimentos Econômicos Solidários
- FAESP** – Federação da Agricultura do Estado de São Paulo
- FAPESP** – Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
- FAT** – Fundo de Amparo ao Trabalhador
- FBES** – Fórum Brasileiro de Economia Solidária
- FIESP** – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
- FPM** – Fundo de Participação dos Municípios
- FUNDATO** – Fundação Toledo
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICMS** – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
- IMPO** – Instituições de Microcrédito Produtivo
- INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- INEP** – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

INSS – Instituto Nacional de Previdência Social

ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

ITE – Instituição Toledo de Ensino

JUCESP – Junta Comercial de São Paulo

MST – Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NAF – Núcleo de Apoio Sócio Familiar

NMS – Novos Movimentos Sociais

OCB – Organização Cooperativa Brasileira

ONG – Organização Não Governamental

OSCIP – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

PACs – Projetos Alternativos Comunitários

PEA – População Economicamente Ativa

PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Orientado

PPP – Parceria Público Privada

PRONINC – Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares

SAGRA – Secretaria Municipal e Agricultura e Abastecimento

SCM – Sociedade de Crédito ao Microempreendedor

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas

SECEX – Secretaria de Comércio Exterior

SEMEL – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Bauru

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

SERT – Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho

SIES – Sistema Informações da Economia Solidária

SM – Salário-mínimo

SPC – Serviço de Proteção ao Crédito

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo

UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Bauru

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - AS AÇÕES PÚBLICAS PARA A INCLUSÃO	3
1.1. Ação do Governo como facilitador de uma auto-organização para combater a exclusão econômica e social	3
1.2. Novos enfoques dos movimentos sociais – fim da dependência com o Estado	4
1.3. O desenvolvimento favorecendo a inclusão econômica, política e social das camadas mais pobres da população	7
1.4. Desenvolvimento alternativo como forma de uma inclusão justa por meio de políticas públicas de economia solidária e seus programas	15
CAPÍTULO 2 - O ESTADO E A SOCIEDADE CIVIL: INTERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO.....	17
2.1. A cooperação entre o Estado e a sociedade objetivando o desenvolvimento	17
2.2. Governos com eficiência resultam em população com cidadania	18
2.3. Estado como agente externo para o fomento ao desenvolvimento alternativo	19
2.4. Ações governamentais e da sociedade-civil viabilizando o desenvolvimento Local	21
CAPÍTULO 3 - AÇÕES EFETIVAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	29
3.1. Projetos de Economia Solidária	29
3.2. Autogestão	30
3.3. A gestão coletiva dos meios de produção	32
3.4. Economia solidária no Brasil	34
3.5. Mapeamento da Economia Solidária e da Autogestão no Brasil	36
3.6. Economia Solidária e o Estado	52
3.7 O Estado e a Construção de uma Política Participativa de Microcrédito	57
3.7.1. Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT	58
3.7.2. Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER	60
3.7.3. Banco do Povo	62
CAPÍTULO 4 - RESULTADOS.....	66
4.1. O Município de Bauru – Breve Histórico	66
4.2. Informações Gerais sobre o Município de Bauru	67
4.2.1. Indústria	72
4.2.2. Comércio	74
4.2.3. Agricultura	76
4.2.4. O Ensino Superior e suas ações com foco em Economia Solidária	80
4.3. Ações em Economia Solidária e Cooperativismo em Bauru	89
4.3.1. Incubadora SEBRAE/CIESP/FIESP	89
4.3.2. Fundação Toledo – Fundato	92
4.3.3. Cooperativa Social de Trabalhadores Especiais de Bauru – COOPESP	96
4.3.4. Secretaria Municipal do Bem-Estar Social – SEBES	99
4.3.4.1. CRAS Parque Real	105

4.3.4.2. CRAS Jardim Ferraz	107
4.3.4.3. CRAS Parque Jaraguá	108
4.3.4.4. CRAS Nova Bauru	108
4.3.4.5. CRAS Ferradura Mirim	109
4.3.5. Cooperativa dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis de Bauru – COOTRAMAT	110
4.4. Ações em Economia Solidária e o Microcrédito em Bauru	111
4.4.1. Banco do Povo Paulista no Município de Bauru	112
4.5. Ações em Economia Solidária e a Informalidade em Bauru	114
CONCLUSÃO	118
REFERÊNCIAS	121
ANEXOS	130

INTRODUÇÃO

O pressuposto de que a formação de vínculos de cooperação e organização entre vários atores da sociedade possa viabilizar a melhora na qualidade de vida de populações carentes tem obtido força entre teóricos e atores políticos, privados e sociedade civil. Uma parcela deles discute que o Estado tem atuado contra a possibilidade de organizações autônomas surgirem em comunidades de baixa renda, mas exemplos atuais demonstram que agentes governamentais também podem incentivar e apoiar estas comunidades para que se auto-organizem, o que pode ser definitivo para que se desenvolvam social e economicamente.

Esta dissertação pretende estabelecer uma análise teórica e histórica na qual se insere o Município de Bauru, na questão da ação e inter-relação de todos os atores municipais, como o Estado em parceria com setores organizados da sociedade civil, estimulando a organização coletiva das parcelas mais pobres e menos organizadas da população, com o intuito de viabilizar seu desenvolvimento.

A idéia de ações e inter-relações públicas e privadas com foco nos conceitos de Economia Solidária e seus Programas de Geração de Trabalho e de Renda, é uma constante em universidades e sociedade civil, onde pequenos e médios empreendedores recebem apoio e capacitação, em diversos aspectos, para desenvolverem seus próprios negócios. Essas ações e inter-relações visam oferecer assessoria técnica a grupos de pessoas que desejam formar uma sociedade, seja ela cooperativista ou associativista, mas o acompanhamento deve, também, recair sobre a organização e educação da autogestão, no coletivo e na igualdade. O objetivo é ajudar grupos a formar e administrar, sozinhos, seus próprios negócios.

Os programas de Geração de Trabalho e de Renda com foco em Economia Solidária, foram criados para atenderem principalmente a população de baixa renda e que se encontram à margem do mercado de trabalho formal ou em risco de sair dele.

O principal objetivo é verificar e analisar as condições nas quais se torna possível as ações e inter-relações, no Município de Bauru, de todos os atores da sociedade, para a viabilização e implantação de políticas públicas como alternativa de geração de trabalho e de renda. Trata-se de entender como o Estado, o setor privado e a sociedade civil interagem

essas políticas públicas que foram desenvolvidas à luz das experiências históricas. Esta dissertação discute a teoria e a prática, exercidas no Município, sobre formas de inclusão impulsionadas pelas políticas públicas de desenvolvimento local, tendo como base experiências de organizações da sociedade civil.

A partir da consideração inicial sobre as temáticas, abordar o papel dos atores da sociedade bauruense na questão da inclusão econômica, política e social, por meio do estímulo à organização e formação dos cidadãos.

CAPÍTULO 1 - AS AÇÕES PÚBLICAS PARA A INCLUSÃO

1.1. Ação do Governo como facilitador de uma auto-organização para combater a exclusão econômica e social

Ao longo do tempo tem-se firmado a idéia, entre vários atores da sociedade, de que as cooperativas e as associações poderiam melhorar a qualidade de vida dos indivíduos cujas rendas se situam abaixo do salário-mínimo do país. Contudo, entre esses atores há uma discussão sobre a efetiva participação do Estado no apoio às comunidades mais carentes em relação à implantação e, principalmente, manutenção de cooperativas ou associações, ou seja, de organizações autogestoras.

A idéia da implantação de uma cooperativa se tornaria mais fácil se ocorresse por meio de incubadora de cooperativas, pois as universidades e centros de pesquisa para micro empreendimentos recebem apoio e capacitação em tecnologia, administração, contabilidade, legislação, responsabilidade social e, também, responsabilidade ambiental para desenvolverem seus próprios negócios.

No caso de cooperativas, essa assessoria técnica visa atender parcelas da população que desejam formar um grupo coeso e auto gerido, portanto não se pode esquecer dos aspectos de organização e educação em autogestão coletiva. Isso é fundamental para a cooperativa, pois não há divisão de classes e todos são proprietários do empreendimento.

Os principais objetivos das cooperativas são orientar grupos a formar e administrar sozinhos seus próprios negócios (autogestão); organizá-los para ações democráticas em relação às tomadas de decisões coletivas em assembleias, prestações de contas da cooperativa, transparência de informações, garantia de igualdade dos direitos ao voto e a voz a todos os cooperados.

Existem várias incubadoras de cooperativas espalhadas pelo país, cujo público-alvo são os indivíduos que estão à margem do mercado de trabalho formal ou em vias de entrarem na informalidade. São programas de parceria entre o setor público e atores da sociedade civil, portanto mostrou-se viável a implantação das PPP's (Parcerias Público-Privado).

O maior objetivo é analisar as bases que torna possível a implantação de uma política pública de geração de trabalho e renda, atendendo os princípios da economia solidária.

Neste capítulo são reexaminados os estudos sobre as ações da sociedade civil organizada que destacam a iniciativa da população e sua independência diante dos governos, contudo, atualmente, a discussão passa para o papel de outros atores, incluindo o Estado, na organização dessas ações.

1.2. Novos enfoques dos movimentos sociais – fim da dependência com o Estado

Os programas públicos em que estão inseridas as incubadoras de cooperativas procuram capacitar indivíduos e grupos para a autogestão, devem ser coletivas, participativas e independentes diante de seus empreendimentos econômicos. Os clássicos enfatizam essa independência da sociedade civil diante do Estado e criticam progressivamente o estadismo, pois verificaram que a sociedade civil tem potencial para sua emancipação.

O Estado, em sua função distributiva, possui tendências técnicas, burocráticas e autoritárias, como uma espécie de assistencialismo que dificulta o desenvolvimento social de uma comunidade. Neste sentido, a literatura passou a dar ênfase às ações da sociedade civil, em detrimento às ações do Estado, como o foco de onde poderia surgir a democracia real e imediata, com características de igualdade e participação de todos.

As ações sociais surgidas nos anos 1960 se colocaram como movimentos revolucionários, em comparação às ações sociais anteriores (movimentos dos proletários e dos camponeses). Passou-se a discutir novos temas como ambientalismo, defesa dos direitos humanos, direitos das minorias; as negociações entre trabalhadores e Estado passaram a não ter o peso da intermediação dos sindicatos e partidos políticos (EVERS, 1983).

De acordo com Vinícius Brant (SINGER e BRANT, 1980) nos anos 1970, na América Latina, os movimentos sociais foram bem peculiares e resultantes da cessação dos partidos de esquerda e dos sindicatos autoritários; passou-se a utilizar canais alternativos para as negociações políticas (MICHELS, 1982).

Os estudos citados acima, entre outros, serviram para desenvolver uma teoria chamada Novos Movimentos Sociais (NMS), explicando as mudanças nas identidades sociais. Essa teoria foi chamada de pós-moderna por reduzir as abordagens marxistas dos trabalhadores nos anos 1960 e 1970 (EVERS, 1983).

Laclau e Mouffe (1985) também rejeitam a idéia do marxismo sobre as identidades de classes. Para eles as identidades de classes são discursos que foram sendo construídos ao longo do tempo e os NMS seriam mais complexos e amplos do que, simplesmente, discussões trabalhistas.

Atualmente, autores discutem que a análise de classe não poderia ter sido abandonada, pois mesmo que abordem as identidades culturais e independência política, os NMS também estão preocupados com questões materiais e em parcerias em o Estado. Para Moisés (MOISÉS, 1977 e 1982) isto é verdadeiro, principalmente, na América Latina onde a relação de continuidade entre os velhos movimentos e os novos não pode ser esquecida.

Neste ponto o debate se torna vital em torno da autonomia em relação ao estadismo. Os estudiosos dos NMS, por defenderem práticas independentes, argumentam que estes movimentos não estariam interagindo politicamente. Entretanto, os críticos dos NMS acusam que seus teóricos estão reduzindo os movimentos à sociedade civil, excluindo significativamente o Estado das discussões e ações (ESCOBAR e ALVAREZ, 1992).

Isto poderia ser considerado uma tentativa de proteção à independência (autonomia), principalmente na América Latina, cuja história demonstra a presença constante e forte do Estado em todas as situações. As ações sociais e seus movimentos estariam tentando acabar com o tipo de política praticado pelos governos, ou seja, a forma paternalista das relações políticas, que persistem até hoje.

Joe Foweraker compreende a preocupação sobre a não aceitação ao paternalismo, porém rejeita que a ação social seja considerada anti-estratégica, pois os movimentos sociais deveriam desenvolver um projeto político se quiserem ter sucesso em seus objetivos e, para contrapor a idéia de Foweraker, Judith Hellman considera que os movimentos sociais devem ser desvinculados da política e dos políticos (ESCOBAR e ALVAREZ, *op. cit.*).

Entre os estudiosos dos NMS está Ruth Cardoso (ESCOBAR e ALVAREZ, *op. cit.*), antropóloga brasileira que, ao revisar os estudos sobre esses movimentos, critica todo seu entusiasmo inicial e sua independência dos Estados. Ela reconhece que em nível local ocorre um conjunto de relações políticas entre o Estado e as Associações, levando-as a agirem objetivamente, para realizarem suas demandas, por meio de contatos internos nas esferas governamentais. Portanto, para verificar o aumento da independência dos movimentos sociais é necessário estudar as ações políticas do Estado.

Muitos estudos demonstram que as classes sociais menos favorecidas somente se movimentam quando conseguem benefícios externos, como recursos financeiros e políticos. John Friedmann observa que há pouca viabilidade de uma associação comunitária surgir espontaneamente e com inovação, pois os indivíduos de baixa renda precisam reduzir seus riscos, não possuem tempo e nem recursos para se organizarem (FRIEDMANN, 1992). Para Friedmann os agentes externos das associações comunitárias, incluindo o Estado, são responsáveis pelas mudanças nessas comunidades; entretanto, a ação dos agentes externos deve se restringir apenas aos estímulos de organização de uma associação e jamais comandarem esses grupos comunitários. O objetivo é estimular a autogestão (FRIEDMAN, *op. cit.*).

De acordo com Singer (SINGER e SOUZA, 2000), é fundamental que a ajuda externa apenas sirva como estímulo a auto-organização de uma comunidade e que não tenham a pretensão de comandá-la. A responsabilidade e o controle devem ser internos, ou seja, da própria comunidade e esta ação é chamada de autogestão.

Nesse sentido, de ajuda à auto-organização, o papel do Estado é considerado tênue mesmo que ocorram negociações entre as comunidades locais e o setor público. O desafio do Estado é ajudar grupos a constituir e administrar sozinhos seus próprios negócios, ou seja, a autogestão, ao mesmo tempo organizá-los para a tomada coletiva de decisões em assembleias, prestação de contas da cooperativa, a transparência de informações, garantia da igualdade dos direitos e voto dos cooperados (SINGER, 2004).

Em países considerados subdesenvolvidos os agentes que mais atuam colaborando com os movimentos populares são grupos religiosos, sindicatos, estudantes, profissionais liberais, partidos políticos de esquerda, instituições de financiamentos e as Organizações Não-Governamentais (ONG's).

Contudo, a literatura clássica demonstra que as ações do Estado sobre as organizações civis são consideradas indiretas. Em contraponto a isso, as recentes literaturas apresentam negociações diretas entre grupos populares e o Estado, mesmo que ocorra certa desconfiança de que governos consigam encorajar tais grupos para agirem com independência e coletividade, adquirindo capacidade de organização.

Essas negociações diretas são para promover o associativismo, mas para entendê-lo melhor é necessário que a literatura seja analisada sobre os movimentos sociais e os motivos pelas quais os indivíduos se mobilizam no sentido de coletividade.

A coletividade é muito árdua de ser alcançada, pois o ser humano é individualista por natureza, é racional e egoísta, buscando sempre maximizar seus lucros. Uma associação ou ação coletiva só interessa ao indivíduo quando existe a clara percepção de se conseguir benefícios econômicos e sociais com essa coletividade.

Muitos autores procuram demonstrar que o indivíduo é mais do que um ser racional e que se preocupa apenas em maximizar seus lucros. A ação de agir em coletividade significa que há uma diversidade de razões que justificam o comportamento humano neste sentido. Para a cientista política Elinor Ostrom os indivíduos podem ser cooperadores quando acham que os demais também cooperarão ou poderão punir quem não coopera, portanto, o comportamento humano depende da edificação de regras que atendam ao coletivo e cooperativo (OSTROM, 1997).

Em relação ao desenvolvimento de políticas públicas que incentivem as ações cooperativas, a literatura mostra que, seria muito mais vantajoso para todos se houvesse a possibilidade de expandir a independência das pessoas para delinearem suas próprias normas e princípios com o objetivo de atender a coletividade.

Segundo vários autores como Camarotti (CAMAROTTI e SPINK, 2000) e Bellan (BELLAN, 2000), as ações coletivas que ocorrem em lugares e épocas definidas resultam mais de fatores políticos do que econômicos.

Para Tarrow, além dos fatores econômicos como pobreza, são os fatores políticos que definem onde e quando surge uma ação coletiva; mudanças nas condições políticas viabilizam situações favoráveis onde os indivíduos acreditam que uma ação coletiva possa ter sucesso (TARROW, 1994).

1.3. O desenvolvimento favorecendo a inclusão econômica, política e social das camadas mais pobres da população

O desenvolvimento, definido em termos de metas e de processo, é algo permanentemente buscado e questionado. Todas as mudanças são objetos de constantes estudos e pensar em desenvolvimento nos remete a uma reflexão sobre um tema que diz respeito a todos nós. O homem não pode ser “passivo” em relação a sua responsabilidade no que tange as causas e conseqüências do desenvolvimento.

Mas, o que é desenvolvimento? Qual seu conceito?

O próprio conceito de desenvolvimento está sendo construído ao longo dos anos. Aristóteles (CASTORIADIS, 1987, p. 142-143) já tratava disso e dizia que cada ser tem sua potencialidade, portanto, desenvolvimento é maturidade e isso acontece dentro da natureza cíclica: nasce, cresce, atinge a maturidade e morre.

Milhares de estudiosos foram tratando desse conceito e adaptando-o às várias etapas do processo evolutivo da humanidade.

Tem-se Caiden e Caravantes (1988, p. 19-21) informando que a palavra desenvolvimento é, provavelmente, a mais aviltada de todas pela banalização que a mídia impôs a ela. Partem da idéia de que o desenvolvimento era um processo de mudança entre estágios; após vários ciclos seu significado foi acrescido de valor para atingir o progresso; posteriormente esse conceito significava empregar as energias do homem para melhorar a condição humana. Enfim, concluem (CAIDEN e CARAVANTES, *op. cit.*, p. 31-32) que não há um significado adequado para desenvolvimento que deve começar em casa, definindo metas e avaliando o aperfeiçoamento de todas as classes sociais, quantitativamente e qualitativamente.

Já para Furtado (2000, p. 21), desenvolvimento possui três dimensões:

- a primeira é o crescimento da eficácia do sistema social de produção, ou seja, elevação da produtividade via acumulação e progresso técnico, que está ligado a eficiência econômica. Podemos considerar esta dimensão como sendo o principal indicador de desenvolvimento, contudo garantir essa dimensão não significa que a segunda será alcançada;
- a segunda é da satisfação das necessidades humanas elementares, neste caso a objetividade no consumo fica cada vez mais distante quando as necessidades básicas são plenamente satisfeitas a ponto de saturação. A partir daí podemos realizar análises da elasticidade, da utilidade e da indiferença da demanda;
- a terceira é a consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos, isto é, grupos da sociedade que competem entre si pelos fatores de produção, sendo detentores do conjunto de riqueza que gera riqueza.

“É necessário atingir o desenvolvimento sustentável através de planejamento e implementação de estratégias sociais e ambientais que ajudem a promover um desenvolvimento socioeconômico equitativo” (SACHS, 1993, p. 12-13).

Passou-se a ter uma concepção de desenvolvimento de uma sociedade ligada a estrutura social a partir de discussões ideológicas sobre necessidades.

Para entender a discussão sobre desenvolvimento é necessário que se discuta crescimento, pois ele nos remete a idéia de progresso técnico que foi, e talvez ainda seja, o principal objetivo de muitos países, principalmente os subdesenvolvidos.

Segundo Rattner (2005, p. 1), o progresso técnico ou crescimento ajudaria a impulsionar o desenvolvimento econômico, que por sua vez impele ao desenvolvimento da sociedade humana no que se refere a superstição e ignorância, ao disseminar maior racionalidade às ações humanas.

Mas como foram as ações da sociedade, ao longo do tempo, para atingir o desenvolvimento? Quais foram seus determinantes? Estratégias? Conseqüências?

Cornelius Castoriadis (CASTORIADIS, *op. cit.*, p. 144) relata que a busca efetiva pelo crescimento se tornou obsessiva a partir do século XIV quando houve uma expansão da burguesia e sua emergência pelo poder; como também, uma nova idéia de que o objetivo central da vida humana era o crescimento ilimitado da produção e das forças produtivas.

O crescimento econômico foi ratificado, nos termos de aumentos produtivos, com a Revolução Industrial que passou da produção artesanal (manufatureira) para o uso de máquinas e equipamentos (progresso técnico/mecanizado).

O processo de acumulação e centralização da riqueza via aumentos produtivos foi impulsionado. O avanço das técnicas e, por conseqüência, a divisão do trabalho ocorreram por concentrações geográficas a partir da Inglaterra, passando para outros países da Europa Ocidental e para os Estados Unidos. Posteriormente essas técnicas foram expandidas às outras regiões como a União Soviética, Oriente e América Latina.

A industrialização gerou avanços na produtividade e, também, dificuldades de identificação nos sistemas de preços, ou seja, perdeu-se a facilidade de agregar valor ao produto acabado. A saída foi produzir dentro das vantagens comparativas podendo reduzir custos de produção tornando-se competitivo no mercado interno e externo (FURTADO, *op. cit.*, p. 24).

A partir do movimento de escoamento da produção para outros países surgiu a idéia do livre comércio, vindo a diminuir com o protecionismo adotado por muitos. O comércio entre países daria mais impulso ao consumo e à eficácia produtiva, isto no contexto evolutivo significava gerar crescimento; mesmo que essa eficácia não seja condição suficiente para atender todas as necessidades básicas da sociedade (FURTADO, *op. cit.*, p. 22).

A ênfase foi dada ao aumento constante em inovações técnicas, competitividade, diversificação produtiva, deixando de lado as vantagens comparativas para uma competição geral de produtos e serviços. Porém, este movimento fez com que o Estado assumisse o papel de agente propulsor e orientador das atividades econômicas como, também, árbitro de conflitos de classes em função do interesse nacional levando ao ressurgimento, mais forte, do protecionismo para grupos específicos adotados pelo Estado.

A ação protecionista do Estado na Europa e o desespero da ocidentalização econômica dos países pobres levaram à uma discussão que gerou um novo enfoque econômico. Haveria um equilíbrio econômico onde o setor público e privado trabalhariam conjuntamente em prol do desenvolvimento.

Os períodos das guerras mundiais puseram à prova a capacidade produtiva de alguns países, principalmente Estados Unidos, Japão e Alemanha. Abramovitz (1989, prefácio) argumenta que esses países alcançaram um nível tecnológico de produção muito alto em função basicamente da guerra, apesar dos Estados Unidos terem um desenvolvimento mais sustentado ou capitalizado e, principalmente, anterior aos períodos das guerras.

Contudo os esforços de guerra foram demais para todos os países envolvidos e no pós-II Guerra houve reflexões sobre o desenvolvimento e a tomada de consciência sobre o atraso econômico em que estava a maioria da humanidade (FURTADO, *op. cit.*, p. 25).

O desenvolvimento passou a ter uma nova temática: as desigualdades; adotaram-se indicadores sociais para serem trabalhados com os indicadores econômicos, que até então eram os únicos importantes. A idéia era unir desenvolvimento, bem-estar social e modernização, contudo ainda existe a preocupação em ter desenvolvimento através de excessos na produção.

Nessa união de indicadores “surgiram”, para o mundo, os problemas graves dos países subdesenvolvidos. Até então a cultura de desenvolvimento era o excesso de produção para acabar com a pobreza. Não havia a preocupação na América Latina de

igualdade social e preservação ambiental, mas o crescimento não é um objetivo próprio externalizando livremente seus custos sociais e ambientais, ampliando a desigualdade econômica e social entre as nações. Crescimento econômico deve ser atingido através de projetos renovados e alternativos, princípios e novas diretrizes.

Chegou o momento de todos os países, ou sua maioria, se adequarem aos novos princípios. Entre eles tem-se os avanços em gerar trabalho e renda como, também proteger o meio ambiente através da institucionalização da preocupação com a gestão ambiental, assinaturas de convenções/tratados/protocolos sobre diversas áreas com problemas ambientais e outros (SACHS, *op. cit.*, p. 14).

A opinião pública e a pressão dos movimentos civis corroboram com esses princípios. Mas ainda há um divisor econômico, segundo Sachs (SACHS, *op. cit.*, p. 17) não há um consenso entre os países do norte e os do sul na questão desenvolvimento x questões sociais x meio ambiente; o norte insiste em produção com riscos ambientais globais e na responsabilidade compartilhada de enfrentá-los, excluindo a parcela mais pobre da população e concentrando cada vez mais a renda. Já o sul prioriza sua agenda produtiva em programas de desenvolvimento alternativo, alertando para o perigo de imposições descabidas sobre seu desenvolvimento onde o norte deseja continuar sua produção impondo ao sul que diminua a sua.

No início de 1970 surgia um movimento com bases intelectuais que abordava uma nova alternativa para o desenvolvimento dos países considerados pobres, cuja população não possuía condições de vida adequadas.

Este movimento alternativo preocupado com o desenvolvimento e o meio ambiente apresentava duas linhas de pensamentos: a defesa da prioridade das necessidades básicas como alimentação e moradia, não se preocupando somente com o crescimento econômico e a maximização dos lucros; a preocupação com o desenvolvimento sustentável, face os recursos finitos do planeta. De acordo com Friedmann (1992) há um outro ponto de vista em termos de desenvolvimento, sendo mais humano e auto-sustentado, que satisfaça as necessidades e elimine a pobreza, respeitando o meio ambiente no qual está inserido. A partir de 1985 a discussão sobre desenvolvimento sustentável e as questões ambientais ficaram fortalecidas, extrapolando as ações das instituições de desenvolvimento para vários agentes da sociedade civil, como por exemplo, as ONG's (FRIEDMANN, *op. cit.*).

A discussão sobre desenvolvimento sustentável e alternativo segue na década de 1990, novos modelos de desenvolvimento surgem diante dos debates sobre exclusão, ou seja, a marginalização política, econômica e social de uma razoável parcela da população mundial. Parcela esta que teria efeitos negativos sobre a acumulação de capital, segundo alguns autores, pois significam muitas despesas em serviços públicos sem a contrapartida da produtividade (FRIEDMANN, *op. cit.*).

A exclusão tem como fato gerador a recessão econômica iniciada nos anos de 1970, sendo agravada ao longo do tempo e pondo a perder os direitos sociais adquiridos em anos anteriores. Com o fim das Guerras Mundiais, o capitalismo conheceu um período de eficiência alocativa, isto é, o pleno emprego dos fatores disponíveis de produção, dando suporte a estrutura do *Welfare State* (Estado de Bem-Estar Social) considerada o equilíbrio entre a concentração de recursos e a proteção dos direitos à redistribuição econômica na população. Contudo, nos anos de 1970 os países adotam políticas econômicas com influência do liberalismo econômico, o Estado deixa de intervir na economia e a Teoria Keynesiana passa a ser questionada em sua manutenção (OLIVEIRA, 1997).

Em 1980 o mundo do trabalho passou a sofrer impactos devido a globalização, queda das fronteiras econômicas, e por mudanças tecnológicas constantes. O desemprego tecnológico colabora com o aumento de formas ilegais de trabalho, da informalidade e do subemprego. A situação piora com o enfraquecimento dos sindicatos e dos partidos políticos que lutam pela classe trabalhadora e, unindo-se a isso, as crises fiscais aumentam as críticas ao *Welfare State* (OFFE, 1989).

Mas essa é uma discussão em países ricos, pois nos países pobres o problema tem um universo totalmente diferente, a questão salarial nem chegou a existir para toda a população. A discussão é focada na ausência de um sistema eficaz de direitos e proteções, a falta de salários e de indústrias piora a situação do precário mercado formal de trabalho, levando trabalhadores à instabilidade da informalidade. O resultado direto desse problema é a redução na renda e nos direitos trabalhistas agravado pelo processo de terceirização implantado nessa época. O trabalho informal, que representa uma significativa parcela do mercado, é a ausência total de direitos trabalhistas.

A informalidade está sendo considerada como uma nova forma de pobreza, econômica e política, a partir do momento em que é vista como uma crise de salários. Essa é uma noção de exclusão ou marginalização, que na literatura abrange alguns significados

diferentes do enfoque econômico como: indigentes, inválidos, idosos desamparados, doentes mentais, toxicômanos e outros tantos (CASTEL, 1997).

Para Durkheim (CASTEL, *op. cit.*) a exclusão é uma ruptura da sociabilidade. Robert Castel analisa o aumento da pobreza e do desemprego como um prejuízo nos vínculos básicos de um indivíduo, como a perda da família; o trabalho extrapola o emprego, isto é, significa a existência de projetos de vida. Nesta linha de pensamento a falta de trabalho significa mais do que desemprego, é a perda de relações sociais e de auto-estima pessoal. Portanto, o capitalismo fomenta a perda da sociabilidade do indivíduo ao excluí-lo da relação salarial (CASTEL, *op. cit.*).

A discussão sobre a noção de exclusão é muito nova no Brasil, é mais comum encontrar, na literatura, análises sobre a pobreza. Um dos primeiros a estudar esse fenômeno foi Cristóvam Buarque que denominou a exclusão existente no país como apartação. Segundo Buarque (1993), a marginalização no Brasil ocorre apenas por razões econômicas.

A população considerada excluída tende a ser desarticulada, quer seja pela apatia e falta de interesse pelas questões públicas, seja pela crescente violência social a que está sujeita ou pela diminuição dos espaços políticos (OLIVEIRA, 1999).

Para Norberto Bobbio (1986), garantir a igualdade política não diminui a desigualdade socioeconômica, principalmente em países subdesenvolvidos. Neste conjunto de idéias surge a questão da democracia social para proteger os direitos sociais à população.

De acordo com Jon Elster (1986), essa democracia social está relacionada diretamente às correntes participacionistas da democracia que apostam na criação de uma cultura política de participação no setor público; esse novo modelo de democracia é um contraponto às idéias de concorrência que dominaram as políticas contemporâneas, cuja base de ação é a competição tendo como limitação os procedimentos para uma concorrência eleitoral.

A idéia de uma democracia social não significa rejeitar a organização democrática existente, apenas observar que a democracia implantada não é suficiente para acabar com a desigualdade social. A democracia social seria um complemento à democracia formal, iria além da divisão de tarefas entre o Estado e a população, que simplesmente participa da escolha dos representantes nas eleições. Paul Singer ratifica esta idéia, para ele o governo

toma decisões por meio de informações incompletas, na democracia participativa as decisões podem ser tomadas por todos os interessados e o governo teria conhecimentos mais adequados (SOARES e BAVA, 1998, p. 97-142).

Toda as discussões que envolvem a exclusão e a inclusão possibilitam o surgimento de debates sobre formas de desenvolvimento alternativo, com a garantia de uma democracia participativa e a viabilidade de um crescimento social e ambiental, não esquecendo da diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico. O crescimento econômico limita-se ao aumento de indicadores econômicos, já o desenvolvimento econômico incorpora a igualdade social, demonstrado pela melhoria dos indicadores sociais. Atualmente, o desenvolvimento sustentável acrescenta a importância das questões políticas e ambientais na geração de riqueza do país.

Friedmann discute os obstáculos que surgem em relação ao desenvolvimento alternativo, tais como: o perigo de que os planos de desenvolvimento alternativo sejam provisórios quando a única preocupação é o aumento do lucro sem a adequada divisão entre seus pares; práticas produtivas em nível local sem viés para atingir uma produção nacional; o desenvolvimento alternativo deve ter mais que ações emergenciais (DOUGLASS e FRIEDMANN, 1998, p. 72-73).

Neste universo de debates sobre o desenvolvimento alternativo que as experiências acontecem, normalmente em nível local e com o apoio de agentes externos, sempre com a participação da população marginalizada ou excluída onde o setor público deveria atuar.

O combate à exclusão e à pobreza é uma constante na realidade de vários países. Esse combate pode ocorrer de várias formas, porém para este trabalho o que interessa são aquelas que destacam as relações de cooperação, com enfoque no coletivo e gestão comunitária participativa.

Na maioria das vezes as organizações geram empreendimentos econômicos comunitários e autogestionários como associações ou cooperativas. Muitos estudos apresentam projetos alternativos de geração de trabalho e de renda, chamados de economia popular, crescendo paralelamente ao mercado formal de trabalho. Os conceitos para esta economia popular são vários, como: economia solidária, economia social, sócioeconomia solidária, economia socialista, economia cidadã entre outras; mas ainda são conceitos em construção e que se preocupam em gerar novas formas de organizações autogestionárias para a produção, distribuição e consumo de bens e serviços. Ao analisar todo o contexto

exposto anteriormente a maior dúvida é em relação ao papel que o Estado tem perante a organização desses empreendimentos no que concerne o desenvolvimento sustentável e a inclusão de uma grande parcela da população que se encontra às margens da sociedade.

1.4. Desenvolvimento alternativo como forma de uma inclusão justa por meio de políticas públicas de economia solidária e seus programas

Ratificando o debate apresentado neste trabalho de que a organização da sociedade civil é pré-requisito para uma democracia social e desenvolvimento sustentável, temos os estudos de Robert Putnam, professor de Harvard, que analisa as diferenças histórico-culturais entre nações para explicar a diferença de desenvolvimento econômico entre elas. Para ele, todo esse movimento de solidariedade produtiva e cooperativismo podem ser chamados de capital social, que se refere aos primeiros contatos informais entre os indivíduos e as formas de relações de cooperação e confiança que resultam desses contatos (PUTNAM, 1996).

Em seus estudos Putnam verificou que as regiões mais desenvolvidas apresentam um grau mais alto de cultura coletiva e ações de cooperação, aumentando a confiança no Estado; em regiões mais atrasadas e pobres ocorrem relações sociais de dependência e, praticamente inexistem a coletividade e o associativismo. Entretanto, suas teorias sofrem duras críticas por não deixarem possibilidades de uma transformação política, ao apresentar a idéia de que somente as regiões com cultura associativa estariam em condições de desenvolver um governo participativo, cujas ações respondem aos anseios da população excluída (PUTNAM, *op. cit.*).

Os críticos de Putnam discutem a possibilidade de ocorrer ações comunitárias produtivas em locais que não exista uma cultura ou tradição neste sentido, como, também em determinados tipos de governos com viés de reformas políticas e sociais que sejam vitais para a organização de associações, atraindo indivíduos com escassos conhecimentos ou experiências de coletividade e autogestão. A intervenção do Estado pode ser interessante para promover o desenvolvimento alternativo com organizações autônomas, contudo se faz necessário verificar a justificativa para essa intervenção. A interferência do Estado só é justificada quando há condições políticas para isso, neste caso é a preservação da democracia comunitária ou social, tendo a certeza da informação e do ingresso da

comunidade nas ações e decisões do setor público. É essencial redefinir os modelos da relação sociedade-Estado, pois não cabe mais aos governos se manterem como sujeitos passivos, mas em constante interação com os demais agentes da sociedade.

Uma outra justificativa para a intervenção do Estado no desenvolvimento alternativo é o custo da exclusão, que poderia ser oneroso aos incluídos. Para Friedmann, o desenvolvimento alternativo não pode ser uma organização sem lucro, é necessário discutir a idéia de que as classes políticas autoritárias não permitiriam alterações organizacionais que só premiariam os excluídos à custa delas próprias (FRIEDMANN, *op. cit.*, p. 164).

Existe a justificativa de que o Estado disponibiliza recursos para os movimentos sociais, portanto motivo mais do que justo para a pressão que esses movimentos exercem para a intervenção do Estado, principalmente se for levado em consideração a pequena participação das iniciativas coletivas locais no desenvolvimento econômico nacional. Novamente Friedmann analisa que as associações locais são importantes, mas não suficientes e o desenvolvimento local tendo como base as ações comunitárias devem ser apoiadas, completadas e trabalhadas por ações nacionais (FRIEDMANN, *op. cit.*, p. 158).

Apoiada nessas reflexões a pretensão é estudar ações coletivas de cooperação, como programas públicos de geração de emprego e renda, discutir as possibilidades e limitações de cooperativas criadas pelo setor público, principalmente em relação às linhas de crédito e financiamentos no município de Bauru.

CAPÍTULO 2 - O ESTADO E A SOCIEDADE CIVIL: INTERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

2.1. A cooperação entre o Estado e a sociedade objetivando o desenvolvimento

A vinculação entre a ação do Estado, da sociedade civil e desenvolvimento, até agora, foi tratada superficialmente. Pretende-se aprofundar este estudo a partir deste capítulo, analisando conceitos que surgem destas discussões e apresentando uma visão das tentativas diferenciadas da relação entre o Estado e a sociedade, onde governos tentam implantar programas e projetos de desenvolvimento, apoiados na organização coletiva entre os indivíduos de uma sociedade, aumentando a cidadania para as classes mais carentes e com pouca organização.

Anteriormente são analisadas algumas tentativas de implantação de projetos alternativos de desenvolvimento, destacando os macroresultados econômicos em detrimento dos fundamentos das microinstituições, que tanto o mercado depende. Um dos renomados autores sobre desenvolvimento o professor Peter Evans, da Universidade de Berkeley, apresenta duas diferentes linhas de pensamentos teóricos que ajudam na compreensão do desenvolvimento: temos de um lado os utopistas do capital social que atentaram para as vantagens econômicas resultantes dos padrões informais de confiança e reciprocidade nas organizações produtivas; de outro lado, temos os revisionistas que demonstram o papel vital do setor público no desenvolvimento capitalista. Evans enfatiza a autonomia do Estado em relação à sociedade e ao mercado (EVANS, 1997, p. 1-10).

Segundo Evans (1997), apesar das diferentes linhas de pensamentos teóricos tenham redefinido alguns conceitos de desenvolvimento, elas não se interagem, ou seja, os defensores do Estado como responsável pelo desenvolvimento não admitiam o capital social e os teóricos do capital social expunham o Estado como um dos responsáveis pela decaída da sociedade.

Vários autores estudam estas duas linhas de pensamentos, aparentemente antagônicas, analisando as relações positivas nas parcerias entre Estado e sociedade civil nos projetos de desenvolvimento. Discursam sobre a cooperação entre Estado e sociedade civil como sendo uma relação que inclui a noção de que a atuação da sociedade civil

encoraja as organizações públicas, criando um cenário eficaz atraindo a participação da sociedade em ações coletivas (NUGENT, 1993).

Essa cooperação entre Estado e sociedade civil é definida por Evans em dois conceitos: um corresponde a uma ótica comum originada da administração pública e das instituições econômicas privadas, que preconiza a idéia de que os resultados positivos de associações podem ser intimidados se o setor público se envolver com as ações comunitárias; a outra considera que os sistemas informais de produção e de crédito existem nas sociedades civis, entre a população e o funcionalismo público, favorecendo programas de desenvolvimento (EVANS, *op. cit.*, p. 178-210).

Para Ostrom (1997, p. 85-118) quando o setor público distribui os serviços públicos com eficácia, incentivam as ações produtivas coletivas entre governo-cidadão. Essas ações produtivas coletivas são interpretadas por Evans como uma inserção entre agentes públicos e privados envolvidos no processo produtivo (EVANS, *op. cit.*, p. 178-210). Jonathan Fox analisa a auto-organização de trabalhadores, especificamente nas zonas rurais, em países cujo comando político é de regime autoritário, verificando que o crescimento das organizações civis autônomas depende da criação do capital social por parte do Estado com interação dos agentes sociais locais e atores externos da sociedade civil (EVANS, *op. cit.*, p. 6 e 119-149).

Peter Evans percebe uma discussão entre doações e viabilidade de construção, sendo que no caso das doações os estudos discutem que vinculações favoráveis entre o Estado e a população dependem de pontos de vista já existentes na sociedade e na política que são difíceis de serem alterados rapidamente e que apenas as comunidades mais desenvolvidas aproveitam os benefícios dessa cooperação Estado-sociedade; no caso de viabilidade de construção existe a possibilidade de cooperação, no curto prazo, entre Estado-sociedade levando-se em conta que as características sociais e políticas dos sujeitos envolvidos não se constituem em limitações (EVANS, 1997).

2.2. Governos com eficiência resultam em população com cidadania

A cooperação entre Estado-sociedade para o desenvolvimento é tema de diversos estudos, a professora do Instituto de Massachussets, Judith Tandler (TENDLER, 1998), analisa quatro programas considerados reformistas estabelecidos no Estado do Ceará, entre

1986 a 1994: a) empregos emergenciais em construções de obras públicas nos período de seca, b) extensão rural para microprodutores agrícolas, c) extensão para negócios por meio de contratos do governo com microempresas e, finalmente, d) medicina preventiva. Esses programas vêm ao encontro à literatura existente sobre a gestão pública e os projetos de desenvolvimento local, pois o governo estadual assume serviços que são normalmente prestados pelos municípios ou cria as bases para que estes o façam.

Esses quatro programas estimularam os cidadãos que estavam à margem da sociedade, criaram a possibilidade de se engajarem em ações de empreendimentos públicos e privados, levando o crescimento econômico e social para vários atores da sociedade. Isso levou a conscientização da cidadania, dos deveres e direitos inerentes a toda população, idéias que não fazem parte do cotidiano da população excluída social, política e economicamente.

Dando ênfase aos benefícios possíveis que cruzam o limite público-privado, Judith Tandler conclui a cooperação entre Estado-sociedade como uma ação de inclusão e complementariedade (EVANS, *op. cit.*, p. 7).

2.3. Estado como agente externo para o fomento ao desenvolvimento alternativo

Outros conceitos surgem na literatura sobre programas de desenvolvimento a partir da cooperação entre Estado-sociedade, um dos mais citados é o de “empoderamento” (*empowerment*), ou seja, fomento e apoio às classes de trabalhadores com baixa renda, sem direitos sociais e sem clamor político para que conquistem poder e independência econômica, social e política. Isso se dá por meio das ações de atores externos privados e, cada vez mais atores estatais, sejam no apoio à capacitação administrativa e técnica como, também, na viabilização e captação de recursos financeiros (FRIEDMANN, 1992).

John Friedmann discute que o Estado é um ator externo vital para programas de desenvolvimento com a idéia da organização coletiva, no entanto deve ser claro nas prestações de contas e mais responsável em relação às necessidades da população, principalmente os chamados excluídos. Ele é contra a teoria de que o Estado é um dos problemas para o desenvolvimento alternativo, cuja solução é ser contra ele ou deixá-lo fora das ações comunitárias, que seriam auto-suficientes para a realização desse

desenvolvimento. A defesa para a participação do Estado no desenvolvimento alternativo, segundo Friedmann, se dá pelo reconhecimento de que as ações e projetos coletivos de desenvolvimento conseguem seu *start* em nível local, contudo deverão ser expandidos com o objetivo de alcançar um nível regional e nacional (FRIEDMANN, *op. cit.*, p.142).

Entretanto, Friedmann argumenta que um Estado favorável ao progresso não terá resultados positivos se implantar seus programas com ações diretas, fazendo o papel das organizações independentes da comunidade (FRIEDMANN, *op. cit.*, p.151-153). É importante considerar a parceria Estado-sociedade civil na implementação de projetos que ajudem as comunidades sem organização.

Neste sentido as Organizações Não-Governamentais (ONG's), principais atores do terceiro setor (setor privado com objetivos do setor público), politizadamente consideradas oposição ao Estado trabalham em parceria com ele, sendo intermediárias entre Estado e sociedade-civil (FERNANDES, 1994). As ONG's adotam ações do setor público devido a certa ineficiência da sociedade-civil em firmar parcerias com governos e, também, pela dificuldade do Estado em atender as necessidades da comunidade.

Porém, o problema está no risco de retrair a responsabilidade do Estado naquilo que é considerado público. É necessário que os excluídos tenham participação política, pois as ONG's, como intermediárias entre público-privado, não são tão confiáveis sendo defensoras das ações com vista ao desenvolvimento alternativo (FERNANDES, *op. cit.*, p. 159-160).

A reciprocidade entre ONG's e Estado aumenta a cada dia no que diz respeito às políticas alternativas de desenvolvimento, mas não é a única possibilidade de cooperação entre Estado-sociedade. Existem vários movimentos da comunidade que procuram uma cooperação com o setor público para atingir o desenvolvimento social além do local onde estão inseridos.

Na discussão sobre empoderamento, somos levados à idéia de um comprometimento direto da sociedade, independência e experiência coletiva, com apoio do Estado e outros agentes externos, contudo a tomada de decisão é da sociedade-civil (FRIEDMANN, 1992, p. 161).

2.4. Ações governamentais e da sociedade-civil viabilizando o desenvolvimento local

A literatura existente mostra ações de governos, geralmente locais, que incentivam e apóiam comunidades em organizar e implantar programas políticos e projetos que contribuem para a formação de renda, favorecendo a interrelação dos cidadãos e das instituições públicas possibilitando o desenvolvimento. Muitos autores observam a participação dos “municípios” como local favorável para o surgimento de projetos alternativos com parcerias dos governos locais, organizações comunitárias e setor privado. Para Castells e Borja há uma propensão global de valorização do poderio Estatal, principalmente em nível de poder público local no fomento da elevação na qualidade de vida dos cidadãos (CASTELLS e BORJA, 1996, p. 152-167).

Mundialmente os Estados estariam em crise e esse fato exige que os governos locais com tendências democráticas oportunizem a intervenção em áreas que, anteriormente, não pertenciam às prefeituras. Um exemplo é o desenvolvimento econômico por meio de programas de geração de trabalho e de renda, iniciados na Europa, Ásia e Estado Unidos chegando a América Latina, posteriormente.

Segundo Boyer (1999, p. 1), o debate sobre desenvolvimento e a questão do papel do Estado e do mercado acontece há séculos. Em nome do desenvolvimento foram elaborados modelos teóricos do funcionamento de uma economia de mercado como, também, o reconhecimento das ações do Estado a partir da diversidade dos fatores políticos, econômicos e sociais.

As implantações das estratégias de desenvolvimento dos países, em diferentes épocas, foram alternadas, passaram das ações do mercado para as do Estado e vice-versa.

Ao longo da história ocorrem essas alternâncias quando, por exemplo, Adam Smith apresenta sua teoria da “mão invisível do mercado”, portanto, sem a participação efetiva do Estado no processo de acumulação; marxistas e estruturalistas exigindo que o mercado seja substituído pelo Estado na promoção do desenvolvimento; os neoclássicos divergindo dos marxistas e estruturalistas, concluindo que os problemas apresentados no crescimento dos países do Terceiro Mundo acontecem pela insuficiência de mercado e não pelo excesso dele; os keynesianos sendo menos extremistas colocam a idéia de que o mercado e o Estado devem atuar onde são mais eficientes (BOYER, *op. cit.*, p. 2).

As estratégias de desenvolvimento são mais marcantes a partir das Grandes Guerras Mundiais devido as crises nos países industrializados e, por conseqüência, nos países da América Latina, em função destes serem dependentes do comércio internacional.

De acordo com Boyer (*op. cit.*, p. 11), os anos de 1950 a 1970 se pautaram sobre a concepção de um Estado desenvolvimentista, ou seja, o Estado tem a iniciativa das estratégias de desenvolvimento adotando, inclusive, o protecionismo do mercado interno. Mas o sucesso do Estado desenvolvimentista passou a ser questionado na década dos anos de 1980, conhecida como a “década perdida”, pelos motivos de ser autoritário, suscetível a corrupção e ineficaz, quando alcançaram os limites de suas estratégias ao desenvolvimento.

Os anos 1990 iniciaram com a idéia de nova estratégia e os projetos de desenvolvimento adotam estímulos ao mercado para a maioria das atividades econômicas. A estratégia foi de o mercado interno abrir-se ao mercado externo, as exportações passaram a ser o motor do crescimento, portanto, ocorreram esforços para reduzir o tamanho do Estado na geração de riqueza (BOYER, *op. cit.*, p. 12). O desenvolvimento passou a incorporar dimensões sociais e preocupações ambientais que Ignacy Sachs definiu adequadamente como “prudência ecológica, eficiência econômica e justiça social” (FISCHER, 2003, p. 19).

Ficou claro que a estratégia nos anos 1990 foi de aumentar a concorrência no mercado e entre mercados para suprir as falhas do Estado, isso é perceptível nas ações macroeconômicas adotadas pela maioria dos governantes. Esta conclusão nos remete ao conceito de globalização.

Na visão de Bendesky (1994, p. 987), a globalização é um processo que une setores produtivos a regiões do mundo conforme determinado padrão de produção e financiamento.

A globalização facilita o intercâmbio econômico entre nações, reduzindo as fronteiras econômicas e possibilitando a transformação do conceito de desenvolvimento local ou regional.

Segundo Bendesky (*op. cit.*, p. 989), a expressão espacial de uma produção se dá no território em que se realiza e desenvolve a atividade econômica. Sendo assim, para o autor as regiões econômicas se definem por sua participação nos mercados, sendo levado em

consideração sua abrangência e influência nos mesmos, perdendo a conotação física da atividade econômica.

Neste sentido Fischer (*op. cit.*, p. 13) chega a mesma conclusão, que atualmente existem novas estratégias de gestão onde não há um único vetor de poder, mas poderes transescalares, que são as relações entre interorganizações e interinstituições. Ratificando a idéia de que desenvolvimento local/regional não está ligado ao espaço físico, a análise deve ser mais ampla e abstrata, estando relacionada a várias escalas de poder.

Nessa estratégia de desenvolvimento local/regional tem-se novos atores com novos papéis. Dentro da idéia de Fischer (*op. cit.*, p. 22), a interorganização voltada para o desenvolvimento oferece estratégias de composições variadas através de alianças, parcerias, tratados, projetos. Os atores dessas estratégias são o Estado, o mercado (na qualidade de empresas/organizações) e a sociedade (movimentos sociais), cujas ações devem pautar pelo entendimento da ideologia de desenvolvimento, quer protegendo o meio ambiente quer pela adoção de cooperativismo.

Ainda segundo Fischer (*op. cit.*, p. 25), a articulação das novas estratégias e as ações dos novos atores dentro do desenvolvimento local/regional nos remete à análise de uma outra forma de acumulação, o desenvolvimento social.

Apesar de toda a transformação no desenvolvimento ao longo dos séculos, Nayyar (2000, p. 7) alega que a experiência do desenvolvimento da economia mundial, principalmente a partir dos anos 1950, tem sido desigual e apresenta dados para ratificar sua argumentação. Segundo o autor (NAYYAR, *op. cit.*, p. 6), quase um terço da população mundial vive na pobreza absoluta não satisfazendo suas necessidades humanas básicas, como por exemplo, o não acesso a água potável; calcula-se que 840 milhões de pessoas estão desnutridas; 260 milhões de crianças em idade escolar estão fora das escolas; a expectativa de vida de quase 340 milhões de mulheres não chega a 40 anos.

Fischer e Boyer reconhecem que as estratégias do desenvolvimento, até agora, se pautam no dilema Estado x mercado, mas argumentam que o perfil do gestor do desenvolvimento, para próxima década, está para ser traçado (FISCHER, *op. cit.*, p. 31) e que as relações entre público e privado serão mais equilibradas (BOYER, *op. cit.*, p. 18).

A literatura brasileira apresenta vários casos onde alguns governos tentam alcançar desenvolvimento com inclusão, tendo a participação da sociedade-civil. Contudo, a sistemática de trabalho ainda não é totalmente integrada entre os órgãos públicos, privados

e comunidade. As experiências no Brasil são recentes e parciais, ocorrendo impedimentos à implantação dos programas de geração de trabalho e renda como as precárias estruturas da administração pública, a falta de apoio social e a dificuldade de captação de recursos financeiros.

Os estudos de José Arlindo Soares e Linda Gondim (SOARES e BAVA, *op.cit.*, p. 61-96) apresentam novas formas de gestões democráticas municipais em várias cidades do Brasil a partir da vitória da oposição nas eleições para as prefeituras das capitais (1984), passando a valorizar os movimentos sociais com interação dos órgãos do Estado para a definição de políticas públicas locais. Porém, os anos seguintes mostraram indícios de exaustão, os projetos não conseguem ser viabilizados e as comunidades não se sentem sensibilizadas pelas ações públicas. Na tentativa de alterar esse quadro negativo, os administradores públicos municipais adotam o Orçamento Participativo como um novo estilo de negociação, passando a ocorrer discussões sobre o orçamento municipal. Com essa ação é introduzido o conceito da parceria, que passou a interagir o setor público com a iniciativa privada, ONG's e ações comunitárias em projetos econômicos de desenvolvimento (SOARES e BAVA, *op. cit.*, p. 67).

Nesta seqüência de ações o que se percebe é um aumento da participação dos cidadãos na gestão pública, indicando uma nova forma de relação entre Estado e sociedade.

Para Castells o desenvolvimento a ser conseguido não deve resultar da marginalização de uma parcela da população, mas sim da democracia local com clareza nas ações públicas e participação maior da comunidade (SOARES e BAVA, *op. cit.*, p. 158). Já para Paul Singer desenvolver a economia, eliminar privações e nivelar as chances resulta da implantação de uma democracia concreta e compartilhada por todos (SOARES e BAVA, *op. cit.*, p. 97-142).

A intervenção do Estado com a sociedade só deve ser estabelecida com propriedades democráticas, quando o Estado adota relações de participação e cooperação com atores não-governamentais. Faz-se necessário reformular a estrutura da administração pública, em todas as esferas, para que as ações ao desenvolvimento ocorram como se fossem uma “engrenagem de um relógio”, a articulação entre as esferas governamentais estimularia a cooperação com a sociedade. Castells e Borja (*op. cit.*, p. 158-160) entendem que essa articulação deveria ser fortalecida em nível local, onde as relações entre governo e

cidadãos seriam diferenciadas e com mais autonomia, possibilitando que os governos locais tenham auto-organização assumindo aptidão para atuar em várias áreas e dispor de recursos próprios.

Contudo, a estimulação da garantia das propriedades democráticas e a implantação de suas práticas realizadas pelo Estado encontram obstáculos que poderiam embaraçar os resultados esperados. Entre os obstáculos citados tem-se que os projetos de desenvolvimento local possuem ações limitadas devido aos problemas como alta taxa no nível de desemprego, baixa qualidade de vida, dificuldade na obtenção de recursos para investimentos, caráter assistencialistas nas relações entre Estado-sociedade, descentralização político-administrativa ineficiente e desarticulada, desinformação sobre a metodologia e objetivos dos programas trabalhados, risco da não continuidade dos projetos devido às mudanças nas lideranças do governo e, principalmente, o nosso objeto de estudo que é a desarticulação existente entre os programas a serem implantados, as secretarias responsáveis e os órgãos participantes, em relação às linhas de financiamentos para empreendimentos de geração de trabalho e renda para a população marginalizada.

O caráter assistencialista nas relações entre Estado-sociedade é um problema histórico, apesar das vitórias da democracia e da mobilização social no país, que ainda possui princípios paternalistas dificultando a auto-organização da sociedade civil, pois os incentivos e benefícios para uma ação coletiva acontecem por meio de troca de favores entre um líder da comunidade e seus contatos políticos (ABERS, *mimeo*, 1998). Segundo Maria Carmelita Yazbek (1995, p. 7-19), as práticas paternalistas dificultam as ações de desenvolvimento social, o assistencialismo é um fator que pode desvirtuar a índole das políticas sociais paliativas prejudicando a obtenção da cidadania dos indivíduos marginalizados.

A descentralização político-administrativa desarticulada e ineficiente não garante a independência dos governos locais para a implantação de práticas democráticas ao desenvolvimento alternativo. Soares e Godin ratificam a idéia de Yazbeck quando afirmam que a antiquada estrutura de trocas de favores entre Estado e representantes locais não favorece o desenvolvimento (SOARES e BAVA, *op. cit.*, p. 93).

O risco da não continuidade de projetos é um problema constante. Projetos começados pelo Estado são renunciados ou suprimidos quando governos são substituídos

por outros com planos políticos diferentes do anterior, portanto é imprescindível a independência desses projetos.

Dificuldade na obtenção de recursos para investimentos em projetos que podem gerar desenvolvimento alternativo, pois a independência local possui limites legais e financeiros. No nosso país uma parte da receita do município é resultado de transferências financeiras dos governos estaduais e federal, onde a maioria dos pequenos municípios sobrevive do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), repassado pelo governo federal. O restante da receita é do próprio município, conseguida por ajuste fiscal municipal.

A desarticulação entre o Estado e a sociedade-civil pode ser considerada, atualmente, como um dos maiores problemas para o desenvolvimento alternativo. A falta de organização e interação entre os diversos atores públicos e privados pode prejudicar a implantação e manutenção de programas econômicos e sociais, em nível local. Essa desarticulação pode acontecer entre os responsáveis pelas decisões como pelos executores dos programas de geração de trabalho e renda, decorrente de divergências técnicas ou políticas ou pela falta de informação sobre os objetivos dos programas de desenvolvimento alternativo.

Além dos problemas discutidos até aqui, pode-se considerar obstáculos aos projetos de desenvolvimento alternativo, por meio de ações comunitárias, a morosidade na tomada de decisões por parte dos gestores públicos e da população, que só visualiza sua participação quando há percepção de mudanças profundas no atendimento de suas necessidades. Mas a participação da população nessas decisões pode ser inibida pelo esforço e tempo não remunerados, conseqüentemente as comunidades mais pobres não possuem recursos para se articularem. Portanto, podem ocorrer conflitos de interesses entre a população devido as desigualdades sociais e econômicas, não viabilizando a negociação de resoluções.

Algumas dessas resoluções se resumem em programas redistributivos que atendem as classes mais pobres da população, contudo podem excluir a classe média e os empresários de diversos setores o que resultaria em dificuldade na governabilidade do país pela falta de apoio dos excluídos. Esse risco enfraquece os projetos comunitários pela sua dependência das ações articuladas entre classe média, empresários e governos, pois essa articulação é de cima para baixo, com participação efetiva e decisiva do governo com suas políticas públicas de geração de trabalho e renda.

Os governos municipais devem ampliar seus papéis para além de administrar os municípios e prestar serviços sociais à comunidade, sendo um condutor ao desenvolvimento econômico e social, gestor de sua economia e trabalhando para a redução de seus desaquecimentos.

Nas administrações democráticas e participativas existe a preocupação em conduzir o município ao desenvolvimento local por meio de um compromisso com a redistribuição de renda e trabalho mais efetivo. O esforço dos governos para tornar os municípios mais competitivos economicamente é percebido pelas políticas redistributivas com enfoque de igualdade social, portanto, tendo como objetivo principal o *Welfare State* local (SOARES e BAVA, *op. cit.*, p. 91).

Para Ladislau Dowbor (BAVA, 1996, p. 43) o Estado deve atuar como um facilitador das ações da sociedade. Nesse sentido é necessário criar meios de participar e negociar as políticas públicas de desenvolvimento alternativo, com representantes de governos, empresas privadas, instituições, organizações comunitárias e ONG's (BAVA, *op. cit.*, p. 7-28). Ainda, Dowbor discute que a intervenção pública em nível local para o desenvolvimento alternativo não pode deixar de atender outras questões, como criar condições favoráveis de geração de trabalho e renda sem esquecer do meio ambiente (BAVA, *op. cit.*, p. 32-33).

Entretanto, as condições favoráveis para se atingir o desenvolvimento alternativo, via políticas públicas de geração de trabalho e renda com preocupações ambientais são várias. O Estado pode diminuir ou extinguir os empecilhos legais e burocráticos da administração pública em relação aos empreendimentos econômicos, que são prejudiciais às organizações comunitárias, principalmente pela deficiência de capital. Além disso, o Estado possui infra-estruturas subutilizadas que poderiam ser aproveitadas pelas organizações comunitárias em projetos produtivos. Finalmente, o governo poderia disponibilizar a aquisição de crédito para a parcela da população de baixa renda, facilitando o acesso às linhas especiais de financiamentos, como o microcrédito.

Alguns autores assinalam várias outras formas de o governo definir políticas de desenvolvimento, uma delas seria investir em levantamentos de informações sobre a realidade econômica local; propõem a organização de cadastro de desempregados, investimento na preparação de análises sobre a economia local, controle e articulação dos recursos pouco utilizados (DOWBOR e BAVA, *op. cit.*, p. 24-25). Outra opção para os

programas de desenvolvimento seria as PPP's entre governos, universidades, agências de financiamentos, ONG's e outras mais. Por fim, o governo pode ajudar na formação profissional aos excluídos economicamente e socialmente, via incubadoras de cooperativas, facilitando à prática de empreendedorismo.

Contudo, muitos programas de formação não garantem a reintegração dos desempregados no mercado formal de trabalho como, também, os programas de financiamentos que não garantem a reinserção profissional. Para Paul Singer (1999, p. 118-125), a procura por mão-de-obra depende da crescente procura pela produção nas empresas, portanto se todos os desempregados se qualificassem ocorreria uma intensa concorrência entre eles, ocasionando redução nos salários de mercado. Isto acontece, em parte, devido às políticas públicas que qualificam profissionalmente a população de baixa renda não oferecerem expectativa de prosseguimento e/ou acompanhamento pós-qualificação. Geralmente a ênfase da população é a reinserção no mercado formal de trabalho, que devido a baixa qualificação, partem para os setores de limpeza, construção civil e outros, mas quando focam alternativas de independência e empreendedorismo sem qualidade tecnológica atuam em artesanato, costura, panificação.

As políticas públicas de geração de trabalho e renda que atuam nos setores considerados populares são consideradas emergenciais.

A qualificação da mão-de-obra aumenta a independência da população mais carente, porém é essencial que seja considerada um conjunto de cidadãos com totais condições de serem sujeitos do processo de desenvolvimento (DOWBOR, 1996, p. 29-44). Mas somente o conhecimento técnico não é suficiente, a formação deveria incentivar as ações da comunidade ampliando os direitos políticos e sociais dos cidadãos.

CAPÍTULO 3 - AÇÕES EFETIVAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

3.1. Projetos de Economia Solidária

É verificado até aqui os debates sobre novas formas de desenvolvimento alternativo e suas relações com o Estado e a sociedade-civil, inovando as políticas públicas sociais embasadas no incentivo à cooperação da população em organizações coletivas. Esses debates questionam a capacidade do governo em atenuar os resultados do mercado e sugerem o fortalecimento das organizações comunitárias para conseguir melhoria da qualidade de vida.

Economia solidária, economia popular solidária, economia social, sócioeconomia solidária, economia popular solidária são sinônimos que caracterizam associações que geram produção de acordo com relações de igualdade, buscando a socialização da riqueza gerada e a auto-gestão da atividade econômica.

A economia solidária surgiu, provavelmente na Inglaterra, logo após a Primeira Revolução Industrial e foi “criada” como resposta ao desemprego e a pobreza da população. Os trabalhadores se uniram e montaram cooperativas tendo o renomado empresário britânico Robert Owen e o francês, Charles Fourier, como seus maiores incentivadores (SINGER, 2004).

Foi um movimento muito bem aceito em vários países, pois atendia os objetivos iniciais dos trabalhadores de recuperarem trabalho e autonomia econômica. Mas a implantação e sobrevivência dos vários tipos de cooperativas (de consumo, de produção, de serviços, de crédito) não foram fáceis e, ao longo do tempo, muitas não conseguiram dar continuidade aos trabalhos.

Segundo Paul Singer (*op. cit.*), o cooperativismo começou a sua crise logo após a Segunda Guerra Mundial e ressurgiu, com muita força para o mundo, a partir da segunda metade dos anos 1970, devido ao desemprego em massa. O autor compara o velho cooperativismo ao novo: “O que distingue este ‘novo cooperativismo’ é a volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o não assalariamento” (SINGER, *op. cit.*, p.26).

No Brasil a economia solidária chegou com os emigrantes europeus, no início do século XX, seguiu o mesmo histórico dos outros países e tendo retornado como “fênix” nos anos 1980 e 1990. A economia solidária assume a forma de cooperativa ou associação, mas sempre autogestionárias (SINGER, *op. cit.*).

3.2. Autogestão

De acordo com a literatura existente é possível considerar a economia solidária como um contraponto à economia capitalista. A primeira utiliza a autogestão nas empresas e a segunda aplica a heterogestão.

Portanto, a grande diferença entre a economia solidária e a capitalista é a forma de sua administração. A autogestão é o que tem direcionado a organização e gestão do trabalho nos empreendimentos populares e solidários (CORRÊA, 2004). A empresa solidária se administra democraticamente, pois pratica a autogestão (SINGER, *op. cit.*).

Autogerir não é uma democratização da economia capitalista, mas são mudanças nos fundamentos inerentes a ela. Sendo assim, a autogestão pode quebrar...

(...) a alienação do processo de trabalho (com a autogestão todos/as os envolvidos no empreendimento devem/podem participar das discussões e decisões a virem ser tomadas); o fetiche do conhecimento (com a participação de todos, num processo de educação continuada, o conhecimento poderá ser reconstruído com a participação de todos, não sendo um privilégio de apenas alguns); a estrutura hierarquizada e vertical (com a autogestão não temos distribuição de poder, mas sim de responsabilidades, onde todas tem sua devida importância nas várias interfaces que se entrelaçam). (CORRÊA, *op. cit.*, p. 7).

Para José Ricardo Tauile (SILVA e VINHAS, out. 2004), a autogestão é vantajosa pelo fato de proteger as empresas solidárias de alguns riscos que as empresas capitalistas ou convencionais estão expostas, como motivação maior por estar trabalhando em um negócio próprio; criar pequenas inovações, inclusive nas ações cotidianas da empresa; melhoria na qualidade produtiva com redução de desperdícios; redução de fraudes devido à transparência da autogestão; gerar e preservar postos de trabalho a custos reduzidos.

Segundo Tauile (SILVA e VINHAS, *op. cit.*), no Brasil há dois conjuntos de empresas autogestionárias: o primeiro conjunto é formado por empresas que passaram ou

passam por um processo de falência; o segundo conjunto é composto de empresas que se originaram por estímulos das políticas públicas ou criadas a partir de iniciativas comunitárias que se organizaram cooperativamente para gerar subsistência a seus integrantes.

De acordo com Tauile (SILVA e VINHAS, *op. cit.*), o primeiro conjunto pode ser subdividido em três subconjuntos ou subgrupos:

1. O primeiro subgrupo consiste na idéia de que o funcionamento das empresas era inviável porque diversos aspectos de sua estratégia estavam (ou eram) inadequados para que elas pudessem operar no mercado a que se propunham;
2. O outro subgrupo compõe-se de empresas em que a direção anterior fazia valer taxas de exploração excessivas, apropriando-se privada e pessoalmente de uma parte substancial do excedente, sem reaplicá-lo no próprio negócio;
3. Finalmente, o terceiro subgrupo seria definido por empresas abrangidas por externalidades como quando, apesar da atualidade de seus processos, ficam prejudicadas pela falência ou mudança de estratégia em geral da empresa que as subcontrata.

Para Gaiger (ANTEAG, 2000), a força do trabalho autogestionário apresenta algumas vantagens em relação ao trabalho assalariado, tais como:

- Além do estímulo material ocorre o moral;
- Existe a co-responsabilidade na gestão, com metas e diretrizes;
- Todos devem identificar e corrigir os “gargalos” na empresa;
- Há troca de saberes e habilidades;
- Incentivos à iniciativa e criatividade é uma constante;
- Flexibilidade de funções;
- Promover a justiça e a igualdade;
- Propiciar autonomia, dignidade e humanização;
- Dirimir conflitos laborais e sociais.

Segundo Albuquerque (ANTEAG, 1998) é como uma nova forma de organização que busca pensar e construir o trabalho com prioridade à ação coletiva/grupal no seu sentido pleno, em que o grupo dirigido procura estabelecer o controle sobre o modelo organizacional, na medida em que impõe limites ao grupo dirigente, em que se garante

uma ação interdisciplinar e multifuncional, em que se responsabiliza o grupo, em que há autonomia das decisões coletivas, em que se busca a emancipação dos atores sociais que participam das relações de produção.

No Brasil, os modelos autogestionários que prosperam nos últimos anos, em grande parte, tem sido tentativas dos trabalhadores de garantir a manutenção do emprego e da renda. Os melhores exemplos de empresas autogestionárias são as cooperativas (principalmente de produção), pois dentro dos princípios originais da economia solidária, deve ser autogerida pelos seus sócios, os próprios trabalhadores. Estes devem cumprir as obrigações de seus cargos e também se preocupar com os problemas da empresa (SINGER, *op. cit.*).

Em Franca, 1991, quando uma empresa calçadista foi à falência, os trabalhadores, juntamente com o sindicato da categoria, articularam-se e reabriram a empresa, reiniciando a produção e recuperando 450 postos de trabalho. Experiências autogestionárias, como a citada, visam recuperar e manter o trabalho e a renda, buscando o compromisso dos trabalhadores com as atividades de produção, envolvendo a vontade e a inteligência coletiva. (ANTEAG, 1998).

Contudo, para Silva e Vinhas (2004) não importa a forma de organização dos trabalhadores, pois as empresas autogestionárias podem ser constituídas a partir de uma empresa “Ltda”, por uma sociedade anônima (S/A), por cooperativas, associações de trabalhadores e outras mais.

3.3. A gestão coletiva dos meios de produção

A autogestão é um campo de reflexão e prática em construção, onde os trabalhadores atuam como protagonistas de sua história, realizando ações inovadoras no mundo do trabalho, para além daquelas tradicionais do mundo assalariado. Organizam-se em grupos comunitários, núcleos cooperativos, empreendimentos solidários, cooperativas populares, associações de microempreendedores e empresas autogestionárias, em um processo contínuo de construção e reconstrução da vida.

Para Nakano (SINGER e SOUZA, 2000), a autogestão é um modelo de gestão onde o controle da empresa e as decisões são exercidas pelos trabalhadores. Tomam decisões

sobre metas de produção, participação dos resultados, política de investimentos e modernização, política de relacionamento entre as pessoas, mercado.

O projeto de autogestão não se realiza sem a ação e reflexão efetivas dos trabalhadores, portanto, para que seja exitoso são necessários parâmetros mínimos como (ANTEAG, 2000):

- a) Democratização das tarefas que envolvam raciocínio, eliminando obstáculos para o acesso e a construção de novos conhecimentos;
- b) Motivação dos trabalhadores de forma que acreditem no projeto e na inteligência coletiva;
- c) Viabilidade do projeto e rentabilidade no médio e logo prazo;
- d) Integração da empresa em “redes de negócios”, transformando a inteligência coletiva no principal patrimônio das empresas autogestionárias;
- e) Implantação de técnicas modernas e efetivas de gestão, com o envolvimento e a realização das pessoas;
- f) Gestão com transparência e democratização das informações, com o incentivo e a contribuição dos trabalhadores;
- g) Parceria de trabalho com o sindicato de trabalhadores, caso tenha apoiado o projeto autogestionário.

A rede de empreendimentos autogestionários criados e recriados pelos trabalhadores ao longo da história brasileira, configurando um projeto local no campo da economia solidária, evidencia a riqueza de sentidos que eles são capazes de produzir em suas ações, porém, de acordo com Nakano (SINGER e SOUZA, *op. cit.*), isso somente poderia ser configurado como uma ação transformadora se tiver respaldo do setor público.

Muitos autores discutem que a economia solidária surge como resposta da população à crise no mercado de trabalho. Muitos visualizam um caráter de emergência, imediatista e de transformação política e social, portanto a economia solidária seria uma resposta à crise do socialismo real quando estudada do ponto de vista da autogestão.

Há autores que interpretam a economia popular como uma economia alternativa à economia capitalista ou do trabalho, pois inclui setores do trabalho e não do capital. A economia do trabalho ou popular não é, obrigatoriamente, associativa podendo ser

empreendimentos individuais ou familiares. Portanto, a economia solidária seria uma parte da economia de setores populares.

A solidariedade é uma ajuda mútua entre indivíduos não podendo ser confundida com as idéias de caridade ou filantropia que, muitas vezes, estão nos discursos de atores externos que auxiliam a população carente.

Na América Latina o debate sobre economia solidária está, para a maioria dos autores, relacionado à crises econômicas e exclusão social que geram a informalidade, desemprego, marginalidade e precariedade no mercado de trabalho. Contudo, não se pode relegar a economia solidária a um papel de solução emergencial para populações de baixa renda, é uma idéia muito mais ampla, uma questão de formas alternativas de desenvolvimento econômico e social que exige competência técnica e competitividade no mercado.

3.4. Economia Solidária no Brasil

Muitos teóricos e agentes sociais tem apresentado interesse sobre a economia solidária no Brasil e sua evolução, principalmente quando está relacionada a um contexto de crise, desemprego e exclusão. Dentro do estudo da economia solidária há uma visualização das várias formas de geração de trabalho e renda, como: as cooperativas, projetos alternativos comunitários, empresas autogestionárias, incubadoras e clubes de troca.

As cooperativas no Brasil são regulamentadas por lei, tendo vários pré-requisitos à sua implantação e algumas são filiadas a Organização Cooperativa Brasileira (OCB). As cooperativas agrícolas, originadas no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), estão em contraposição às cooperativas agroindustriais filiadas às federações oficiais, que são vistas como cooperativas com tendências a concentração da renda e riqueza e a exploração de trabalhadores rurais. Além das cooperativas agrícolas, o MST incentiva as cooperativas de prestação de serviços de comercialização, crédito, saúde, educação e outras (SINGER e SOUZA, *op. cit.*, p.81-92).

Em relação ao campo há, também, o Sistema de Cooperativas de Crédito com Interação Solidária (CRESOL), que é uma rede integrada de cooperativas de crédito rural

cujo objetivo inicial era de facilitar a obtenção de financiamentos para pequenos agricultores familiares. Outros objetivos foram agregados ao inicial, como: poupança, conta-corrente, talão de cheques, pagamento de contas e crédito pessoal (SINGER e SOUZA, *op. cit.*, p. 193-218).

Os projetos alternativos comunitários relacionados a economia solidária recebe apoio de várias entidades e entre elas está a Cáritas Brasileira, que é vinculada a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que estruturam projetos para os “excluídos” chamados de Projetos Alternativos Comunitários (PACs). Os PACs apóiam projetos de movimentos populares, de sindicatos, projetos econômicos coletivos, de produção ou prestação de serviços. Esse apoio acontece via crédito subsidiado e assessoria técnica, com investimentos das cáritas européias (GAIGER, 1996, p. 59-86).

As empresas autogestionárias tiveram alavancagem a partir dos anos 1980, devido as graves crises econômicas ocorridas e que levaram muitas empresas à concordata ou falência. Os trabalhadores passaram a arrendar ou adquirir coletivamente essas empresas, adotando o sistema de autogestão sob a forma de cooperativas, com isso houve um movimento de abertura dos sindicatos para o tema do cooperativismo. O sindicato é a primeira opção quando trabalhadores precisam de um representante legal em casos de concordata e falência da empresa que trabalham, nesse sentido o próprio sindicato sugere as ações de autogestão.

O maior exemplo dessa ação é a criação da Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG) com o apoio do Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos (DIEESE), cujo objetivo é desenvolver junto aos trabalhadores uma metodologia própria para implantar a autogestão e transferir as empresas para eles; ao longo do tempo continuaram a ter ligação com o sindicato, mas adquiriu uma relativa autonomia por ser uma organização social (SINGER e SOUZA, *op. cit.*, p. 65-80). No ano de 1999 as cooperativas criadas com a ajuda do sindicato fundaram a União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (UNISOL Cooperativas) que, diferentemente da ANTEAG, continua vinculada aos sindicatos que a fundaram.

As incubadoras universitárias de cooperativas populares partem do pressuposto de que as universidades são os centros produtores de conhecimentos e estes devem ser disponibilizados à todos, especialmente aos indivíduos que não dispõem de apoio e

recursos. Em 1996 foi criada a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), trabalhando em conjunto os professores, técnicos e estudantes de graduação e pós-graduação, tendo recursos de órgãos como Fundação Banco do Brasil (SINGER e SOUZA, *op. cit.*, p. 111-134). Todas as incubadoras partiram de idéias comuns, tentando a construção de um projeto que não incorresse em assistencialismo, e acabaram desenvolvendo uma metodologia própria e diferenciada para cada universidade, de acordo com as experiências vividas e adaptadas às características dos grupos incubados (GUIMARÃES, 1999).

Os clubes de troca ou redes não são tão divulgados no Brasil como em outros países, as redes de economia solidária são “novas” e a mais conhecida é o Fórum do Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro, com a participação de 200 cooperativas. As entidades que mais colaboram para o desenvolvimento de redes de economia solidária são as ONG's, PACs e Cáritas (SINGER e SOUZA, *op. cit.*, p. 221-243 e 317-332).

A economia solidária tem conseguido aumentar seus defensores, isso foi verificado quando se destacou o papel de sindicatos, universidades, igrejas, movimentos populares urbanos e rurais, ONG's e, também, do setor público que estão tentando fomentar e apoiar a economia solidária.

3.5 Mapeamento da Economia Solidária e da Autogestão no Brasil

A iniciativa da economia solidária e da autogestão no Brasil sempre ocorreu, discutido anteriormente, a partir de ações de organizações da sociedade civil como ONG's, igrejas, sindicatos e universidades. Atualmente, existe a preocupação da implantação de políticas públicas, em todas as esferas, voltadas ao desenvolvimento desse movimento.

No campo da política de Estado surge, em 2003, o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), subordinada ao Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), como expressão de um movimento social fixado nos movimentos cooperativistas e na Economia Solidária em contrapartida ao Capitalismo e ao desemprego (NASCIMENTO, jul. 2005).

O CNES foi concebido como órgão consultivo e deliberativo de interlocução entre a SENAES e os setores da Sociedade Civil e do Governo Federal que atuam em prol da

Economia Solidária. Tem como atribuições principais a proposição de diretrizes para as políticas de economia solidária dos Ministérios e Secretarias que o integram e o acompanhamento da execução dessas políticas. As funções de Secretaria-Executiva do Conselho serão exercidas pela SENAES. O Conselho é composto por 56 entidades divididas entre três setores: Governo, Empreendimentos de Economia Solidária e Entidades Não Governamentais de fomento e assessoria à economia solidária (MTE, mai. 2006).

O objetivo da SENAES e do MTE (MTE, mai. 2006) é: “Promover o fortalecimento e a divulgação da Economia Solidária, mediante políticas integradas, visando a geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário.”

Para que o governo possa elaborar políticas governamentais adequadas às empresas autogestionárias, atendendo seu objetivo, é necessário ter todas as informações possíveis sobre elas. Não se pode agir sobre algo invisível. Para isso a SENAES e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) estão mapeando a economia solidária e a autogestão no Brasil, através de seus Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), para que possa ser implantado o Sistema de Informações da Economia Solidária (SIES) cujos objetivos são: dar visibilidade à economia solidária, orientar o processo de organização do movimento da economia solidária, identificar e subsidiar os processos de formulação e execução de políticas públicas para seu desenvolvimento (SENAES, mai.2006).

Os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) são organizações (ECOSOL, mai. 2006):

- a) Coletivas supra-familiares de trabalhadores(as) dos meios urbano e rural que exercem a gestão coletiva do empreendimento;
- b) Permanentes (não são práticas eventuais);
- c) Podem dispor ou não de registro legal;
- d) Realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de crédito popular, de comercialização e de consumo solidário;
- e) São organizações singulares ou complexas.

Conforme informações do MTE foram identificados pela SENAES/SIES, aproximadamente, quinze mil EES com a participação de mais de 1 milhão e duzentos mil

trabalhadores (homens e mulheres) e cem mil famílias, englobando atividades de produção de bens, prestação de serviços, consumo e crédito, na região urbana e rural (MTE, mai. 2006).

Os empreendimentos solidários confirmados estão distribuídos por região, no Brasil, de acordo com a tabela 1, contudo segundo o SIES deve ser considerado como um resultado parcial, pois o levantamentos das EES são dinâmicos e em constante alteração.

Tabela 1 – Empreendimentos solidários distribuídos por região no Brasil

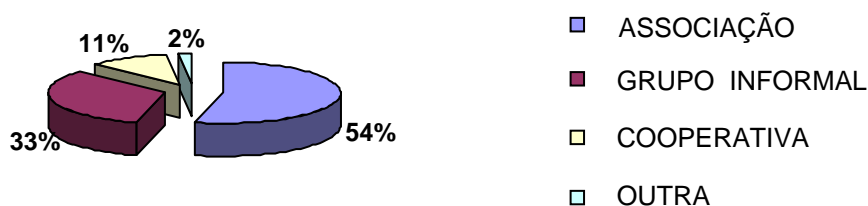
Região	Empreendimentos	Percentual (%)
Centro-Oeste	1.785	12
Norte	1.884	13
Nordeste	6.549	44
Sudeste	2.144	14
Sul	2.592	17
TOTAL	14.954	100

Fonte: www.sies.mte.gov.br (mai. 2006).

Segundo a Tabela 1 a região nordeste é a detentora da maioria dos empreendimentos solidários, isso ratifica a idéia de que a economia solidária poderia ser uma saída para a falta de empregos formais. Já a região centro-oeste possui a menor parcela de empreendimentos solidários.

De acordo com os levantamentos do SIES, os empreendimentos econômicos solidários estão agrupados em organizações específicas, conforme demonstra o Gráfico 1 e que as associações são as organizações predominantes entre eles, perfazendo um total de 54% do montante dos empreendimentos no Brasil. (ECOSOL, mai. 2006).

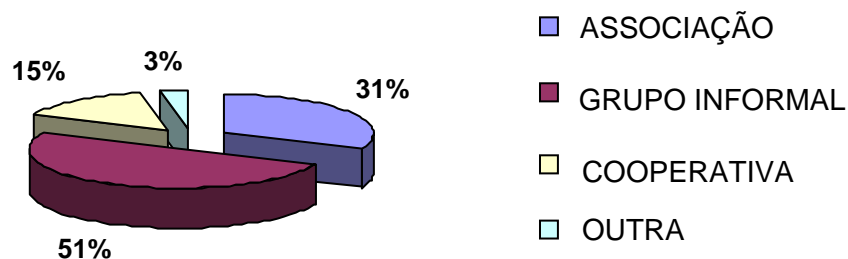
Gráfico 1 – Empreendimentos segundo forma de organização no Brasil



Fonte: www.sies.mte.gov.br (mai. 2006).

Na região Sudeste, onde está inserido o município de Bauru, tem-se a seguinte disposição dos EES quanto a sua organização, conforme demonstrado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Empreendimentos segundo forma de organização no Sudeste do Brasil



Fonte: www.sies.mte.gov.br (mai. 2006).

Pode-se notar que a forma de organização predominante no Sudeste é o grupo informal, diferentemente do restante do país.

Isto pode ser explicado pela evolução das taxas de desemprego, ou seja, a informalidade está sendo a, provável, única saída para uma grande parcela da população na região Sudeste de nosso país.

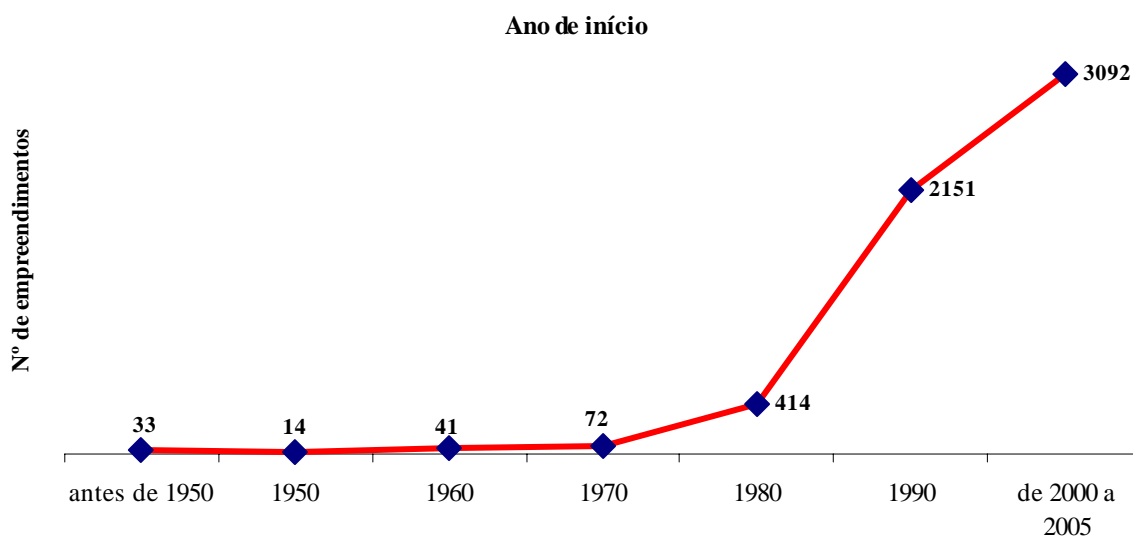
Outros dados interessantes dizem respeito ao ano de início desses empreendimentos e, no Gráfico 3 (p. 40) pode-se verificar que os empreendimentos solidários começaram a despontar e crescer a partir dos anos 1980, justamente quando ocorreram os piores índices de desemprego no País.

O período de início desses empreendimentos ratifica a idéia anterior, ou seja, a iniciativa de empreendimentos solidários, seja de consumo, de produção ou de serviços, poderiam ser uma solução encontrada pela população economicamente mobilizável que está inativa a partir dos anos 1980.

Não é o foco deste estudo, mas uma simples verificação nos indicadores econômicos do país nos anos 1980, que demonstram a queda nos índices de emprego e de renda, explicam o movimento de novos empreendimentos solidários.

Contudo, outras pesquisas realizadas, principalmente pelo Sebrae, informam que muitos desses empreendimentos não ultrapassam 4 anos de existência. Provavelmente a causa é a escassa experiência em autogestão (SEBRAE, 7.8.2006).

Gráfico 3 – Empreendimentos solidários no Brasil



Fonte: www.sies.mte.gov.br (mai. 2006).

Os motivos para a criação de EES são vários, porém apenas os quatro primeiros (com os maiores percentuais) são considerados como principais no Brasil, na visão do MTE e isso pode ser visualizado no Gráfico 4 (p. 41).

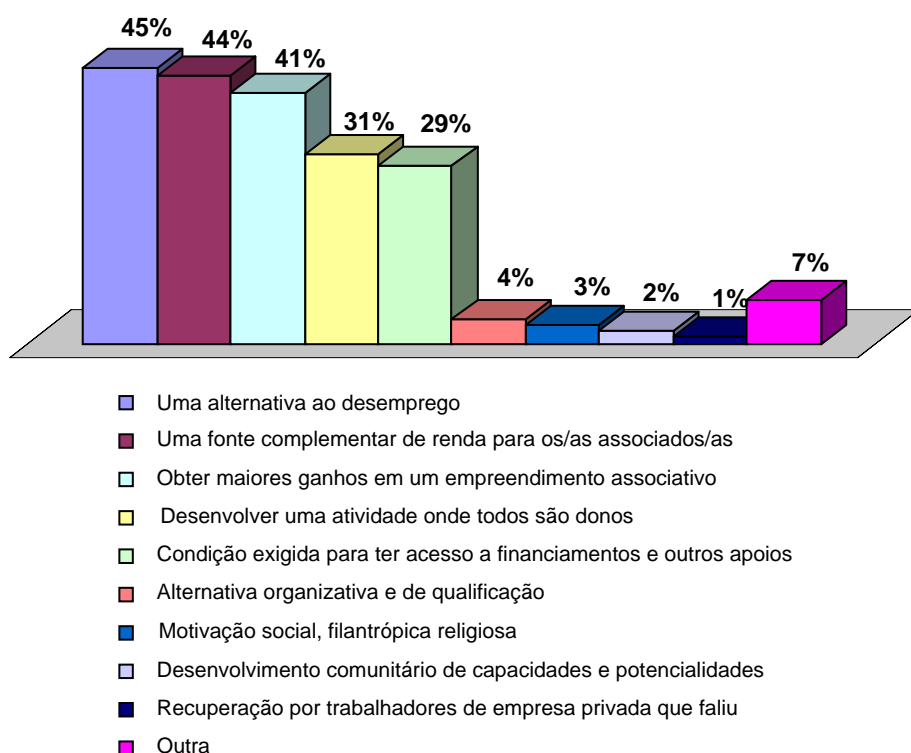
No gráfico 4 pode-se verificar que a alternativa ao desemprego é o principal motivo para a criação de um EES para os pesquisados, seguida por fonte complementar de renda, ganhos em empreendimentos associativos e exercer uma atividade onde se é o dono.

Em segundo lugar está a oportunidade de ampliar a renda do associados, a partir de uma fonte alternativa, já que em muitos casos ocorre que os associados possuem empregos formais. Após tem-se a oportunidade de obter ganhos em um empreendimento associativo e finalmente, desenvolver uma atividade onde todos são sócios.

É interessante observar que o quinto item, com 29% de escolha dos pesquisados, não é considerado de grande importância para a pesquisa do MTE, justamente o item que mais inibe a ação das cooperativas e associações, que é a condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios, no caso brasileiro seria o microcrédito trabalhado pelos Bancos do Povo e Bancos do Povo Paulista.

Infelizmente, é um problema difícil de ser solucionado no médio prazo, provavelmente, depois de uma educação constante voltada aos preceitos dos empreendimentos solidários, pode-se ter acesso mais fácil ao microcrédito.

Gráfico 4 – Motivos para criação dos EES no Brasil



Fonte: www.sies.mte.gov.br (mai. 2006).

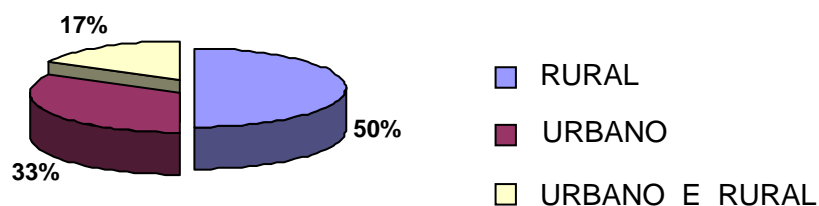
Em relação a área de atuação dos EES pode-se verificar, no Gráfico 4, que estão concentradas na área rural vindo a confirmar as informações do Gráfico 6 (p. 42) onde tem-se a predominância na produção agropecuária, extrativismo e pesca .

O Gráfico 5 (p. 42) apresenta uma distribuição de 50% dos empreendimentos solidários fixados na área rural, complementado com 17% de atuação mista entre a área rural e a urbana.

Confrontando as informações do Gráfico 5 com o 4, pode-se especular que o trabalhador desempregado, provavelmente, busca suas raízes (área rural) para tentar gerar uma fonte viável de renda.

No caso brasileiro é considerado normal essa predominância, pois o país é tradicionalmente dependente do setor primário, produzindo e exportando bens de consumo de primeira necessidade, que a partir dos anos 1990 começou a ter valor agregado, com a transformação deles nas agroindústrias.

Gráfico 5 – Área de atuação dos EES no Brasil

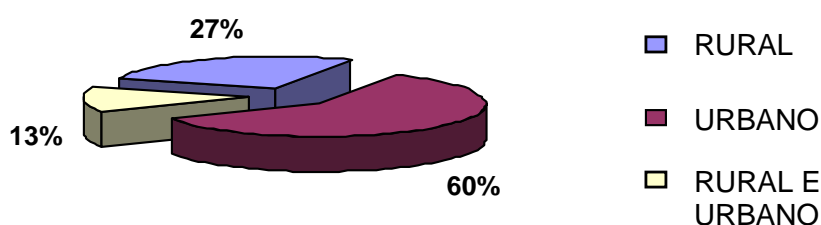


Fonte: www.sies.mte.gov.br (mai. 2006).

O Gráfico 6 mostra que na região Sudeste os Empreendimentos Econômicos Solidários estão concentrados na área urbana perfazendo um total de 60% dos empreendimentos pesquisados, sendo complementado com 13% de atividade mista. A área rural detêm 27% do montante, ratificando o êxodo rural nessa área, detectado em diversos estudos sobre concentração de renda.

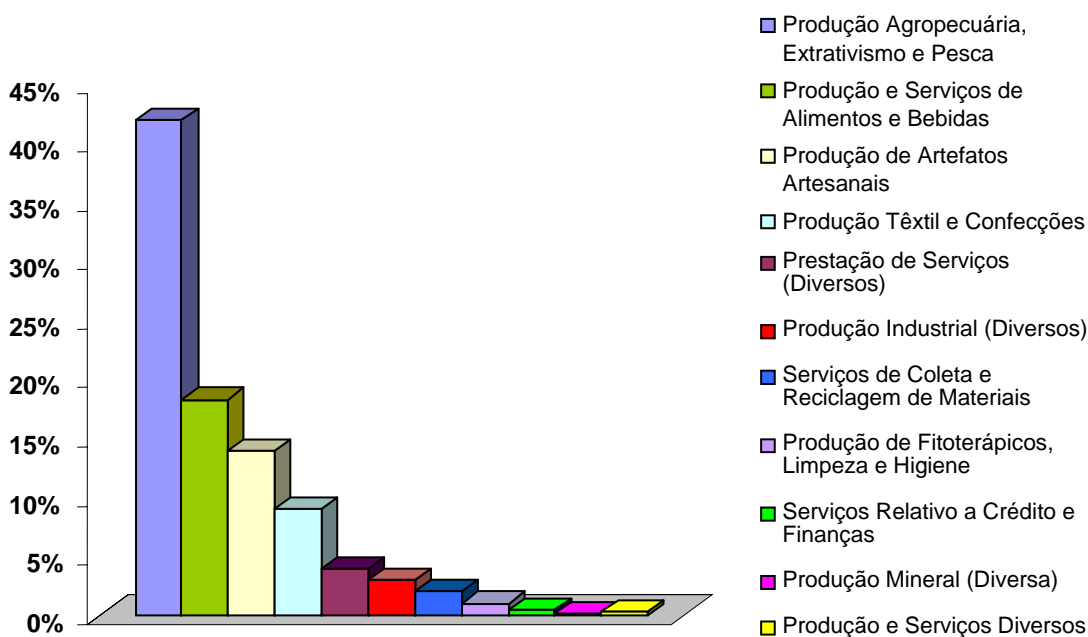
É um movimento contrário ao restante do país, verificado no Gráfico 4 (p. 41), sendo uma ação justificável, pois na região Sudeste há uma concentração maior de trabalhadores e atividades no setor secundário e, por esta característica era de se esperar essa predominância.

Gráfico 6 – Área de atuação dos EES na região Sudeste



Fonte: www.sies.mte.gov.br (mai. 2006).

Gráfico 7 – Distribuição dos produtos por tipo de atividades no Brasil



Fonte: www.sies.mte.gov.br (mai. 2006).

Como comentado anteriormente, o Gráfico 7 demonstra a concentração das atividades dos empreendimentos solidários, no Brasil, na área rural via produção agropecuária, extrativismo e pesca.

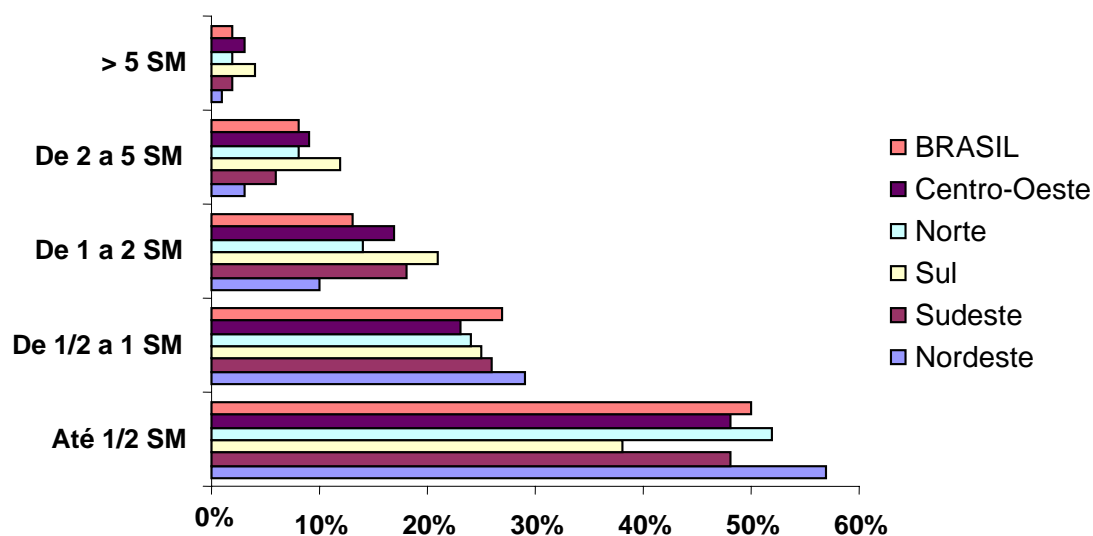
Na seqüência, em percentuais bem inferiores, constam as atividades de produção e serviços de alimentos e bebidas, produção de artefatos artesanais e produção têxtil e confecções.

A atividade de serviços de coleta e reciclagem de materiais que poderia ser considerada, por muitos, como uma das principais fontes geradoras de trabalho e renda, ficou na sétima posição das onze atividades elencadas na pesquisa.

Em relação a remuneração, dos 14.954 empreendimentos pesquisados, 8.870 (59,3%) informaram a remuneração dos sócios. Deste total, 50% apresentam remuneração com valor de até meio salário-mínimo (SM), em 26,1% a remuneração é de meio a um SM perfazendo um total de 76,1%, conforme demonstrado no Gráfico 8 (p. 44).

Na verificação desses dados por região, os percentuais de até 1 SM aumentam no Nordeste do país e, para 2 ou mais SM a concentração maior é na região Sul, onde se encontra os grandes programas de geração de trabalho e renda via economia solidária.

Gráfico 8 – Distribuição % dos EES por faixas de remuneração – Brasil e Regiões



Fonte: www.sies.mte.gov.br (mai. 2006).

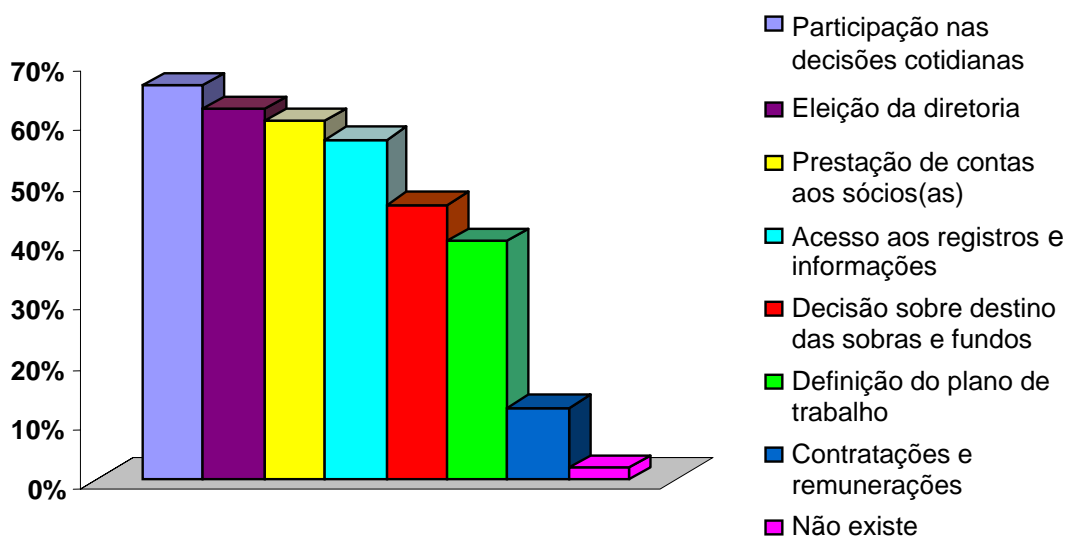
A participação dos sócios nos Empreendimentos Econômicos Solidários ocorre, principalmente, nas decisões cotidianas e na escolha da direção.

Isto pode ser verificado no Gráfico 9 (p. 45) onde, aproximadamente, 64% dos Empreendimentos Econômicos Solidários afirmaram existir mecanismos de participação nas decisões cotidianas e, 61% afirmaram existir mecanismos de participação para eleição da diretoria. Mas a forma como essas ações são realizadas não foram descritas nas pesquisas realizadas, seria uma informação importante para realizar análise sobre esse comportamento.

Além disso, aproximadamente 58% afirmaram que a prestação de contas é realizada em assembleias e reuniões e que 55% dos sócios e sócias tem acesso aos registros e informações dos EES. Também não foram discriminadas os períodos em que se realizam essas verificações por parte dos associados(as) e nem as ações derivadas dessas informações contábeis.

O interessante é em relação ao item sobre as decisões relacionadas ao destino das sobras e fundos, pelas pesquisadas realizadas menos de 50% dos associados(as) participam dessa decisão. Não deixa de ser inquietante, pois se trata de ações futuras em investimentos.

Gráfico 9 – Formas de Participação dos Sócios – Brasil



Fonte: www.sies.mte.gov.br (mai. 2006).

Já no Gráfico 10 (p. 46), de acordo com os levantamentos realizados pela SIES, lembrando que esses dados são das organizações registradas oficialmente nos órgãos competentes, vê-se que as maiores dificuldades dos Empreendimentos Econômicos Solidários são:

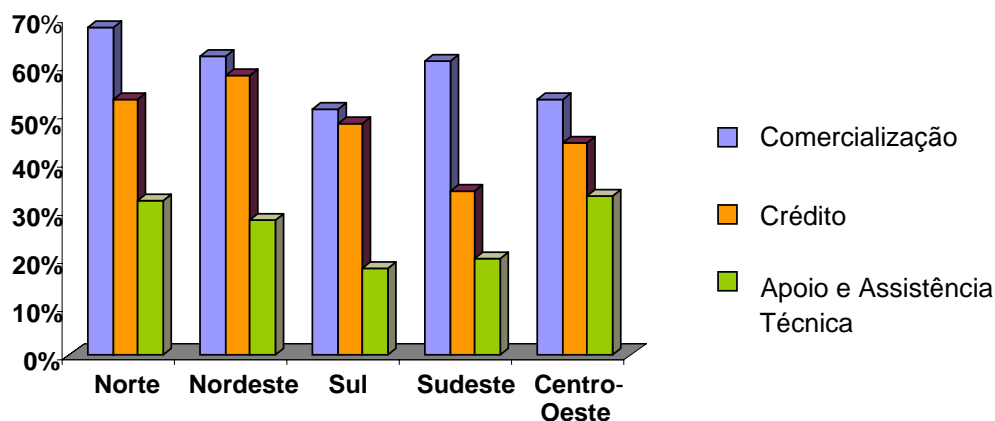
- a comercialização de seus produtos e serviços;
- os créditos e apoio e,
- a assistência técnica para que se mantenham em funcionamento.

Infelizmente não há formas concretas de mensurar as organizações que trabalham sem o reconhecimento legal do Estado, pois não estão documentadas e devidamente registradas. Neste caso, essas informações podem ser consideradas uma correta aproximação da nossa realidade.

Em todas as regiões o maior problema é em relação a comercialização dos produtos e serviços oferecidos pelos EES.

A região norte do país apresenta maiores percentuais das dificuldades elencadas pelos Empreendimentos Econômicos Solidários pesquisados. É compreensível, pois ainda é uma região a ser melhor gerenciada pelo Estado.

Gráfico 10 – Dificuldades dos Empreendimentos Econômicos Solidários por Região



Fonte: www.sies.mte.gov.br (mai. 2006).

Entre os itens mapeados nos Empreendimentos Econômicos Solidários está o compromisso e a participação social desses empreendimentos, demonstrados no Gráfico 11 (p. 47). Contudo, infelizmente a pesquisa não apresenta a forma como ocorre essa participação, seria um item muito importante para análise devido a grande importância desse tema para todas as empresas, na atualidade.

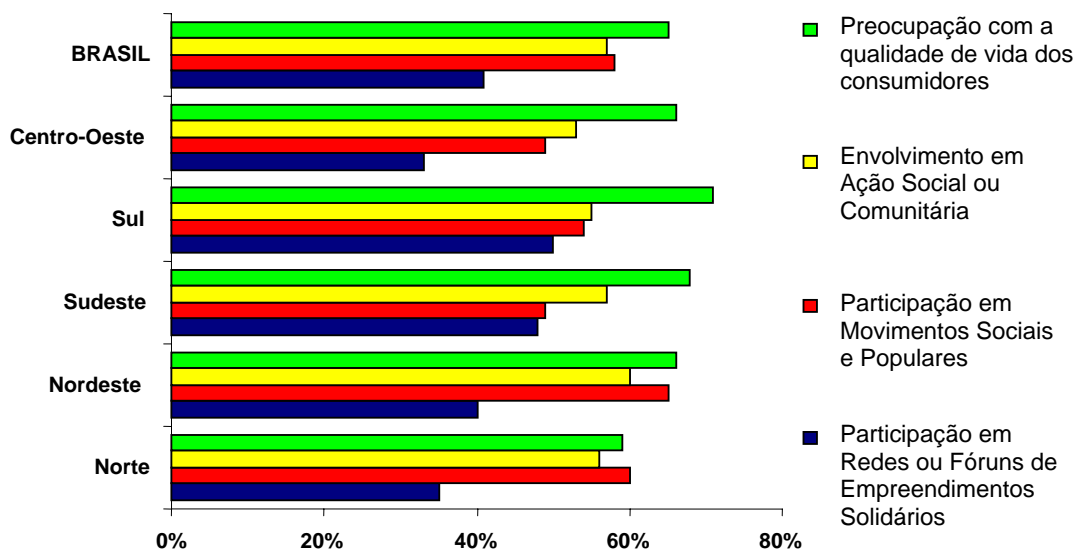
Do total dos EES, aproximadamente 67,4% afirmaram que se preocupam com a qualidade de vida dos consumidores de seus produtos e serviços e 58,2% tem compromisso social ou comunitário.

São participantes de movimentos sociais e populares cerca de 59,4% e 42,2% de redes ou fóruns de Economia Solidária.

Constata-se que no Sul e Sudeste os Empreendimentos Econômicos Solidários participam acima da média nacional das redes ou fóruns de Economia Solidária, 51,5% e 49%, respectivamente.

Que esses empreendimentos, no Nordeste, se destacam pela sua participação em movimentos sociais e populares, perfazendo 66,1% aproximadamente do total verificado.

Gráfico 11 – Compromisso e participação social dos EES – Brasil e Regiões



Fonte: www.sies.mte.gov.br (mai. 2006).

A pesquisa do SENAES/SIES se certificou em mapear a preocupação com a qualidade de vida e, também, com o meio ambiente. Constatou que 28,6% (4.280) dos EES oferecem produtos orgânicos ou livres de agrotóxicos, enquanto que 31,8% (4.754) realizaram reaproveitamento de resíduos. As figuras a seguir mostram onde estão localizados esses empreendimentos.

Na Figura 1 (p. 48) tem-se o levantamento das EES que realizam produção agroecológica, sinalizadas pela cor verde. Pode-se verificar que a menor incidência desse tipo de produção ocorre na região Sudeste, onde predomina a produção industrial em larga escala. Nas regiões Centro-oeste e Nordeste há uma predominância da produção agroecológica.

Na Figura 2 (p. 48) apresentam-se as EES que realizam tratamento ou reaproveitamento de resíduos, demarcadas pela cor marrom.

A análise da Figura 1 pode ser transferida para a Figura 2, a região Sudeste pouco reutiliza seus resíduos mesmo sendo a região que produz um maior número deles. As regiões Centro-oeste e Nordeste são as que mais reutilizam seus resíduos.

Figura 1 – EES que realizam produção agroecológica



Fonte: www.sies.mte.gov.br (mai. 2006).

Figura 2 – EES que realizam tratamento ou reaproveitamento de resíduos

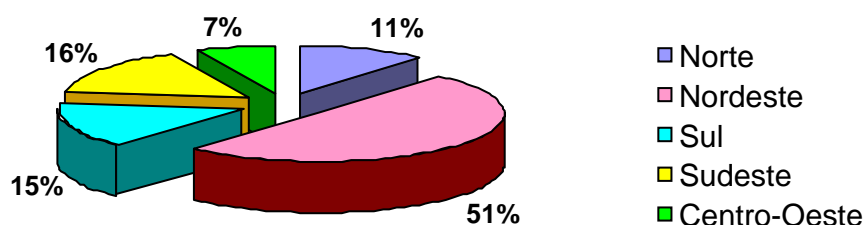


Fonte: www.sies.mte.gov.br (mai. 2006).

Em toda literatura existente sobre os empreendimentos de economia solidária e de autogestão fica caracterizado a necessidade das entidades de apoio, principalmente no que se refere aos investimentos que estas podem gerar.

Sabendo disso o SIES está levantando dados sobre as Entidades de Apoio e Fomento aos empreendimentos econômicos solidários (EAFs) chegando aos dados parciais mostrados no Gráfico 12.

Gráfico 12 – Entidades de apoio e fomento das EES por região



Fonte: www.sies.mte.gov.br (mai. 2006)

Pode-se verificar que 51% das EAFs estão sediadas na região Nordeste e que no Sudeste tem-se apenas 16% delas, é pouca atuação para uma área considerada extremamente rica em investimentos.

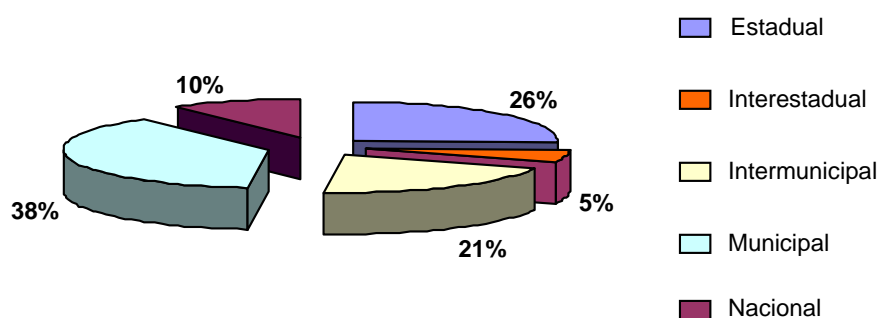
Esta informação pode ser ratificada na Tabela 1 (p: 38), onde o maior número de EES está na região nordeste, logo na mesma região encontra-se o maior número de entidades de apoio a esses empreendimentos.

A análise contrária pode ser feita para a região centro-oeste.

Segundo a pesquisa, mais da metade das entidades de apoio e fomento à Economia Solidária tem abrangência municipal (38%) ou intermunicipal (21%), como pode ser verificado no Gráfico 13 (p. 50).

Este mapeamento fortifica a idéia de que a Economia Solidária só tende a ser eficiente e eficaz quando há uma participação mais acentuada das prefeituras, em parceria com organizações não governamentais.

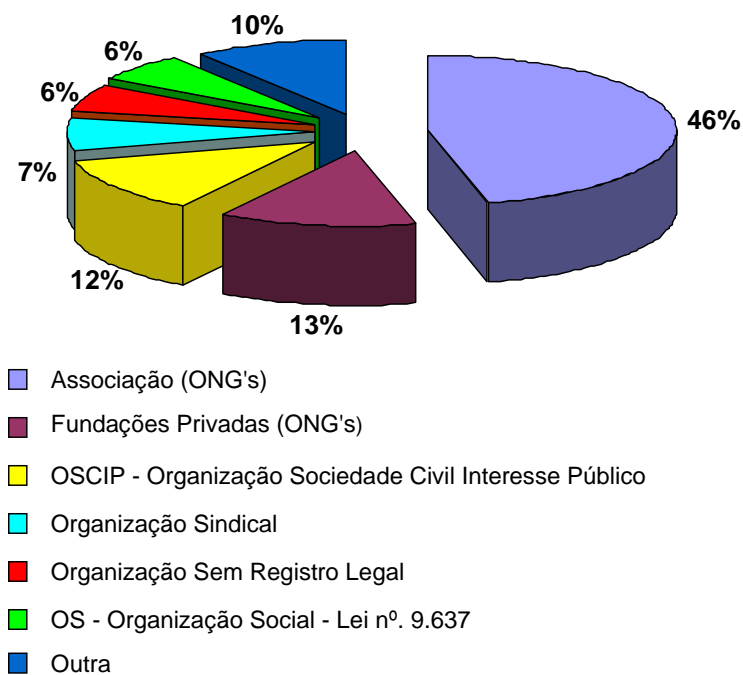
Gráfico 13 – Abrangência e atuação das EAFs à Economia Solidária



Fonte: www.sies.mte.gov.br (mai. 2006).

Quanto a forma e organização das EAFs, verifica-se no Gráfico 14 que há uma predominância das Organizações Não Governamentais com natureza jurídica de associação (46%), Fundações (13%), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPS (12%).

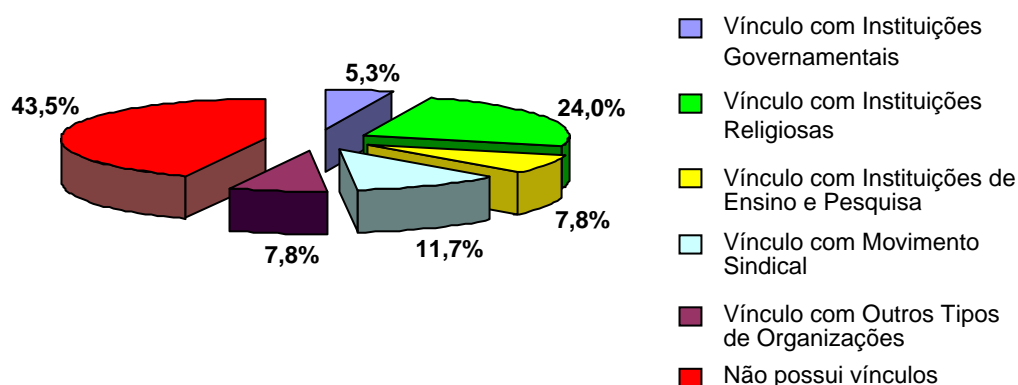
Gráfico 14 – Natureza Jurídica das EAFs



Fonte: www.sies.mte.gov.br (mai. 2006).

Do total das organizações, 43,5% afirmam não possuir nenhum tipo de vínculo com outras organizações sociais e políticas. No Gráfico 15 destaca-se o vínculo com instituições religiosas (24%), seguido pelo movimento sindical (11,7%), além de outras.

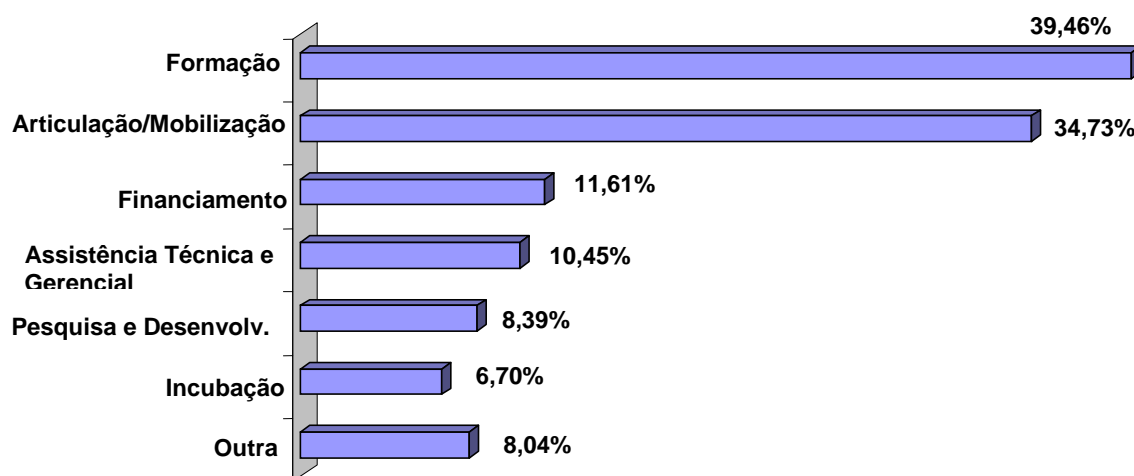
Gráfico 15 – Vínculos Sociais e Políticos das EAFs



Fonte: www.sies.mte.gov.br (mai. 2006).

Entre os tipos de atividades desenvolvidas pelas EAFs, predominam as de formação com 39,5% do total de empreendimentos e as de articulação/mobilização com 34,7%. As atividades que interessam a este estudo, financiamentos, ficaram no patamar de 11,61% de acordo com o Gráfico 16.

Gráfico 16 – Tipos de Atuação das EAFs



Fonte: www.sies.mte.gov.br (mai. 2006).

O levantamento que está sendo realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária e pelo Sistema de Informações da Economia Solidária é de suma importância, pois acabará com um gargalo nas políticas públicas do país, será a fonte de informações necessárias para que haja um efetivo trabalho por parte do governo em relação aos empreendimentos solidários e de autogestão.

3.6 Economia Solidária e o Estado

O estímulo aos programas de geração de trabalho e de renda via economia solidária vem aumentando enquanto ação do Estado para o desenvolvimento, principalmente, local. A atuação do Estado vinculada à economia solidária em termos de apoio político, normas e financeiro demanda, ainda, debate e revisão de atitudes. O pressuposto de que formas associativas autônomas possam despontar por iniciativa do Estado continua a apresentar-se de modo questionável entre atores e teóricos do atual movimento de economia solidária.

A discussão sobre os programas de geração de trabalho e renda via economia solidária circundam sempre as ações da criação de cooperativas, consideradas por muitos a melhor e, talvez a única, solução para a população carente de uma localidade.

Autores ligados aos conceitos socialistas e que contribuem para o estudo da economia solidária defendem uma revolução social, de baixo para cima por meio de associações independentes fundadas pela sociedade civil e não se preocupam, muito, com a possibilidade de uma revolução política ou do poder do Estado.

Orlando Nuñez identifica o valor de chegar ao poder político, porém sugere que o conceito de poder ocorra para além do Estado, se associe a supremacia social da população organizada. Para ele o Estado “deve complementar e garantir, através do controle social associativo sobre os recursos, valores, instituições e regras do mercado, as bases permanentes de uma democracia econômica e participativa” (NUÑEZ, 1998, p. 63).

Paul Singer acredita que o moroso processo de organização e construção de formas alternativas nas relações econômicas está relacionado às lutas dos trabalhadores, contudo reconhece que a forma socialista de produção não será hegemônica por meio de vitória política desses trabalhadores.

“Nós temos que parar de apostar apenas na luta política, por mais que ela seja importante. Eleições para o executivo, criação de maiorias parlamentares, avanço dos direitos humanos, dos direitos dos trabalhadores, do direito dos consumidores, e mil outras lutas políticas são passos igualmente importantes se um dia quisermos um outro tipo de sociedade. Mas isso tem que andar paralelo com a autogestão. Não se pode condicionar a autogestão à vitória política. E eu tenho um argumento a mais: se criarmos uma autogestão protegida pelo Estado, ela jamais será competitiva e não será eficiente. Na primeira derrota política afunda.” (SINGER, 1999, p. 23).

João Machado crê que um ocasional apoio do Estado às cooperativas, via programas de geração de trabalho e renda, poderia significar uma forma de igualar condições com a empresa tradicional. A economia solidária organizada seria um dos pontos de debate do atual movimento socialista no Brasil, em conjunto com as alterações das leis trabalhistas e das mudanças do Estado em suas relações com a sociedade-civil, aplicando a democracia participativa e aumentando o controle das questões sociais (SINGER e MACHADO, 2000).

Para Machado é uma vantagem estratégica que o Estado pense em suas ações e iniciativas com conceitos socialistas no capitalismo, principalmente em relação ao fomento e apoio à economia solidária. Seria vantajoso porque poderia ter as experiências de gestão coletiva e de combate à exclusão tão omissa no capitalismo.

A observação de Paul Singer sobre a dependência e fragilidade dos programas de trabalho e geração de renda criados pelo Estado, principalmente no que se referem as cooperativas, não pode ser ignorada. É arriscado estimular, de cima para baixo, a criação de organizações que devem ser independentes e igualitárias mesmo com o apoio de atores externos, pois grande parte das organizações econômicas solidárias nasce de baixo para cima e, em muitos casos, independentemente do poder estatal. Neste caso, o grande risco é de que as ações para a criação de organizações autônomas não passem de ações assistencialistas pelos atores externos.

Quando o Estado incentiva a formação de cooperativas populares entre desempregados ou por pessoas inseridas em programas de geração trabalho e de renda, é vital que essa idéia não seja imposta ao público-alvo, mas colocada como uma alternativa possível, para que não se torne um empecilho às ações estatais; outra dificuldade para o Estado é dar ênfase ao fortalecimento da solidariedade e das práticas democráticas. A

efetivação dos vínculos coletivos depende de um processo longo de construção e/ou reconstrução das relações de grupo, depende do tempo e o mandato de um governo não observa o mesmo período de tempo.

Concretamente, propor uma cooperativa como opção de trabalho e renda não é o maior problema, mas colocar um tempo para a obtenção de resultados. Verificados esses riscos, a participação de um governo preocupado e comprometido com os princípios de democracia pode ser essencial para a economia solidária.

A outra área de atuação do Estado é o crédito, oferecendo programas de microcrédito ou assumindo a garantia dos empreendimentos no sistema financeiro, procurando alterar a legislação dos “bancos do povo”.

A intervenção estatal mais problemática é garantir a inclusão das associações comunitárias ou cooperativas populares no mercado competitivo. Alguns teóricos defendem a formação de um mercado específico, com normas de cooperação e cujo objetivo é de acabar com a idéia de que as pequenas associações não conseguem vender seus produtos fora das feiras artesanais e, quando conseguem, não possuem capacidade produtiva em larga escala.

Uma opção de ação do Estado para o desenvolvimento e inclusão econômica dessas associações comunitárias e cooperativas populares é incentivar e investir em sua formação e qualificação, para apresentar qualidade e tecnologia qualificando-as para a competição.

No mundo há vários exemplos de ações do Estado ao fomento e apoio ao cooperativismo e programas de geração de trabalho e de renda, sob a idéia de economia solidária.

Na Espanha o Estado possui uma política de financiamento que envolve a afirmação de valor das cooperativas na sua Constituição e a criação de fundos e benefícios tributários para implantação de cooperativas de produção.

Na Itália a Constituição reconhece a contribuição social das cooperativas e sugere que a legislação as favoreça. A legislação tributária trata as cooperativas de produção como entidades não lucrativas que precisam de apoio para investir na geração de empregos. Em troca de benefícios tributários, as cooperativas adquirem limites legais para distribuir as sobras entre seus membros, reinvestindo-as em novos postos de trabalho.

A França criou no ano 2000 a Secretaria de Estado de Economia Solidária, vinculada ao Ministério do Emprego e da Solidariedade. A expressão economia social é agregada ao

direito francês em 1981 para designar cooperativas, associações e sociedades de seguros mútuos, os três estatutos jurídicos da economia social. A criação da economia solidária apresenta uma importância política, resgatada por um governo de orientação socialista que ocupou os ministérios até meados de 2002. Em junho de 2002, com as mudanças no seu governo, a França não conta mais com uma Secretaria de Economia Solidária, mas com um conselheiro ou assessor político encarregado da vida associativa e da economia social, além de uma conselheira encarregada dos direitos das mulheres dentro da economia social (LAVILLE, 2001).

O governo de Quebec, Canadá, possui políticas específicas para o desenvolvimento da economia solidária. Essas políticas se concentram no financiamento, no panorama tributário e jurídico, no apoio técnico, no reconhecimento e promoção da idéia do cooperativismo. As políticas são vinculadas ao Ministério das Regiões do Quebec, assim destacadas (LAVILLE, 2001):

- Programa de Desenvolvimento das empresas de Economia Social que dá apoio técnico e financeiro às Cooperativas de Desenvolvimento Regional;
- Regime de Inversão Cooperativa, com vantagens fiscais de até 5% para membros de cooperativas;
- Programa de Apoio aos Agrupamentos Setoriais em Economia Social;
- Programa de Formação em Gestão, oferecido aos diretores de empresas de economia social;
- Rede de Investimento Social de Quebec, é um fundo de capital de risco que oferece ajuda financeira às empresas de economia solidária em fase de formação, consolidação ou reestruturação, e
- Capital Regional e Cooperativo Desjardins, que é uma sociedade de investimento orientada para o desenvolvimento de cooperativas.

No Brasil, as políticas públicas de fomento aos Programas de Geração de Trabalho e de Renda por meio de cooperativas estão em um crescente, principalmente no setor de prestação de serviços, contratados pelos governos regionais e locais. A destinação do lixo urbano é a área que tem mais incentivado o cooperativismo, os governos locais estimulam catadores a organizar cooperativas para atuação na coleta seletiva, triagem e beneficiamento de resíduos recicláveis (SPINK e CLEMENTE, 1997, p. 61-74). Muitos

governos locais sofrem pressões dos órgãos de fiscalização ambiental para ajustarem os “lixões” às normas ambientais, sem deixar de exigir uma solução ambiental que aprecie a questão social. A preocupação é de não acabar com a única fonte de renda dos catadores de materiais recicláveis que atuam nos lixões. Algumas das cooperativas de catadores de materiais recicláveis não conseguem atingir a autogestão e sua continuidade depende dos programas sociais e econômicos lançados pelo Estado.

O estado do Rio Grande do Sul é que melhor trabalha as políticas públicas dentro dos conceitos de economia solidária. Criou o Departamento de Economia Popular vinculado à Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais do estado, após um debate aberto a toda população sobre as funções do Estado no fomento e implantação de políticas para o desenvolvimento local, políticas essas que atenderiam a todos de forma igualitária. A orientação era de construir um processo de desenvolvimento que valorizasse a estrutura produtiva local, principalmente com a atuação das micro, pequenas e médias empresas; de renovação nas relações entre público, privado e sociedade em relação ao acesso de tecnologia e informação.

Em Belém, o governo local implantou o Banco do Povo e os Laboratórios Organizacionais de Terrenos, que é um programa para orientar a formação de empresas ou cooperativas populares, contando com financiamentos do Banco do Povo. Esses Laboratórios oferecem treinamento em atividades profissionais e administração geral (básica) para os participantes da Bolsa-Escola, para que tenham uma fonte de renda após saírem desse programa assistencial.

Em São Paulo, criou-se a Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade que implantou vários programas sociais, entre eles o programa de microcrédito São Paulo Confia e o programa Oportunidade Solidária, cujo objetivo é capacitar a população para o empreendedorismo individual e coletivo, com visão ao cooperativismo e a autogestão. Criou-se, também, uma Comissão para o Desenvolvimento Solidário tendo como objetivo debater a economia solidária e os programas de desenvolvimento local sustentável entre o governo, representantes da sociedade civil e entidades que investem/assessoram empresas solidárias e autogestionárias.

3.7 O Estado e a Construção de uma Política Participativa de Microcrédito

Em nível federal, o Ministério do Trabalho e Emprego criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) para melhor viabilizar as políticas públicas direcionadas ao fomento dos empreendimentos solidários.

Nesse sentido, em 2005 foi implantado o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), possuindo como objetivos gerais (MTE, 5.8.2005):

- incentivar a geração de trabalho e renda entre micro-empresendedores populares;
- disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado, e
- oferecer apoio técnico às instituições de microcrédito produtivo orientado, com vistas ao fortalecimento institucional destas para a prestação de serviços aos empresenedores populares.

O microcrédito produtivo orientado é o crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras de micro-empresenedores, mediante a utilização de metodologia baseada no relacionamento direto com esse público no local onde é executada a atividade econômica. Neste programa é considerado microempresendedor pessoa física ou jurídica com atividades produtivas de pequeno porte e com renda anual bruta de até R\$ 60 mil (MTE, 5.8.2005).

Para subsidiar a coordenação e a implementação do Programa, foi criado o Comitê Interministerial do PNMPO, que é composto por representantes dos Ministérios do Trabalho e Emprego, da Fazenda e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MTE, 5.8.2005).

Além da metodologia utilizada deve ser considerado que o atendimento ao empresendedor será realizado por pessoas treinadas para efetuar o levantamento socioeconômico e prestar orientação educativa sobre o planejamento do negócio, para definição das necessidades de crédito e de gestão voltadas para o desenvolvimento do empreendimento. O valor e as condições do crédito devem ser definidos após a avaliação da atividade e da capacidade de endividamento do tomador final dos recursos, em estreita negociação com este.

Segundo o MTE (5.8.2005), as fontes de recursos do PNMPO originam-se do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e parte dos depósitos à vista destinados ao microcrédito, de acordo com o Art. 1º da Lei nº. 10.735, de 11 de setembro de 2003. As instituições financeiras que trabalham no PNMPO com os recursos do FAT são: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES. Com os recursos de depósitos à vista são os bancos comerciais, bancos múltiplos com carteira comercial e a Caixa Econômica Federal.

As Instituições de Microcrédito Produtivo Orientado – IMPO que podem participar do PNMPO são as cooperativas de crédito, as agências de fomento, as sociedades de crédito ao microempreendedor e as organizações da sociedade civil de interesse público. Os bancos de desenvolvimento, as agências de fomento, os bancos cooperativos e as cooperativas de crédito podem atuar como repassadores de recursos das instituições financeiras para as instituições de microcrédito produtivo orientado.

Par subsidiar este programa tem-se:

3.7.1 Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT

Uma parcela dos recursos do FAT é destinada ao financiamento de programas de desenvolvimento econômico via BNDES, o restante deve custear o programa de seguro desemprego e abono salarial.

Em julho de 2006 o saldo de recursos do FAT no Sistema BNDES era de R\$ 92 bilhões. Esses recursos podem, também, serem utilizados para financiamentos de empreendimentos e projetos visando a produção e comercialização de bens com reconhecida inserção internacional (BNDES, set. 2006). Atualmente, atender as exportações faz parte das ações das cooperativas solidárias, portanto, poderia ser uma saída para seus problemas de financiamentos.

Além do PNMPO, tem-se o Programa de Apoio à Consolidação de Empreendimentos Autogestionários, implantado via BNDES e cujo objetivo geral é colaborar na construção de alternativas para a criação e manutenção de trabalho e renda, sempre em harmonia com as estratégias gerais e políticas públicas do governo federal para ações que envolvam a autogestão.

Entre essas estratégias está o apoio a recuperação de empresas do setor industrial, com financiamento à implantação e à consolidação de empreendimentos autogestionários, formados a partir de situações de falência ou fechamento de unidades produtivas.

Segundo o BNDES (set. 2006), o público alvo são organizações produtivas formadas por trabalhadores sob regime de autogestão para dar continuidade às atividades de unidades industriais paralisadas ou em via de paralisação, que tenham viabilidade econômico-financeira em setores nos quais a qualidade ou a quantidade de mão-de-obra sejam fatores preponderantes na competitividade. Podem ter acesso a esse programa as cooperativas de produção, centrais ou singulares e sociedades empresariais com características autogestionárias. Ficando vedado o apoio a empreendimentos que tenham sido formados para exclusiva prestação de serviços à empresa antecessora.

Neste programa, o BNDES (set. 2006) oferece apoio direto financiando os seguintes itens:

1. Aquisição de imóveis e suas benfeitorias para instalação do empreendimento, desde que provenientes do empreendimento antecessor;
2. Aquisição de máquinas e equipamentos, veículos, móveis e utensílios usados, desde que provenientes do empreendimento antecessor;
3. Aquisição de máquinas e equipamentos novos, nacionais;
4. Aquisição de máquinas e equipamentos importados, sem similar nacional, objeto de concessão de "Ex Tarifário" pela Câmara de Comércio Exterior, desde que sejam fundamentais para a manutenção da viabilidade do empreendimento ou para o atendimento de exigências ambientais, e limitada a 40% do valor total do financiamento;
5. Reforma de maquinários;
6. Gastos com estudos e projetos de engenharia;
7. Investimentos em obras civis, montagens e instalações e móveis e utensílios;
8. Capacitação em gestão;
9. Aquisição de veículos novos desde que fundamentais para a manutenção da viabilidade do empreendimento;
10. Formação ou reforço de capital de giro.

A participação do BNDES (set. 2006), nos financiamentos elencados acima, pode ser de até 100% de seu valor. Os itens poderão ter juros de 0,5% a 2,0% a.a., cobrados em dólares ou Taxas de Juros de Longo Prazo – TJLP. Os prazos de carência e amortização serão determinados de acordo com a capacidade de pagamento do cliente. As garantias deverão ser de, no mínimo, 70% do valor financiado definidas na análise da operação desde que não comprometa a característica autogestionária do empreendimento. Este programa tem o prazo de vigência até 30 de novembro de 2008.

Entre os programas do FAT tem-se o FAT Empreendedor Popular, destinado a ampliar o acesso ao crédito para os microempreendimentos informais de baixa renda, podendo incluir aqui as cooperativas e associações. Baseia-se em um mecanismo auto-sustentável e não assistencialista de estímulo ao auto-emprego (como estratégia de combate ao desemprego), à pobreza e à exclusão social.

Os beneficiários deste programa são pessoas de baixa renda que possam atuar como microempreendedores populares (excluindo os profissionais liberais).

Os pré-requisitos para levantar este financiamento são (MTE, 5.8.2005):

1. Finalidade: financiar capital fixo;
2. Beneficiários: Pessoas físicas de baixa renda, em empreendimentos populares, inclusive o auto-emprego, com faturamento anual bruto de até R\$ 120 mil;
3. Limite Financiável: até 100% do orçamento, com capital de giro de até 40% do valor financiado;
4. Teto Financiável: até R\$ 10 mil;
5. Encargos Financeiros: TJLP + 6,0% ao ano;
6. Prazos: de até 60 meses, incluídos até 12 meses de carência.

3.7.2 Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER

É um conjunto de linhas especiais de crédito para financiar quem deseja iniciar ou investir em seu próprio negócio, tendo como objetivo gerar e manter emprego e renda. Com isso o empreendedor teria a sua disposição uma estrutura de recursos para viabilizar seus negócios, inclusive receber informações para a elaboração de um plano de negócios (atualmente um item essencial para levantamentos de microempréstimos).

Grande parte dos recursos advém do FAT e são destinados às pessoas que estão trabalhando na informalidade, em pequenos negócios familiares, aos profissionais recém-formados, aos pequenos produtores rurais, às microempresas, às cooperativas e associações de produção urbanas e rurais, aos professores em geral para aquisição de equipamentos de informática e às pessoas físicas para aquisição de material para construção ou aquisição de moradia (MTE, 5.8.2005).

Entre os programas do PROGER tem-se o PROGER URBANO, que são recursos destinados aos financiamentos de micro e pequenos produtores urbanos, de forma individual ou coletiva que desejam investir em seus negócios. Este programa possui as seguintes linhas de financiamento (MTE, 5.8.2005):

1. **Micro e Pequenas Empresas:** atender a demandas de financiamento visando a manutenção do emprego, redução da mortalidade e diminuição da rotatividade da mão-de-obra.
2. **Profissional Liberal:** prestar apoio financeiro, mediante abertura e crédito, objetivando o aumento da produtividade, a manutenção e geração de emprego e renda fixando esses profissionais em suas regiões de origem. Seus beneficiários são os profissionais liberais de nível médio e superior, inclusive recém-formados.
3. **Cooperativas e Associações de Produção:** gerar investimento fixo e capital de giro para empreendimentos de cooperativas e associações que visem à geração de emprego e renda, exceto as de crédito. Seus beneficiários são as cooperativas e associações de produção, formadas por micro e pequenos empreendedores. O limite financiável é de até 90% do projeto, com teto financiável de até R\$ 1 milhão. Os encargos financeiros são TJLP mais *spread* de 3% a 5% a.a., dependendo de cada caso. Os prazos de pagamentos são de até 96 meses, incluindo até 24 meses de carência.

Além dessas linhas de financiamentos para microempreendedores, que não se encaixam nos pré-requisitos dos bancos comerciais, existem outras entidades que financiam esses clientes, são: Organizações Não Governamentais – ONG's, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP's, Sociedade de Crédito ao Microempreendedor – SCM e Bancos do Povo.

Alguns dos financiamentos concedidos atingem empreendimentos relacionados a Economia Solidária, como cooperativas. Nesses casos os financiamentos podem depender de visitas dos agentes das instituições de crédito a esses empreendimentos, após será feito um cadastro e uma proposta de crédito. O montante do financiamento está ligado às necessidades do negócio e à sua capacidade de pagamento e, se for necessário renovar os créditos os valores poderão ser crescentes ou não. As taxas de juros são as praticadas no mercado, geralmente um pouco mais baixas.

As garantias exigidas pelas instituições de microcrédito são as mais simples e de acordo com as condições dos pequenos empreendimentos. Dessa forma, solicitações de garantias reais (patrimônio) são raras. As formas mais praticadas são: o aval solidário, onde um grupo de pessoas que tomam crédito e prestam aval solidariamente, e o aval individual, geralmente representado por um avalista ou pessoa conhecida.

Os prazos de pagamento geralmente são curtos e sempre ligados a finalidade do financiamento. Os prazos para liberação dos recursos variam de instituição para instituição, no entanto, o crédito é muito rápido, pois permite que o cliente aproveite a oportunidade de negócio.

As exigências de documentos e de outras burocracias dependem de cada instituição, no entanto, o microcrédito é caracterizado pela simplicidade e agilidade na análise e concessão.

3.7.3 Banco do Povo

O Banco do Povo foi um projeto acalentado durante muito tempo pela Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho – SERT, nasceu do sonho de proporcionar à população empreendedora, porém excluída dos bancos comerciais, linhas de crédito a juros baixos, de modo desburocratizado.

De acordo com a SERT (SEADE, out. 2005), o Banco do Povo não terá agências e sim agentes de crédito, pessoas especialmente treinadas e capacitadas pela Secretaria, para dar suporte e assessoria aos tomadores de crédito, desde o momento do pedido de financiamento até a amortização da dívida. Esses agentes de crédito estarão em locais onde se concentram a população de baixa renda para orientar e cadastrar interessados em obter

financiamentos. Os recursos são provenientes o governo do Estado, do BNDES e das Prefeituras.

Esses financiamentos/empréstimos serão concedidos a pessoas físicas, urbanas e rurais, àqueles que estejam no mercado informal da economia, que tenham se agrupado em cooperativas ou outras formas associativas de produção.

Para que ocorra uma adequada implantação do Banco do Povo é de extrema importância as ações do governo do Estado, o empenho das prefeituras e das Comissões Municipais de Emprego, no sentido de mapear as áreas que estão em crescimento e necessitam de recursos, assim possibilitaria o fortalecimento da economia local, gerando emprego e renda.

A parceria entre esses atores está dividida da seguinte forma (SEADE, out. 2005):

- **SERT – Estado:** deve coordenar e acompanhar, em nível estadual, todo o desenvolvimento do programa do Banco do Povo; aportar recursos financeiros com o teto máximo de 30% dos recursos do Banco; treinar os integrantes do corpo operacional do Banco.
- **Prefeitura:** estabelecer as condições operacionais do Banco, assumindo os custos administrativos; aportar recursos humanos e materiais; aportar recursos financeiros com pelo menos 10% do montante necessário para financiamentos.
- **COM-Emprego:** acompanhar o desempenho do Banco do Povo; definir prioridades locais para a aplicação dos recursos; participar do Comitê Municipal de Crédito.
- **Nossa Caixa Nosso Banco:** formalizar o contrato de crédito; liberar os recursos e realizar sua cobrança.
- **BNDES:** aportar recursos financeiros, que serão incorporados ao Fundo Municipal com no máximo de 60% dos recursos do Banco; fiscalizar a aplicação dos recursos, mediante exigência de informações sobre o andamento do Programa.
- **Banco do Povo no Município:** este é subdividido em:
 - **Agente de crédito:** fazer o elo de ligação entre o cliente e o Comitê de Crédito; colher dados, analisar e dar o primeiro parecer sobre a solicitação do empréstimo; acompanhar o progresso do cliente após a concessão do crédito.

- **Comitê Municipal de Crédito:** é composto por um representante da Comissão Municipal de Emprego, um da Prefeitura, um da SERT e um da Nossa Caixa Nosso Banco; deve fazer a gestão da conta específica de seu município; analisar e dar parecer final no processo de concessão de crédito; prestar contas do desempenho de sua parte no Fundo.

No intuito de atender mais rapidamente a população necessitada de microcrédito foi criado o Banco do Povo Paulista, com sua primeira unidade no município de Presidente Prudente (SEADE, out. 2005).

O Banco do Povo Paulista oferece financiamentos para empreendedores de micros e pequenos negócios, para capital de giro e investimentos fixos, como forma de viabilizar as iniciativas de ocupação e geração de renda. Seu público-alvo são empreendedores, cooperativas e associações formalmente constituídas.

A implantação do programa é feita por meio de parcerias com os Municípios, em que o Estado participa com 90% dos recursos financeiros para a constituição do Fundo de Investimento de cada Município, forma os Agentes de Crédito, gerencia e supervisiona as atividades operacionais. Aos Municípios cabem, além da participação financeira de 10% do Fundo Municipal, suprir os recursos humanos e a infra-estrutura, tais como, instalações prediais, móveis e equipamentos, transportes dos agentes e a divulgação (SEADE, out. 2005).

Para participar desse programa os interessados em microcrédito deverão apresentar seu pedido em uma unidade do Banco do Povo. Os valores de financiamentos giram em torno de R\$ 200,00 a R\$ 5.000,00 para pessoas físicas e jurídicas, e de R\$ 200,00 a R\$ 25.000,00 para cooperativas e associações. Possui prazo de pagamento de até 6 meses para capital de giro e de até 18 meses para investimento fixo. Sua taxa de juros é de 1% ao mês. Os pré-requisitos necessários são: comprovar atividade produtiva no Município há pelo menos 6 meses; com firma aberta ou não; residir ou ter negócios no Município há mais de 2 anos; comprovar endereço fixo; não constar das listas de Serviço de Proteção ao Crédito - SPC e comprovar rendimento bruto inferior a R\$ 150.000,00 nos últimos 12 meses (SEADE, out. 2005).

Segundo dados da SERT (7.7.2006), os beneficiários dos financiamentos levantados no Banco do Povo Paulista perfazem um total de 67.400 famílias até junho de 2.006, sendo

que 33.700 em 2005 e 33.700 em 2006. Pode-se verificar que o atendimento realizado em metade de 2006 é o mesmo ocorrido durante todo o ano de 2005. O montante do financiamento desse projeto, entre 2005-2006, atingiu o patamar de R\$ 30 milhões, os financiamentos estão na ordem de R\$ 333.137.520,00 até maio de 2006, por meio de 121.118 contratos com empreendedores. No Estado tem-se 371 unidades instaladas e uma estimativa de 605 mil pessoas atendidas, até junho de 2006.

CAPÍTULO 4 - RESULTADOS

4.1. O Município de Bauru – Breve Histórico

Encravado entre os povoados de São Paulo dos Agudos e Bahurú, existia o povoado de Espírito Santo de Fortaleza, cujo patrimônio foi constituído a partir de 1868.

Em 3 de abril de 1880, pela lei estadual nº. 61, Fortaleza foi elevada a categoria de Freguesia (instituição que era ao mesmo tempo um ente religioso e uma unidade administrativa autônoma, no período em que os poderes do Estado e da Igreja se confundiam). Pela lei estadual nº. 69, de 2 de abril de 1887, essa povoação foi transformada em Município, que foi instalado em 7 de janeiro de 1889, pelo presidente da Câmara de Lençóis (Comarca para a qual estava vinculado), Octaviano Martins Brisolla. Em 3 de agosto de 1893, pela lei estadual nº. 209, foi criado o distrito de paz de Bahurú, sendo seu primeiro juiz de paz eleito o capitão João Baptista de Araújo Leite. (PORTAL NOSSO SÃO PAULO, 1.8.2006).

Criada pela lei estadual nº. 1225, de 16 de dezembro de 1910, a comarca de Bauru foi instalada em 9 de março de 1911, sendo Rodrigo Romeiro seu primeiro Juiz de Direito e Benjamin Pinheiro seu primeiro promotor público. O aniversário de Bauru é comemorado em 01 de Agosto (PORTAL NOSSO SÃO PAULO, 1.8.2006).

Os maiores símbolos do município são o brasão e sua bandeira, conforme figuras 3 e 4, a seguir.

Figura 3: Brasão de Bauru



Fonte: <http://pt.wikipedia.org> (25.7.2006).

Figura 4: Bandeira de Bauru



Fonte: <http://pt.wikipedia.org> (25.7.2006).

4.2. Informações Gerais do Município de Bauru

De acordo com os dados do último censo realizado em 2005 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (IBGE, 2.6.2006), sua área territorial é de aproximadamente 673 km² e tendo os seguintes municípios limítrofes: Arealva, Regionópolis, Piratininga, Agudos, Pederneiras e Avaí.

A Figura 5 mostra a localização do município no Estado de São Paulo e nota-se que Bauru é geograficamente muito importante, pois está no centro do Estado sendo, assim, considerado um município estratégico no aspecto econômico.

Figura 5: Localização do Município de Bauru no Estado de São Paulo



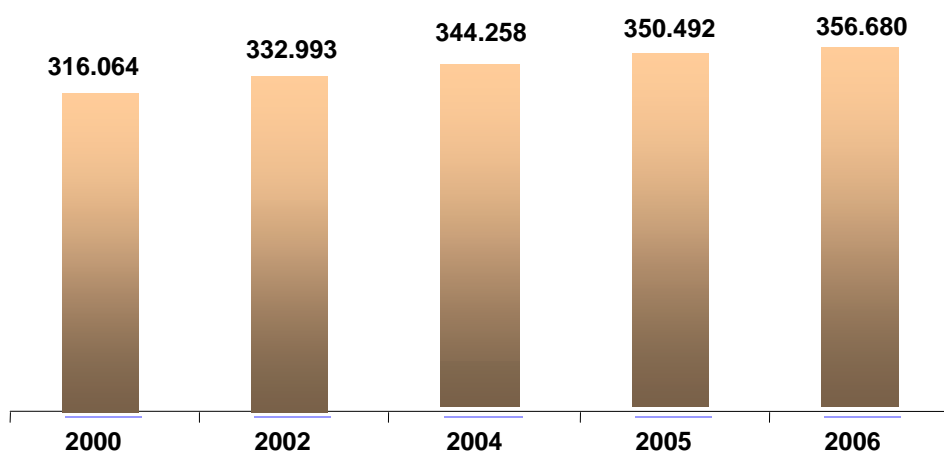
Fonte: <http://pt.wikipedia.org> (25.7.2006).

Figura 6: O Município de Bauru - Vista do Satélite

Fonte: <http://pt.wikipedia.org> (25.7.2006).

Na Figura 6 está demonstrado a necessidade de ações públicas e privadas em relação ao meio ambiente, com sua preservação e revitalização, pois a vegetação (representada pela cor verde na figura citada) é escassa no município.

No censo do IBGE (2.6.2006), a estimativa populacional era de 356.680 habitantes em 2006 e que, de acordo com o Gráfico 17, apresenta um crescimento de aproximadamente 1,8% a.a., a partir de 2004.

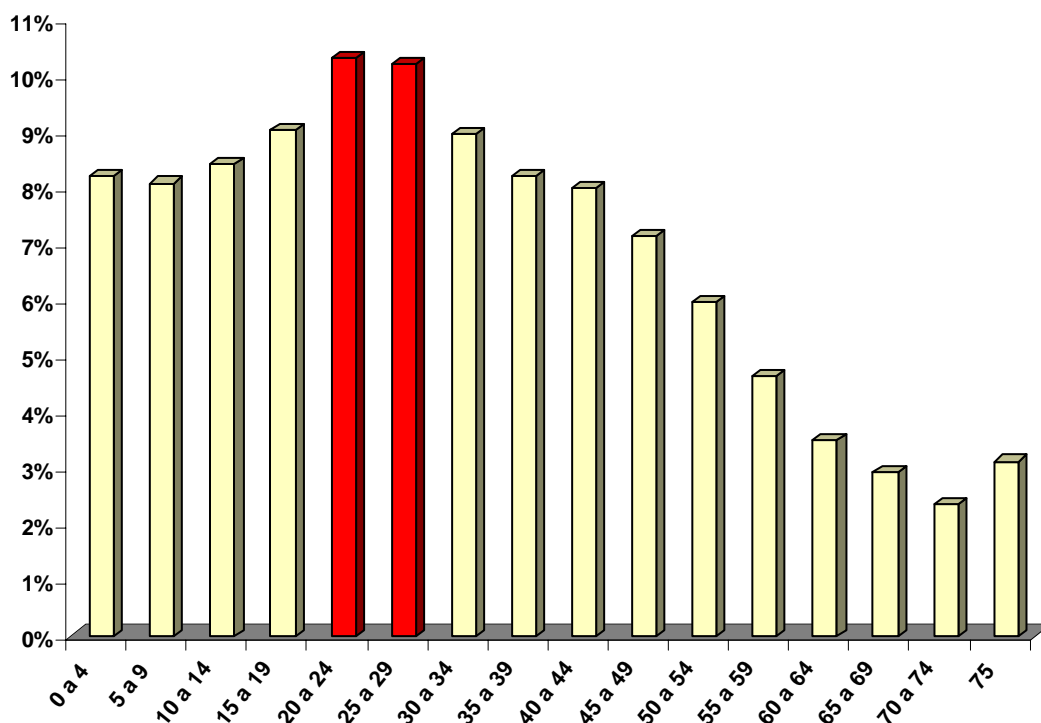
Gráfico 17 – Evolução Populacional no Município de Bauru

Fonte: www.ibge.gov.br (2.6.2006).

O Gráfico 18 mostra que uma razoável parcela da população está entre as faixas de 20 a 29 anos, portanto uma população jovem, em período de estudos para aprimoramento dos conhecimentos adquiridos nos vários níveis escolares e, conseqüentemente com disposição ao empreendedorismo e novas formas de geração de trabalho e renda.

Jovens que muitas vezes se instalam no município para somente estudarem, mas depois ficam raízes para implantarem seus “sonhos e desejos” adquiridos nos bancos das faculdades e universidades da região.

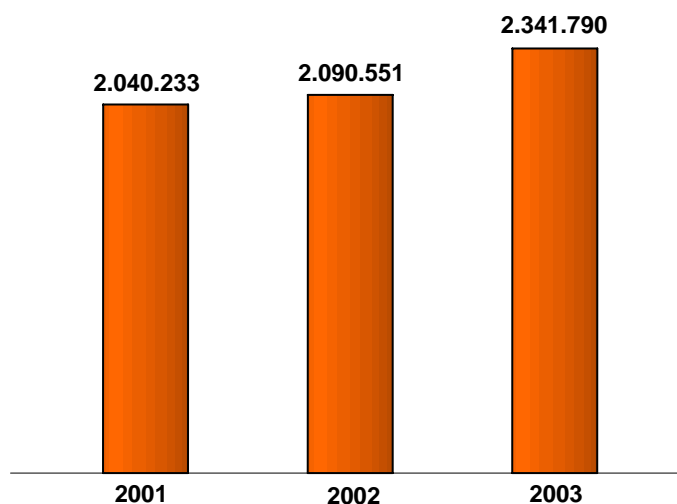
Gráfico 18 – População por Faixa Etária no Município de Bauru – 2005



Fonte: www.ibge.gov.br (02.06.2006).

O Produto Interno Bruto a preços de mercado corrente está tabulado até o ano de 2003 e, como mostra o Gráfico 19 (p. 70), o município de Bauru apresenta uma pequena evolução no período que compreende os anos de 2001 e 2002.

Entre os anos de 2002 e 2003 verificasse uma evolução melhor, provavelmente ações mais concretas do setor público e privado para que isso ocorresse foram implantadas nos anos anteriores, com implicações positivas em 2003.

Gráfico 19 – Produto Interno Bruto a preços de mercado (R\$)

Fonte: www.ibge.gov.br (2.6.2006).

A flutuação do emprego formal até julho de 2006 é negativa, ou seja, a relação admissão/demissão neste período aumentou o número de desempregados no município em 1.605 pessoas, de acordo com os dados mostrados na Tabela 2 (p. 71).

Isso aumenta a pressão por ações, pública e privada, na geração de emprego e renda, pois aumentou o número de segurados que dependem de uma fonte de renda, o Seguro Desemprego.

O valor médio desse benefício pago por desempregado em Bauru, no período verificado, é de R\$ 442,52 por mês. Considerando o salário-mínimo vigente de R\$ 350,00 mensal, o salário de R\$ 442,52 mensal é um valor adequado pago ao trabalhador que está a procura de um novo emprego.

Contudo, na ótica governamental este saldo negativo implica uma pressão maior sobre o orçamento público, que provavelmente inviabiliza investimentos do Estado em outras áreas mais carentes e em outros programas que poderiam solucionar algumas situações críticas do município.

A opção mais adequada para a solução deste problema seria alavancar mais e melhor os programas de geração de trabalho e renda, pois o setor mais afetado pelo desemprego é o de construção civil, pedreiros e serventes, onde o nível de educação é baixo em relação a outros setores da economia (CAGED-MTE, mai. 2006).

Tabela 2 – Dados Econômicos de Bauru – Trabalho Formal

CATEGORIA	2006
População	356.680
Trabalhadores Formais	66.796
Trabalhadores Formais – Masculino	40.342
Trabalhadores Formais – Feminino	26.454
Trabalhadores Formais entre 16 a 24 anos	15.261
Trabalhadores Formais entre 16 a 24 anos - Masculino	9.038
Trabalhadores Formais entre 16 a 24 anos - Feminino	6.223
Até 3 Salários Mínimos	40.601
De 4 até 10 Salários Mínimos	21.621
Mais de 10 Salários Mínimos	4.427
Não informaram valor do salário	147
Flutuação do Emprego formal	- 1.605 (até julho)
Segurados do Seguro Desemprego	5.989 (até maio)
<i>Valor Médio do Benefício de Seguro Desemprego (R\$)</i>	442,52

Fonte: CAGED – MTE. www.mte.gov.br (mai. 2006).

Segundo uma pesquisa realizada pelo Serviço Social da Indústria (Sesi) sobre o perfil dos trabalhadores formais no Brasil, 60% dos trabalhadores no município de Bauru recebe até três salários mínimos, 40% dessa mão-de-obra está no setor de serviços, composta principalmente por mulheres (SESI, 2.8.2006).

É necessário verificar como estão os setores econômicos e sociais no município, isso facilitaria o estudo sobre os programas de geração de trabalho e renda que estão e/ou serão implantados ao longo de 2006/2007.

4.2.1. Indústria

O setor industrial é representado por indústrias de transformação, metal-mecânica e alimentícias e, de acordo com os dados levantados pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex), a indústria bauruense gera faturamento anual em torno de R\$ 700 milhões e representa 48,14% da economia do município. O setor industrial absorve mais de 20 mil pessoas em postos de trabalho e possui cerca de 250 empreendimentos de grande, médio e pequeno porte. Em 2005, a indústria bauruense obteve US\$ 84 milhões em volume de exportações (SECEX, 30.7.2006).

Para o diretor-adjunto do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) em Bauru, J. M., todos esses números representam resultados favoráveis à cidade, mas faltam políticas públicas de incentivo industrial e, principalmente, planejamento.

Segundo suas palavras:

“Falta infra-estrutura nos distritos industriais para dar condições às empresas de se desenvolver, pois os investimentos na área industrial, principalmente advindos do poder público municipal, ainda estão longe do idealizado pelo setor.”¹

Para ele, muito ainda deve ser feito e com muita urgência, para oferecer às empresas o mínimo necessário à sua instalação na área.

“A Prefeitura precisa melhorar as condições dos distritos como prioridade para o crescimento industrial e, conseqüentemente, da cidade, pois no Distrito Industrial 2 nem asfalto existe. O crescimento tem de ser perseguido sempre e não se pode nunca deixar de acreditar num futuro promissor. Eu acredito nas pequenas ações e na união das entidades que devem sempre pensar em exaltar Bauru para solucionar os problemas. Bauru possui uma região nobre em relação à intermodalidade dos meios de transportes e a sua localização, se forem aparadas algumas arestas no setor público o sonhado desenvolvimento será alcançado. Outra maneira de atrair investimentos para o município é pensar na região como um todo, não só na cidade de forma isolada, é preciso investir em turismo regional, cada cidade explorando suas vocações e potencialidades. Para mim, Bauru tem tudo para ser uma grande cidade e eu aposto nisso.”²

¹ Entrevista realizada com J. M. – Diretor-Adjunto do Ciesp, em 3.7.2006, no Centro de Convenções do Hotel Obeid Plaza - Bauru.

² *Idem.*

O entrevistado foi questionado sobre as ações que as indústrias bauruenses, inclusive dele mesmo, realizam quando o assunto é Economia Solidária e seus programas de geração de trabalho e de renda. Percebeu-se um desconforto, por parte de J. M., quando foi dada a resposta.

“Quanto as ações relacionadas à Economia Solidária, confesso que já ouvi falar sobre isso, mas acredito que é um assunto do governo. É claro que se pudermos ajudar de alguma forma, estaremos disponíveis. É só o governo nos convidar.”³

O diretor do Departamento de Ação Regional (Depar) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) em Bauru, J. L. M. S., comenta que a instabilidade entre os políticos municipais e a falta de uma política econômica e de investimentos em infraestrutura prejudica o desenvolvimento industrial de Bauru. Ele ainda ressalta sua preocupação com a considerável diminuição das áreas do município destinadas às indústrias.

De acordo com o diretor do Depar:

“A indústria é o setor que mais gera arrecadação e emprego em Bauru, mais que o comércio e a construção civil. Mas, infelizmente, não tem o investimento que precisa e merece por isso, as cidades vizinhas, com porte e estrutura muito menores, acabam por atrair indústrias que poderiam ser instaladas em Bauru. A área do município é pequena e a extensão de Bauru reservada para o setor industrial é mínima e está praticamente tomada. As áreas disponíveis nos atuais distritos industriais são poucas. Se hoje fôssemos contemplados com uma indústria de grande porte, que precisasse de um espaço muito grande, teríamos enormes dificuldades para abrigá-la. Por isso eu sugiro a viabilização de um quarto distrito industrial em Bauru, mas com infra-estrutura que ofereça pavimentação asfáltica, galerias, rede de esgoto e outros dispositivos necessários ao local. O país atravessa uma situação difícil para as indústrias e Bauru não foge a essa realidade nacional. O ideal é que Bauru estivesse acima da média, mas não ousa culpar ninguém em especial. Bauru tem características medianas e não temos concentração em determinado setor que possa atrair investidores, mas isso independe da vontade das pessoas. O que pode ajudar a cidade a se desenvolver é sua localização privilegiada e a criação de indústrias da própria cidade e espero que possam ocorrer mudanças profundas em nível nacional para que haja melhora no setor, pois não há muito que Bauru possa fazer sozinha, a não ser o poder público viabilizar a criação de um novo

³ Entrevista realizada com J. M. – Diretor-Adjunto do Ciesp, em 3.7.2006, no Centro de Convenções do Hotel Obeid Plaza - Bauru.

distrito industrial com total estrutura para abrigar indústrias da maneira ideal.”⁴

Neste depoimento o tema Economia Solidária também estava sendo “esquecido”, contudo quando questionado sobre isso a resposta foi:

“Economia Solidária? Parece interessante! Lerei mais sobre o assunto e depois voltaremos a conversar.”⁵

Para os padrões de articulação que as indústrias, em nível mundial, estão relacionadas às ações envolvendo Economia Solidária é inadmissível que um município, do porte de Bauru, esteja aquém do mínimo necessário para que haja crescimento em bases sustentáveis.

4.2.2. Comércio

Em pleno desenvolvimento, o comércio de Bauru vive uma nova fase de investimentos.

Dados do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) – regional de Bauru, mostram que o comércio é o segundo setor que mais contrata e, também o segundo em arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Esses dados apontam um aumento de 26,03% na arrecadação de ICMS na região de Bauru no primeiro semestre deste ano na comparação com o mesmo período de 2005, passando de R\$ 193.483.789,99 para R\$ 243.846.338,72 (CIESP, 18.7.2006).

Para analisar a nova fase de investimentos vivida pelo comércio bauruense foi realizada uma entrevista com C. C., presidente da Associação Comercial e Industrial de Bauru (Acib). Em seu depoimento:

“Essa nova fase de investimentos em Bauru tem como destaque a recente reforma do Bauru Shopping e, conseqüentemente abertura de novas lojas de segmento até então não explorado no local. Bauru tem hoje três grandes centros comerciais: calçadão, zona sul e shopping; cada um com

⁴ Entrevista realizada com J.L.M.S. – Diretor do Depar, em 3.7.2006, Centro de Convenções do Hotel Obeid Plaza – Bauru.

⁵ *Idem.*

suas peculiaridades. No Calçadão, é possível encontrar todo tipo de produto, preço e qualidade; na Zona Sul estão todas as lojas de confecções, sapatos e butiques, que comercializam produtos de valor agregado maior; o Bauru Shopping experimenta um novo conceito de planejamento e expansão. Mas ainda é preciso levar em consideração as regiões comerciais, o comércio dos bairros experimentam um forte crescimento. Destaque para as confecções e de materiais de construção, cujo mercado foi aquecido pelos planos de compra e reforma da casa própria do governo federal. Uma série de fatores contribui para o bom desempenho do comércio local neste momento, além da economia favorável e do aumento do poder de compra do brasileiro há o fato de os lojistas estarem mais preocupados e entrosados. Há um maior empreendedorismo, as lojas estão mais modernas, mas não é só isso. Os lojistas estão se entrosando mais, discutindo mais os seus problemas e buscando soluções e se informando mais sobre o que está acontecendo no restante do mundo. Além disso, há uma preocupação geral em atender melhor o cliente e oferecer a ele opções. De maneira geral, o comércio carece de mais incentivos para experimentar um índice maior de crescimento. Eu acredito que o desenvolvimento do comércio bauruense é um caminho sem volta. Mas o poder público precisa fazer a sua parte. Eu defendo a desburocratização, pelo governo federal, para a abertura de novas empresas, a revisão urgente da tabela de impostos e outras coisas mais. As micro e pequenas empresas merecem maior atenção. Nesse sentido, acredito que ações públicas que favoreçam a economia solidária sejam essenciais.”⁶

Quando questionado sobre o tema Economia Solidária e seus programas, respondeu:

“Não estou interado deste assunto, mas já participei de feiras em que vi muitos produtos originados de grupos solidários. É uma saída para a questão do desemprego na cidade. Você já conversou com a secretária do Bem Estar Social?”⁷

Como demonstrado nos outros depoimentos, há uma falta de conhecimento básico sobre os programas de geração de trabalho e de renda dentro da Economia Solidária. Neste sentido, não há uma articulação mínima entre os setores secundário e terciário no município de Bauru, um gargalo que deve ser devidamente trabalhado para que ocorram ações mais efetivas por parte dos responsáveis pelo crescimento da produção e da renda municipal.

⁶ Entrevista realizada com C.C. – presidente da Acib, em 12.7.2006, na sede da Associação Comercial e Industrial de Bauru.

⁷ *Idem.*

4.2.3. Agricultura

Atualmente, Bauru tem como carros-chefes na agricultura o abacaxi, maracujá, café, abacate e laranja, além da madeira. De acordo com os dados da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (Faesp), a produção agrícola do município está baseada nos produtos citados acima, isto fica ratificado na Tabela 3 (FAESP, 29.7.2006).

Contudo, para M. L. V., presidente do Sindicato Rural de Bauru e vice-presidente da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (Faesp), é a cultura da cana-de-açúcar e o biodiesel (através de plantações de girassol e mamona) que poderiam gerar crescimento da economia deste setor e de outros setores do município.

Tabela 3 – Culturas Expressivas em Bauru – 2005

PRODUTO	PREÇO	VALOR TOTAL PRODUÇÃO
Cana-de-açúcar	R\$ 42,50 (tonelada)	R\$ 10.124.333.767,50
Laranja para indústria	R\$ 7,71 (caixa com 40,8 kg)	R\$ 134.812.202,71
Laranja de mesa	R\$ 10,41 (caixa com 40,8 kg)	R\$ 78.009.729,31
Café	R\$ 235,31 (saco de 60 kg)	R\$ 42.465.689,77
Abacaxi	R\$ 133,24 (o cento)	R\$ 5.995.800,00
Abacate	R\$ 9,46 (caixa com 22 kg)	R\$ 1.622.390,00
<i>Maracujá</i>	R\$ 11,88 (caixa com 13 kg)	R\$ 1.399.743,53

Fonte: www.faespsenar.com.br (29.7.2006).

De acordo com M.L.V.:

“Não há fórmulas mágicas, a principal vantagem do produto é a rentabilidade. Dados do Instituto de Economia Agrícola do Estado de São Paulo mostram que o preço da tonelada de cana-de-açúcar subiu de R\$ 26,50 em 2003 para R\$ 42,50 em 2005. A partir de 2008, o diesel utilizado em todo o país será ‘batizado’, obrigatoriamente, com 2% de biodiesel; em 2013, esse percentual subirá para 5%. Além disso, as reservas de petróleo vão acabar dentro de 50 anos, segundo os especialistas da Faesp. Eu antevejo que a localização do município oferece vantagens para os produtores, pois Bauru é cercada por estradas e

rios, possui uma rede de hotéis e está estrategicamente no centro do Estado. O fato de termos, em sua maioria, pequenos produtores rurais não seria empecilho. Sabendo que é rentável, certamente o produtor terá interesse em mudar a cultura atual. Eu estou inconformado com o imobilismo político, pois para o produtor de cana-de-açúcar ter interesse na região é necessário a iniciativa municipal. Cidades vizinhas como Iacanga e Lençóis Paulista já ‘acordaram’ para a rentabilidade da cana-de-açúcar. Bauru ainda está estagnada por falta de ação política! A chegada da cana-de-açúcar em Bauru é irreversível, queira o poder público ou não, porque eles (produtores) não tem mais lugares para plantar. A logística de Bauru é incrível! Por exemplo, Bauru não tem uma pecuária avançada, mas possui um centro de comercialização de pecuária (Recinto Mello Moraes). Neste ano, 19 novas usinas de açúcar e álcool estarão funcionando no Estado de São Paulo. Isso significa que haverá mais consumo por cana nos próximos anos. Como disse, Bauru não tem uma logística para a agricultura, esta muda conforme a prioridade, para exemplificar nos anos 1950 plantávamos melancias, depois o abacaxi, avicultura e produção de seda; há 10 anos o citrus e o abacate eram destaque no município; hoje, além dos dois últimos produtos, temos destaque para o abacaxi, maracujá, cana-de-açúcar, milho e café. Nossa, quanta mudança! Bem, a própria economia cuida de mudar a prioridade para cada momento. Mas as culturas tiveram queda porque nunca se pensou em Bauru como referência para a exploração de produtos agrícolas. Isso é culpa de todo mundo, não só do poder público. Outra grande dificuldade que temos é a população que vive na zona rural. Cerca de 70% da área de Bauru é rural, mas somente 2% da população vive no local, eu calculo que apenas 8 mil dos mais de 350 mil habitantes da cidade moram na zona rural. A população do meio rural tem diminuído ao longo dos anos e com razão, o êxodo rural é irreversível. Hoje não tem mais jovens morando na zona rural, falta de escolas rurais, a tecnologia de maquinário e produtos químicos diminuíram a mão-de-obra humana. Hoje tem produtores que só usam máquinas, por exemplo. Bem aplicada a tecnologia pode, no entanto, ser benéfica. Só 3% da população dos Estados Unidos, por exemplo, vivem nas áreas rurais, mas sustentam o país. Tem tecnologia muito avançada e subsídios imensos, mas a população rural está diminuindo também. Eu acredito que apesar do êxodo rural ser irreversível, pode ser estagnado daqui para frente, dependendo da iniciativa tomada. A pecuária praticamente não exige mão-de-obra nenhuma e, conseqüentemente, menos pessoas ficam na zona rural.”⁸

Da mesma maneira que os outros entrevistados, foi necessária uma pergunta direta sobre Economia Solidária, a resposta foi:

“Sim, já ouvi falar em Economia Solidária. Inclusive temos muita produção na agricultura familiar, mas acho interessante você conversar

⁸ Entrevista realizada com M.L.V. – presidente do Sindicato Rural, em 11.8.2006, na sede do Sindicato - Bauru.

com o engenheiro agrônomo diretor da Sagra, ele pode explicar melhor esse assunto.”⁹

Também, como os demais entrevistados, tenta mostrar algum conhecimento sobre o assunto. Contudo, indica outra pessoa a ser questionada sobre esse tema que, neste caso, é S. I., diretor do Departamento de Agricultura da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento (Sagra).

Para S. I., a logística de Bauru favorece a agricultura e as ações de agricultores familiares, que pode ser considerado uma vertente da Economia Solidária.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) sobre as propriedades rurais na região de Bauru, têm-se as seguintes informações discriminadas na Tabela 4.

Tabela 4 – Categoria das Propriedades Rurais – Bauru – 2005

TIPO DE PRODUTOR	PROPRIEDADES (unidade)	PERCENTUAL (%)	TAMANHO DA PROPRIEDADE (hectares)
Pequenos	795	78,2	1 a 48
Médios	159	15,6	48 a 180
<i>Grandes</i>	63	6,2	Acima de 180

Fonte: www.incra.gov.br (13.8.2006).

Segundo S. I.:

“As culturas de cana-de-açúcar, citrus (laranja, limão, tangerina e mexerica) e reflorestamento (eucalipto e pinus) já são bastante representativas para a agricultura no município. Mas a tendência atual e para os próximos anos é de que estas culturas ‘despontem’ mais ainda.

⁹ Entrevista realizada com M.L.V. – presidente do Sindicato Rural, em 11.8.2006, na sede do Sindicato - Bauru.

Para mim, a única razão para isso acontecer é a rentabilidade dessas produções. A atividade pecuária, em termos de retorno financeiro, não está tão satisfatória e essas três atividades agrícolas têm se tornado alternativas, principalmente para propriedades de médio e grande porte. A cultura de laranja, por exemplo, tinha cerca de 1 milhão pés plantados há dois anos. De lá para cá, cresceu quatro vezes, chegando a 4 milhões pés plantados na região. O crescimento da procura dos produtores por áreas de Bauru para a plantação de citrus está relacionada com a doença *greening*, que não deixa a fruta desenvolver naturalmente, em algumas regiões. A região de Araraquara já sofre com a doença. Por isso, o aumento do cultivo em Bauru. Concordo com M.L.V. quando diz que a expansão da cana-de-açúcar na cidade é inevitável, pois existe uma pressão muito grande para que aumente a produção de combustíveis renováveis. Já o reflorestamento é uma opção de atividade para o produtor, eles arrendam a área para empresas interessadas e recebem por isso. Entre os pequenos produtores, eu destaco a cultura de verduras e legumes; criação de gado de leite; e fruticultura. São atividades de trabalho intensivo, quase artesanal, por isso são mais frequentes em áreas menores. A produção de oleaginosas (mamona, pinhão, soja, amendoim, etc) para o biodiesel vai beneficiar os pequenos e médios produtores. A legislação federal em vigor prevê que parte da produção do biodiesel dos óleos oriundos de fontes renováveis que as fábricas compram tem que ser oriundo de agricultores familiares, por isso acredito que a renda dessas famílias terão um acréscimo em pouco tempo. Isso é Economia Solidária, não é? Para ser considerado um produtor familiar é necessário que se enquadre no grupo de pequenos produtores (área menor do que 56 ha), grande parte da mão-de-obra é da própria família e o sustento é oriundo da atividade agrícola. Os assentados, quilombolas e indígenas também são considerados agricultores familiares. Bem, seja qual for o produto cultivado em Bauru, os produtores levam vantagens pela logística da cidade, pois a malha rodoviária nossa é boa e é fácil o escoamento para qualquer parte do país. Isso favorece os produtores, contudo não temos um trabalho concreto com pessoas que possam participar de cooperativas.”¹⁰

Para o diretor S. I. as ações de geração de renda envolvendo a agricultura familiar, seja por meio de economia solidária ou outra forma, são fundamentais para que ocorra o esperado aumento nas produções agrícolas da região.

Contudo, para ele, é necessário um empenho maior, por todos, no sentido de colocar em prática as teorias sociais.

O diretor reconhece que pouco sabe a respeito de ações envolvendo economia solidária, principalmente no que diz respeito ao crédito agrícola para a agricultura familiar.

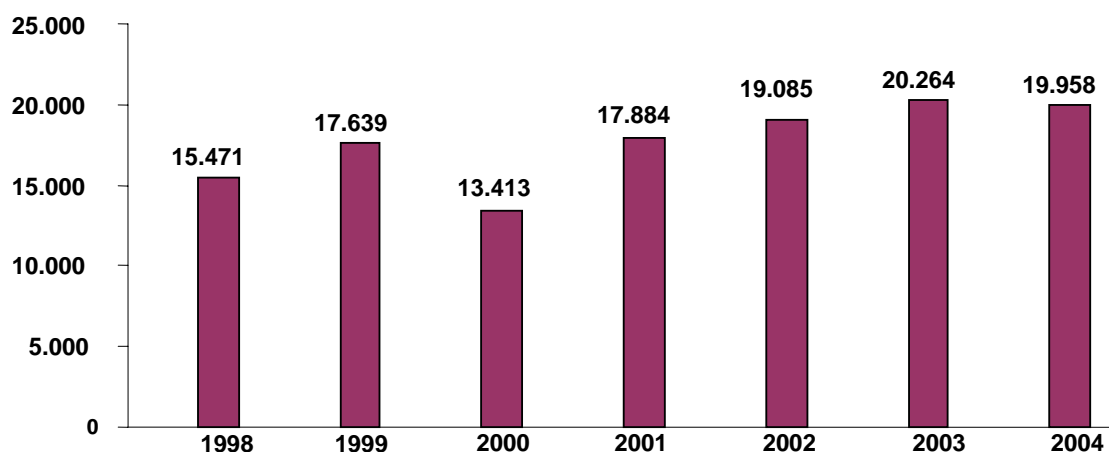
¹⁰ Entrevista realizada com S.I. – Diretor do Departamento de Agricultura, em 14.8.2006, na Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento de Bauru.

Seria interessante uma avaliação nesse sentido, pois contribuiria para diagnosticar sobre o desempenho da agricultura familiar a partir do crédito agrícola, diagnosticar a relação entre crédito agrícola e desenvolvimento local com a indicação de políticas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável, baseadas em estratégias solidárias.

4.2.4. O Ensino Superior e suas ações com foco em Economia Solidária

O número de estudantes universitários em Bauru saltou de 15.471 em 1998 para 19.958 em 2004, excetuando o ano de 2000, que apresentou um desempenho atípico em relação ao período verificado, o restante está dentro de uma “normalidade” para o município (DATA-ITE, 13.7.2006).

Gráfico 20 – Nº. de Estudantes Matriculados no Ensino Superior em Bauru



Fonte: Data-ITE – www.ite.edu.br (13.07.2006).

Os dados apresentados no Gráfico 20, mesmo não apresentando o ano de 2005, reforçam o perfil de Bauru como pólo educacional voltado para o setor de serviços, com uma gama de cursos oferecidos capaz de concorrer com vários outros pólos educacionais localizados no interior do Estado de São Paulo.

Como pólo educacional universitário, o município não atende somente aos estudantes egressos das redes pública e particular de ensino médio locais, mas alunos vindos de outros municípios da região e do Estado. Isso contribui para o aumento da população já que é

comum os alunos “importados” residirem no município, enquanto estudantes, porém muitos “ficam” depois de formados.

O município conta com nove centros universitários instalados para a graduação e sete para especialização, mestrado e doutorado. Bauru segue uma tendência nacional quando o assunto é ensino fundamental, médio e profissional, ou seja, os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) apontam que o número de alunos matriculados no ensino médio tem sofrido queda no município. Por outro lado, a cada ano, mais estudantes ingressam em curso supletivo para iniciar ou terminar o ensino médio (INEP, 13.7.2006).

Segundo o Inep (13.7.2006), em 2004 havia 16.095 estudantes cursando o ensino médio nas escolas estaduais e particulares de Bauru; em 2005, o número caiu para 14.903. Entretanto, o número de matriculados no ensino médio supletivo subiu de 4.894 em 2004 para 5.099, em 2005, o motivo para o abandono e retorno às salas de aulas é o mesmo: o trabalho.

Alguns desses centros universitários contam com pesquisas envolvendo Economia Solidária e formas de geração de trabalho e renda para a população mais carente do município.

A Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) de Bauru desenvolve um trabalho sobre Economia Solidária via Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), envolvendo nesse projeto professores e alunos da Universidade, como também moradores dos bairros assistidos pela incubadora.

Em 2003 o projeto estudado visava atuar em dois bairros no município, cujo nível de renda é dos mais baixos de Bauru, são eles: Bairro Nova Bauru e Ferradura Mirim.

A orientação dos trabalhos sobre a ITCP da Unesp/Bauru no bairro Nova Bauru era de N. de F. G. (Departamento de Psicologia da Unesp/Bauru), a coordenação do processo de incubação estava sob a responsabilidade de E. C. e V. da M. (graduandos do curso de Relações Públicas da Unesp/Bauru), F. de O. B. (graduando do curso de Engenharia Elétrica), M. G. L. (graduando do curso de Psicologia) e do apoio da psicóloga J. C..

Segundo a orientadora N. de F. G.:

“Para seus participantes, a ITCP era fundamental no oferecimento de resposta ao desemprego, na construção de um modelo de desenvolvimento não excludente e concentrador e promoção do desenvolvimento sócio-econômico local. Em Bauru, os trabalhos da

ITCP, em parceria com a Cáritas Diocesana, foram iniciados no primeiro semestre de 2003 quando se realizou os encontros ‘Mulher e Trabalho: mulheres gerando renda e construindo novas relações econômicas’ e ‘Cooperativismo e Trabalho: um caminho para a cidadania’. Os trabalhos realizados até então constataram a demanda e interesse da cidade pelo cooperativismo e, também delinearão algumas das dificuldades e o enorme caminho a ser trilhado tanto dentro quanto fora da Universidade. Iniciou-se o esforço para propagar entre os alunos do Campus de Bauru o desejo/utopia de construir um amplo projeto de extensão, contextualizado na Economia Solidária. Ainda, firmado nos pilares da ajuda mútua e solidariedade, buscou-se o apoio e orientação das Universidades do Estado de São Paulo que já tinham iniciativas semelhantes (USP, UNICAMP, UFSCAR). Desse contato, sob inspiração dos princípios que norteiam a rede universitária de ITCPs, surgiram os convites/oportunidades de vivenciar os processos de incubação desenvolvidos pela ITCP da USP. Em 2003 foi constituído o Comitê Pró-Incubadora na Unesp/Bauru., formado por alunos e com apoio fundamental de diversos docentes. Nosso Comitê tinha como base os valores da ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade, solidariedade, honestidade, transparência e responsabilidade social. Este Comitê desenvolvia as seguintes atividades: reuniões sensibilizadoras para alunos de diversos cursos; contatos preparatórios com docentes que desenvolvem trabalho social; contatos com entidades e associações visando o grupo a ser incubado; participação nos encontros da rede paulista de ITCPs; reuniões semanais para discussão de estratégias e temáticas pertinentes à Economia Solidária; oficina desenvolvida para o programa de integração dos calouros da Unesp. Nosso grande objetivo era constituir na Unesp/Bauru uma ITCP que contribuiria para o avanço da economia solidária e da autogestão, através de atividades de pesquisa, ensino e extensão, visando a democratização das relações de trabalho, a geração de renda e a prática ampla da cidadania, através do diálogo com a comunidade local. Estávamos articulando interessados, reunindo idéias, promovendo debates; aprofundando entre os membros do grupo os conhecimentos sobre cooperativismo e a incubação de cooperativas; reunindo elementos para a elaboração de uma proposta de trabalho consistente para a incubadora. Mas nosso trabalho ‘terminou’, em Dezembro de 2004, quando os coordenadores foram graduados e deixaram o projeto para outros alunos.”¹¹

Em seu depoimento, a orientadora explicou o trabalho realizado pelo Comitê de Incubação no bairro Nova Bauru. Este foi desenvolvido em um grupo de cinco mulheres, com baixa renda e usuárias do Núcleo de Apoio à Família (NAF) da Instituição Toledo de Ensino (ITE), cujo histórico se divide em dois momentos:

¹¹ Entrevista realizada com N. de F. G. – Orientadora de Projetos Sociais, em 24.8.2006, na UNESP - Bauru.

“A sua formação era oriunda de discussões promovidas pelo campo de estágio de orientação profissional e tal trabalho iniciou-se em 2003, junto com a criação do Comitê pró-incubadora da Unesp/Bauru. Durante o ano de 2004 foi levantada a possibilidade de se montar uma cooperativa com essas mulheres, tendo a assessoria e formação para o trabalho em um empreendimento solidário pelo nosso Comitê. Mas, antes era necessário verificar o cenário que estávamos trabalhando e depois de uma pesquisa realizada durante dois meses com aproximadamente 300 moradores do bairro Nova Bauru, tínhamos as seguintes informações: 55% da população tem entre 25 a 44 anos; 18,1% dos adultos são analfabetos ou semi-alfabetizados; 42,7% dos adultos afirmaram não trabalhar e 59% dos entrevistados afirmaram ter uma renda entre 1 e 3 salários-mínimos.”¹²

O interessante dessa pesquisa, em um bairro de Bauru, foi a confirmação dos dados apresentados anteriormente na Tabela 2 (p. 71), onde mostra essas informações do município como um todo.

De acordo com a orientadora, a execução do plano de trabalho iniciou-se entre 2003 e 2004 e esta experiência caracterizou-se por ser um projeto-piloto, o primeiro contato com a formação e assessoramento de grupos de trabalho solidário.

“Estávamos cientes das necessidades de aprimoramento e de intensa reflexão sobre as ações praticadas. O nosso objetivo junto ao grupo era o de formar e assessorar na construção de um empreendimento solidário e autogestionário. Entendemos que a nossa tarefa não era a de somente prestar assessoria para a abertura de um pequeno negócio. Tínhamos a difícil tarefa de educá-las para compreenderem a realidade e, por meio desse conhecimento, a criação das próprias alternativas associativas e solidárias de trabalho e de renda. Os encontros ocorreram às segundas-feiras, em um período de duas horas, a dinâmica desses encontros reservava um momento voltado para o planejamento do empreendimento e outro para atividades que visavam o fortalecimento do grupo ou a construção teórica. Dessa forma foram trabalhados os passos para a montagem de uma cooperativa, como escolher o produto e orientar uma sondagem junto a comunidade, para verificar a demanda de produção ou serviço mais interessante ao grupo. Foram discutidas as oportunidades na sociedade, a economia dentro do cotidiano e a sua relação com a desigualdade. Ainda foi realizado um jogo em que uma cooperativa de embalagens de presentes era simulada. Buscou-se, sempre, a efetiva participação através de variadas formas de expressão, como a verbal, escrita, desenhos e encenações.”¹³

¹² Entrevista realizada com N. de F. G. – Orientadora de Projetos Sociais, em 24.8.2006, na UNESP - Bauru.

¹³ *Idem.*

Ao serem questionados sobre as dificuldades encontradas no trabalho com esse grupo, a orientadora ressaltou que:

“Os problemas enfrentados se relacionavam com a ausência das pessoas em nossos encontros, dificuldade de relacionamento pessoal e, em relação a uma das mulheres, a ausência de condições mínimas de subsistência. Quanto ausências as reuniões ficavam inviabilizadas, pois o grupo era pequeno. Uma das explicações era a dificuldade de locomoção no bairro em dias de chuva, principalmente quando se levava em conta a presença de crianças que acompanhavam as mães. Uma das mulheres apresentou sérios problemas de relacionamento com as companheiras, bem como de aceitação dos princípios do trabalho, o que dificultou o desenvolvimento do planejamento. A participação desta mulher foi reavaliada pela equipe de trabalho e pelo grupo, houve uma decisão conjunta de afastamento. É importante salientar que essa decisão foi muito pensada e, inclusive adiada algumas vezes, já que um dos princípios aplicados era a valorização do ser humano. O grupo passou por um momento de dificuldade. A formação inicial de cinco mulheres viu-se reduzida a apenas duas. O último encontro (final de 2004) foi reservado a uma avaliação geral do trabalho e pessoal dos componentes. Decidiu-se por uma pausa nos trabalhos para a verificação de um novo planejamento visando a chegada de mais pessoas – ou a sua interrupção. Infelizmente o projeto foi interrompido (final de 2004) em função da graduação dos alunos envolvidos e o não interesse de outros em continuarmos com esse projeto.”¹⁴

Em paralelo ao trabalho no bairro Nova Bauru, o Comitê pró-incubadora da Unesp/Bauru realizou outro projeto de economia solidária, parecido com o primeiro, era o processo de incubação Casa Amorós no Bairro Ferradura Mirim.

A orientação desse projeto estava a cargo de M. A. V. S. (Departamento de Ciências Humanas da Faculdade e Arquitetura, Artes e Comunicação Social – Unesp/Bauru) e de N. de F. G. (Departamento de Psicologia da Faculdade de Ciências – Unesp/Bauru). A atuação de coordenação junto ao grupo desse bairro era de C. C., K. A. P., P. C. e V. B., estudantes em Comunicação Social – Relações Públicas pela Unesp/Bauru.

A escolha desse bairro está explicada nas palavras da orientadora M. A.:

“É fato que, para a maioria da população do Ferradura, o modo de produção vigente tornou-se intrínseco a sua realidade, imprimindo desemprego, violência, fome, má educação, drogadição e sociabilidades degeneradas em seu cotidiano. Nesse contexto está inserido esse bairro, é periférico e possui debilidades estruturais que dificultam a vida de sua população, em sua maioria desempregados, além de altos índices de

¹⁴ Entrevista realizada com N. de F. G. – Orientadora de Projetos Sociais, em 24.8.2006, na UNESP - Bauru.

violência. Sendo a economia solidária uma possibilidade de desenvolvimento local e geração de renda através de relações humanizadas de trabalho, tornou-se essencial sua prática neste espaço, mesmo porque havia um grande interesse da comunidade local sendo potencializado, e transformado em conhecimento específico pelo Comitê Pró-Incubadora. Há exemplos espalhados em todo o mundo onde demonstram que empreendimentos solidários concretizados possibilitam a reversão da realidade excludente enfrentada, principalmente quando há um espaço comunitário e político aberto para a sua viabilização, como era o caso da Casa Amorós.”¹⁵

Segundo a orientadora desse projeto o objetivo era sensibilizar o grupo de mulheres do Ferradura Mirim para a Economia Solidária e, a partir disso, constituir uma cooperativa economicamente viável no bairro. Para ela as dificuldades na implantação desse projeto começaram na própria existência legal do bairro.

“O Ferradura originou-se na divisão da Fazenda Vargem Limpa e a proposta de loteamento não foi aprovada pela prefeitura na época, acredito que foi em 1992, pois a área já havia sido ocupada por famílias carentes que instalaram suas casas no local, transformando-o. Até hoje o bairro não está legalizado, embora, segundo a legislação brasileira, as pessoas que lá habitam já conseguiram a posse da terra por uso capião, estão lá há mais de dez anos. A infra-estrutura do bairro é precária, não possui asfalto, galerias de águas fluviais, a rede de esgoto está destruída, não há escolas nem posto de saúde. A creche que existe foi criada por iniciativa da igreja católica, bem como o Centro Comunitário Casa Amorós. O poder público aparece somente através do NAF (Núcleo de Apoio à Família). É um bairro onde os índices de criminalidade são altos, bem como o de desemprego. Apesar de a Casa Amorós ter sido criada pela igreja católica, através de convênio com o Colégio Amorós da Espanha e doações de membros da sociedade bauruense, hoje ela não está ligada a comunidade católica e se caracteriza como um espaço ecumênico, que tem por objetivo atender pessoas do bairro Ferradura, independentemente de sua religião. Não possuem fonte de renda fixa, conseguem dinheiro através de rifas, bazares e doações. A pouca verba que conseguem fica dividida entre a Casa Amorós e a Comunidade Nossa Senhora do Terço. A Casa Amorós, assim como o bairro todo, não está legalizada junto a prefeitura, o que dificulta qualquer recebimento de verba municipal, estadual ou federal. Mesmo assim, a Casa tem todas as doações e destinação das verbas documentadas, com balanços periódicos apresentados à comunidade.”¹⁶

¹⁵ Entrevista realizada com M.A. – Orientadora de Projetos Sociais, em 15.9.2006, na UNESP - Bauru.

¹⁶ *Idem.*

De acordo com a orientadora todos os cursos oferecidos foram administrados por voluntários e atenderam, aproximadamente, cerca de duzentos adultos e quarenta crianças. Nesses cursos alguns alunos passaram pela alfabetização, estudaram o que é cooperativismo e qualificaram sua mão-de-obra, isso em várias áreas como artesanato, informática e esporte.

O Comitê Pró-Incubadora da Unesp/Bauru iniciou o curso de cooperativismo em julho de 2004, contando com a participação de 17 mulheres do programa de geração de renda da Casa Amorós, mas, de acordo com a orientadora:

“No decorrer das atividades, devido a fatores não verificados e a suposta cultura paternalista, como também a falta de comprometimento, 14 mulheres desistiram. O abandono se deu especificamente quando as regras do grupo começaram a ser estabelecidas e decidiu-se pela realização de uma atividade prática, que necessitaria que trabalhassem mais arduamente. Optou-se por uma feira de salgados a ser realizada na Unesp devido a viabilidade econômica que a comercialização de alimento significava para as mulheres. O objetivo da feira era vivenciar um trabalho coletivo, colocado em prática as teorias aprendidas no curso e, levantar um fundo inicial para a cooperativa. O êxito alcançado com a feira foi surpreendente, tanto por revelar comprometimento, capacidade técnica e cooperativa do grupo que batalhou pela rapidez das vendas e elogio da qualidade dos produtos oferecidos. Além disso, o sucesso se comprovou através do fundo levantado com a feira, que estimulou uma avaliação detalhada entre o grupo a qual serviria de base para a melhoria da próxima feira. É necessário ressaltar que mesmo tendo sido a produção de salgados estimulante, não estava definido que seria a atividade econômica da futura cooperativa. Ainda era necessário uma política de expansão do grupo em andamento, que terminou com apenas três mulheres.”¹⁷

Questionada sobre um cronograma de trabalhos do Comitê Pró-Incubadora quando os grupos estavam em andamento, informou que o Comitê trabalhou com um cronograma baseado em um planejamento, porém sem limite de tempo para o processo de incubação, o tempo necessário era de acordo com o grupo a ser incubado.

“Porém, não obtivemos sucesso em dar continuidade aos nossos trabalhos. Os alunos se graduaram e o projeto terminou no início de 2005.”¹⁸

¹⁷ Entrevista realizada com M.A. – Orientadora de Projetos Sociais, em 15.9.2006, na UNESP - Bauru.

¹⁸ *Idem.*

Mas um novo alento chegou para os participantes do grupo Pró-Incubadora da UNESP/Bauru.

Em julho de 2006 o Governo Federal repassou uma verba no valor R\$ 150.000,00 de seu Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc) para os *campi* de Bauru, Ourinhos, Assis e Presidente Prudente da UNESP. Sendo que o *campus* de Bauru recebeu, aproximadamente, R\$ 50 mil para o desenvolvimento de empreendimentos coletivos e autogestionários (JCNET, 4.10.2006).

Atualmente, a incubadora da UNESP/Bauru é coordenada por J. X. S. A., curso de Arquitetura da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC), que comenta sobre a importância desse projeto para a Universidade como para o Município, pois poderá promover melhoria na manutenção da renda de uma parcela da população de Bauru. Em suas palavras:

“É uma forma de estimular a organização social para superar barreiras, além de ser uma ponte entre o conhecimento produzido na faculdade e o popular, aproximando a academia da comunidade.”¹⁹

Para ele o trabalho será muito difícil, pois existe uma idéia de assistencialismo que deve se eliminada na cultura da população bauruense. Outra dificuldade considerada é o reinício dos trabalhos de incubação dos projetos anteriormente implantados, devido a desconfiança dos membros da comunidade que participavam deles.

“Essa desconfiança é compreensível, pois tínhamos um projeto em andamento e foi interrompido pela ausência de voluntários (inclusive verbas).”²⁰

Segundo J. X. S. A., no campo de trabalho a ser reiniciado pelo Comitê Pró-Incubadora estão dois grupos de Bauru: os assentados do grupo Terra Nossa e Mulheres do bairro Ferradura Mirim (continuidade do projeto anterior).

Essa verba foi considerada uma vitória após anos de luta, desde 2003, quando os projetos foram iniciados e obrigados a serem interrompidos. Para os alunos, professores e profissionais que trabalham pela institucionalização da incubadora junto à UNESP, esta verba foi liberada no momento exato.

¹⁹ Entrevista realizada com J.X.S.A. – Coordenador Incubadora UNESP, em 23.10.2006, na UNESP - Bauru.

²⁰ *Idem.*

De acordo com os alunos que atualmente estão participando da ITCP - UNESP/Bauru esta é uma nova fase que deve ser aproveitada e, definitivamente implantar os projetos que anteriormente foram iniciados.

Entre esses alunos está K. P., do curso de Jornalismo, que é uma das mais empolgadas com a nova fase da incubadora:

“O projeto foi iniciado em 2003 por estudantes de Relações Públicas da UNESP. Mas por falta de apoio e com a graduação, eles tiveram de ir embora sem ver a concretização. Vamos dar continuidade ao que eles começaram.”²¹

Apesar da liberação da verba, os membros da incubadora acreditam que o montante não será suficiente para a realização de todos os projetos. K. P. afirmou que:

“O dinheiro é bom para começarmos, mas ainda é pouco. Com ele vamos nos estruturar, pagar um coordenador e um bolsista. Mas a idéia é participar de outros editais e fechar parcerias com entidades públicas e privadas que compartilhem da nossa ideologia.”²²

Ainda sem sede, as reuniões da incubadora são realizadas semanalmente nas casas dos integrantes, mas a intenção é que haja um espaço próprio na Universidade para que possam contar com a colaboração de mais voluntários. Segundo K. P.:

“Estamos em negociação com a UNESP para a concessão de uma sala com computadores e telefone. É a mínima infra-estrutura de que precisamos para conseguir trabalhar. O caráter do projeto é multidisciplinar, com a participação de professores, funcionários e alunos de todas as áreas.”²³

Uma das críticas feitas a Universidade, em Bauru, é justamente na dificuldade em unir teoria e prática. Nesse sentido, o trabalho das Incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares tem como objetivo cumprir a função da Universidade: ensino, pesquisa e extensão.

Para atender esse objetivo os membros da incubadora promovem semanalmente discussões sobre economia solidária, fundamentando todo o trabalho do grupo.

²¹ Entrevista realizada com K.P. – Voluntária na Incubadora UNESP, em 23.10.2006, na UNESP - Bauru.

²² *Idem.*

²³ *Idem.*

Para K. P.:

“O maior difusor da economia solidária no Brasil é o economista Paul Singer. Ele propõe uma nova forma de trabalho que se pauta na cooperação ao invés da competição e na autogestão ao invés da heterogestão, predominantes na sociedade capitalista. Para colocar as idéias em prática, nada melhor do que tentar. É na tentativa com os grupos incubados, errando e acertando que vamos aprendendo.”²⁴

Como foi dito anteriormente, no campo de trabalho atual da incubadora estão dois grupos: os assentados do grupo Nossa Terra e Mulheres do Ferradura Mirim.

No assentamento o grupo desenvolve, desde o ano passado, algumas atividades como a construção de uma biblioteca e de uma horta orgânica comunitária e, no bairro Ferradura Mirim, foi montada uma cooperativa de panificação. Contudo, esses trabalhos estavam ‘em compasso de espera’ e com a liberação do recurso federal serão retomados objetivando a geração de renda de maneira emancipatória.

4.3. Ações em Economia Solidária e Cooperativismo em Bauru

A literatura sobre Economia Solidária mostra que muitos municípios e suas regiões conseguem melhorar seu desempenho econômico via a implantação de empreendimentos solidários, em diversas áreas de atuação.

A seguir serão apresentados alguns empreendimentos solidários que atuam no município de Bauru, seus objetivos, anseios, facilidades e dificuldades.

4.3.1. Incubadora SEBRAE/CIESP/FIESP

Após algumas tentativas de implantar uma incubadora no município via Unesp/Bauru, esta idéia pôde ser concretizada quando o Sebrae, Ciesp e a Fiesp tornaram-se parceiras. Atualmente, nas dependências da UNESP/Bauru tem-se o Núcleo de Desenvolvimento Empresarial Incubadora de Bauru, coordenada por G. A. S. dos S..

²⁴ Entrevista realizada com K.P. – Voluntária na Incubadora UNESP, em 23.10.2006, na UNESP - Bauru.

É interessante esta incubadora estar nas dependências da UNESP/Bauru, pois nos depoimentos dos participantes da ITCP, um local adequado para a incubadora da Universidade está sendo negociado agora, após a liberação de uma verba federal.

Na opinião do coordenador desse Núcleo é muito difícil lidar com incubação no país, existe toda uma questão cultural e de conhecimento (sua falta) que deve ser sanada.

Segundo G. A. S. dos S.:

“É um trabalho árduo, mas gratificante, esse o meu. No Núcleo não tenho dificuldades financeiras para nos mantermos, pois o Sebrae, Ciesp e Fiesp nos fornecem a manutenção para podermos trabalhar. O difícil, nesse sentido, é a grande quantidade de documentação que devemos preencher para explicarmos os gastos. Mas isso é compreensível. Atualmente, estamos com 3 projetos em andamento: a Ótium2 Tecnologia, MAFER – Máquinas e Ferramentas e a HellCamp – Caracol. São ótimos projetos e estamos acreditando que poderão gerar trabalho e renda para muitos. Como disse anteriormente, não temos dificuldades financeiras para atuarmos como Núcleo de incubação, temos total apoio dos três parceiros. Agora, nem pensamos em solicitar parceria com a prefeitura de Bauru, pois temos um dificuldade muito grande nesta cidade em termos de reconhecimento dos projetos aqui desenvolvidos (o interessante que em Botucatu temos total apoio da prefeitura). O prefeito daqui está mais preocupado em deixar as contas em dia do que gerar investimentos, principalmente em nossa área de atuação. É compreensível, pois em Bauru temos muitos problemas com as despesas públicas, portanto miro minha ‘artilharia’ para outros lados. Busco no setor privado quem tenha interesse nos projetos apresentados. Além da falta de apoio da prefeitura de Bauru credito nossas dificuldades em conseguirmos financiamentos para os projetos, não conseguimos apoio no BNDES, nos bancos tradicionais, bancos do povo ou coisa parecida, para os financiamentos necessários, tal o grau de exigência que eles pedem. Acredite, não conseguimos levantar um financiamento de microcrédito no Banco do Povo! Então partimos para outras fontes. Parece-me que a Fapesp está lançando, ou já lançou, uma linha de microcrédito justamente para atender esses tipos de projetos em que trabalhamos. Já estou levantando dados para poder apresentar aos nossos incubados essa saída. Parece-me que a diferença do microcrédito da Fapesp para as outras fontes é a facilidade de levantamento de financiamento, ou seja, mais facilidade e menos exigências. Agora, para não ser injusto com o setor público, fui chamado para uma reunião com a secretária da Sebes. Ela pretende montar um grupo de parceiros que possam desenvolver um projeto dentro da economia solidária para gerar trabalho e renda para a população que a Sebes atende, que são pessoas totalmente carentes. Confesso que fui pego de surpresa, não esperava esse tipo de ação de alguém do setor público. Mas verifiquei que é um trabalho dessa Secretaria, percebi que é uma tentativa de montar um projeto que possa criar interesse na prefeitura, para depois (quem sabe) termos investimentos públicos. A secretária foi bem clara, existe a necessidade de criarmos, rapidamente, cooperativas para a geração de

trabalho e renda para uma grande parcela da população carente do município. Em um segundo momento tivemos encontros com os prováveis futuros cooperados e fiquei mais preocupado ainda. São pessoas carentes de dinheiro, de conhecimento e confiança nessa iniciativa. Se acontecer essa parceria com a Sebes, teremos que começar do ‘Be a Bá’. Inclusive já conversei com uma professora daqui da Unesp e expliquei a clientela que, talvez tenhamos em mãos para trabalhar e ela sugeriu que montássemos uma revista em quadrinhos onde terá todas as explicações básicas sobre cooperativismo, autogestão e outros conceitos necessários para começarmos o trabalho. Os personagens seriam como eles, tendo a mesma linguagem, pois essas pessoas não irão ler textos e apostilas, o conhecimento deve ser visual. Achei uma idéia excelente e já estou estudando, junto com essa professora, como iremos fazer isso. Se der certo podemos adotar esse método em outras praças. Mas, confesso estar muito preocupado, não é uma clientela que eu esteja acostumado a trabalhar e acredito que a desconfiança irá atrapalhar muito. Também percebi que eles não gostam de discutir os assuntos propostos, acham que alguém deve indicar o que eles poderão realizar, portanto, um grande empecilho à autogestão. Vamos esperar pelos próximos encontros para verificarmos onde tudo isso vai dar.”²⁵

Como G. A. S. dos S. comentou, existe uma dificuldade muito grande em encontrar parceiros para financiarem os projetos da incubadora, pois é necessário “vender” a idéia/projeto do incubado para as empresas. Para tentar sanar essa dificuldade a incubadora está iniciando uma outra forma de abordagem nas empresas em Bauru:

“Estamos mudando nosso estilo de trabalho. Não estou mais tentando vender o projetos para as empresas, para conseguirmos investimentos. Isso é muito difícil e muitas vezes as idéias de nossos incubados não são interessantes para nossos clientes. Agora estou verificando, previamente, com as empresas da região, as reais necessidades de cada uma, o que elas precisam em termos de serviços e produtos. Não precisa, necessariamente, ser uma novidade pode ser uma nova forma de utilização do que já existe. Enfim, verifico o que as empresas precisam e apresento essas deficiências aos incubados. A partir disso, eles poderão ‘criar’ soluções a serem vendidas aos interessados, assim teremos financiamentos para essas criações/soluções.”²⁶

Os 3 projetos em andamento, atualmente, na incubadora são bem diferenciados entre si, atendendo áreas interessantes da economia como tecnologia, transporte de mercadorias e lazer.

²⁵ Entrevista realizada com G.A.S. dos S. – Coordenador da Incubadora SEBRAE/CIESP/FIESP, em 9.10.2006, na UNESP - Bauru.

²⁶ *Idem.*

A incubada Ótium2 Tecnologia é uma empresa de software e hardware, criando palmtops mais eficientes ao dia-a-dia das empresas. Já desenvolveram dois palmtops, o Ótium2 Nabox D e o Ótium2 Nabox com caneta óptica (Anexo A).

A incubada MAFER – Máquinas e Ferramentas desenvolveu um carrinho para transportar tambores e bombonas com mais facilidade e segurança. Trabalha com um sistema mecânico inédito, tornando-se mais barato para as empresas (Anexo B).

A terceira incubada é a HellCamp – Caracol, atuando na área de lazer desenvolveu um mini trailer que não necessita de carteira de habilitação específica para utilizá-lo. Com isso e outras facilidades torna-se mais acessível financeiramente (Anexo C).

Para o coordenador da incubadora são projetos muito interessantes e altamente viáveis financeiramente, mas passa por dificuldades no levantamento de investimentos para seu melhor desempenho. Para ele, Bauru não é um município com características a este tipo de financiamentos, ou seja, as empresas bauruenses receiam pelos projetos desenvolvidos por estudantes. Para os empresários, estudante não possui o conhecimento prático necessário ao desenvolvimento de projetos que viabilizem uma melhora na produção de suas empresas.

4.3.2. Fundação Toledo - Fundato

Além da iniciativa da Unesp/Sebrae/Fiesp/Ciesp com a implantação de projetos de geração de trabalho e renda via Incubadora, o município conta com ações semelhantes realizadas pela Fundação Toledo (Fundato), entidade vinculada a Instituição Toledo de Ensino de Bauru.

A Fundato possui um Núcleo de Apoio Sócio Familiar (NAF) no parque Jaraguá - Bauru, trabalhando com famílias carentes da região, tentando desenvolver projetos de geração de trabalho e renda via implantação de cooperativas.

Em meados de 2004 a Fundato idealizou um projeto nesse sentido e, durante o ano de 2005 foi iniciado sua implantação.

O projeto foi denominado “Aprendizagem de Corte e Costura Doméstico”, desenvolvido junto aos usuários dos grupos de geração de renda do Instituto NAF/Parque Jaraguá. Sua finalidade era possibilitar aos participantes a aquisição de novas modalidades

de conhecimentos profissionais que lhes proporcionassem, após a inclusão no curso, a aquisição de máquinas de costura e seus *kits*, a fim de lhes propiciarem melhores condições de vida e dignidade humana, por meio de trabalho produtivo.

De acordo com A. F., assistente social da Fundato:

“O NAF é um programa desenvolvido pela Fundação Toledo, fruto de uma parceria com a Secretaria Municipal do Bem-Estar Social de Bauru e atende as famílias em situação de extrema carência, residentes nas regiões da cidade compreendidas pelos bairros do parque Jaraguá, Fortunato Rocha Lima, Santa Edwirges, Nove de Julho, Vânia Maria e adjacências, sendo o público alvo do NAF as famílias em situação de pobreza, tendo por objetivo oportunizar às famílias e às comunidades, condições e serviços a que tem direito, através da formação de uma rede integrada e regionalizada de serviços sociais, objetivando a inclusão social. Uma das formas de efetivação dos direitos dos usuários atendidos pelo NAF é através do Programa de Atendimento Sócio-Assistencial que contempla a Geração de Emprego e Renda que, através da organização de cursos como corte e costura doméstico, possibilita a complementação da renda familiar, gerando melhores condições de sobrevivência e possibilitando a melhoria na qualidade de vida dos participantes através das vivências e relações decorrentes da convivência grupal.”²⁷

A primeira ação foi convidar a população da região de atuação do NAF/Jaraguá para participarem de um treinamento, onde posteriormente seriam selecionadas algumas pessoas, que se destacassem, para a continuação do projeto de geração de trabalho e de renda (curso de corte e costura doméstico) . Segundo A. F.:

“Estas pessoas poderiam ter a oportunidade de adquirir seus equipamentos de trabalho através do Financiamento Solidário. Nosso objetivo era possibilitar o acesso e manutenção dos participantes no mundo do trabalho e renda, através de conhecimentos profissionais teóricos, práticos e vivenciais, como também a aquisição de equipamentos de trabalho que visassem a sua inclusão produtiva. Nós queríamos melhorar a qualidade de vida do participante que está a margem das oportunidades empregatícias; oportunizaríamos aos participantes do curso a diferenciação profissional em relação aos seus pares; favoreceríamos o desenvolvimento e o convívio humano no cotidiano do trabalho; despertaríamos o interesse individual para o aprimoramento sócio-profissional contínuo; auxiliaríamos a população em geral na identificação de profissionais qualificados para a prestação e serviços de corte e costura doméstica; encaminharíamos os concluintes dos cursos para os recursos existentes que intermediem o encaminhamento de profissionais para o mercado de trabalho formal ou autônomo, neste caso, uma cooperativa; facilitaríamos a aquisição de

²⁷ Entrevista realizada com A.F. – Assistente Social da Fundato, em 20.3.2006, na sede da Fundato - Bauru.

equipamentos de trabalho através de sua inclusão produtiva em financiamento solidário. Para tudo isso pensamos em trabalhar com a população da Rede da Assistência Social, maiores de 21 anos, que desenvolvia ou tivesse interesse em desenvolver atividades profissionais no setor de costura doméstica. Faríamos uma seleção e adotariamos os seguintes critérios: preferencialmente mulher chefe de família e com o maior número de filhos residentes na região noroeste do município; preferencialmente desempregadas ou em vias de desemprego; deveriam preencher uma ficha de inscrição; seria realizada uma avaliação sócio-econômica e profissional dos candidatos e a demonstração de interesses e habilidades pelo curso.”²⁸

Para A. F. os problemas para a implantação desse projeto e, por conseqüência, da cooperativa começaram nesta etapa, ou seja, a dificuldade em encontrar pessoas, entre a população alvo, que tivessem interesse pelo projeto e, ao mesmo tempo, paciência para participarem em todas as fases do curso.

“Apesar das dificuldades encontradas começamos a montar nossa primeira turma em Março de 2005, com um grupo de 15 alunas e três horas de curso de segunda a quinta-feira. A idéia era de que o curso duraria, no máximo, 06 meses (mas infelizmente, não conseguimos, ainda, terminar os módulos). Montamos uma apostila sobre os tópicos que iríamos trabalhar e um certificado de conclusão para quem terminasse todas as etapas do curso. Nosso curso começou com 5 Módulos de Conhecimentos Básicos e 4 Módulos de Conhecimentos Específicos de Atividades, que poderiam sofrer alterações durante seu desenvolvimento ou após avaliação técnica. Os desenvolvimentos dos módulos básicos aconteceram concomitante aos módulos específicos. Após a conclusão do curso seriam selecionadas 4 participantes que poderiam adquirir uma máquina de costura cada, financiada por recursos do Grupo de Economia Solidária, do qual a Cáritas faz parte, e da Fundação Toledo, através é claro de alguns critérios pré-estipulados: interesse do aluno em participar do financiamento solidário; destaque no desenvolvimento do curso; assiduidade; habilidade para a autogestão e não possuir máquina de costura ou outro tipo de equipamento que lhe garanta a sobrevivência financeira (garapeira, máquina de pizza, máquina de algodão doce, etc). A compra das máquinas seguiria o padrão da costura *prêt-à-porter* Singer, sendo que cada um dos quatro alunos selecionados receberia o equipamento adquirido pela Fundato, pelo preço real do produto e assinaria o termo de compromisso de quitação do equipamento em, no máximo, 12 parcelas sem juros, aplicado taxa de administração para as despesas gerais e taxa de seguro. A primeira parcela deveria ser quitada apenas aos 60 dias da aquisição do equipamento, sendo que esses 60 dias deveriam ser oferecidos como carência para que o aluno estabeleça clientela e formasse capital de investimento para a quitação da primeira parcela do financiamento. As

²⁸ Entrevista realizada com A.F. – Assistente Social da Fundato, em 20.3.2006, na sede da Fundato - Bauru.

parcelas deveriam ser quitadas através de carnês de pagamentos nominais intransferíveis emitidos pela Fundação Toledo, sendo que, o atraso em 4 parcelas acarretaria o resgate do equipamento pela Fundação Toledo sem devolução de parcelas, que por ventura, tenham sido pagas. Não haveria consultas à sistemas de informação de negativação como SPC e afins, sendo a maior garantia de pagamento do bem adquirido pelo aluno concluinte, a prática profissional de Costureira(o) Doméstica(o) que, através das aprendizagens adquiridas durante o curso lhe possibilitariam o desempenho da atividade e pagamento das parcelas a que se responsabilizasse. Para a aprovação da entrega do bem ao aluno haveria avaliação do local a ser instalado e utilizado o equipamento, bem como seria assinado contrato de compromisso de pagamento e guarda do material, sendo proibida a sua comercialização, empréstimo ou aluguel. O aluno contemplado com o benefício do Financiamento Solidário seria acompanhado durante o período de carência e, após esse prazo, seria desligado permanentemente do projeto, pois cada participante só poderia adquirir um bem através do financiamento solidário. Porém, o projeto deveria ter continuidade a cada ciclo completo do curso sendo selecionados novos alunos concluintes para participarem do Financiamento Solidário, desde que houvesse recursos financeiros disponíveis e o projeto apresentasse resultados positivos. O saldo financeiro arrecadado através dos pagamentos das prestações dos alunos, seria empregado na aquisição de novos equipamentos destinados aos alunos formados nos cursos subsequentes. Em 2005 foram feitas várias tentativas para dar andamento ao nosso projeto, mas em 2006 ele foi colocado em *stand by*, esperando por uma solução adequada aos problemas de levantamento de fundos para a sua realização.”²⁹

Segundo a assistente social da Fundato, está em andamento uma negociação para que ocorra uma parceria entre Fundato-Cáritas-Sebes visando uma distribuição adequada de microcrédito entre os vários projetos que essas entidades pretendem atuar, principalmente em relação as cooperativas, que poderiam ser a melhor solução para a situação precária de uma grande parcela da população do município de Bauru, em termos de trabalho e renda.

No Anexo D estão discriminados os módulos trabalhados no curso de corte e costura do NAF/Jaraguá. A assistente social não tece comentários sobre os módulos, mas uma simples verificação dos conteúdos estudados nos itens de Conhecimentos Básicos talvez explique a desistência de alguns alunos e, por consequência, a evasão de interessados no projeto.

²⁹ Entrevista realizada com . A.F. – Assistente Social da Fundato, em 20.3.2006, na sede da Fundato - Bauru.

São temas e assuntos difíceis de serem trabalhados com pessoas que estão mais preocupadas em conseguir renda para o sustento básico de sua família. Provavelmente, muitas delas não vêem a necessidade de investirem seu tempo em estudos.

4.3.3. Cooperativa Social de Trabalhadores Especiais de Bauru - COOPESB

A Cooperativa Social de Trabalhadores Especiais de Bauru – COOPESB, surgiu com a idéia de atender e proporcionar oportunidades de trabalho às pessoas com necessidades especiais.

Basicamente a cooperativa trabalha com produtos e serviços relacionados a papéis e afins, como por exemplo: álbuns em gerais, papéis para impressão e envelopes, encadernações e restaurações de livros e documentos (Anexo E).

Seus organizadores são F. T. K. e P. S. D., ambos possuidores de necessidades especiais. Segundo eles, a idéia de montar essa cooperativa surgiu quando começaram a participar de movimentos de luta pelos direitos da Pessoa Portadoras de Deficiências.

Para este trabalho foi colhido um depoimento de F. T. K., que além de atuar diretamente na cooperativa como presidente, ingressou este ano no curso de Direito da Faculdade de Direito de Bauru. O depoimento não foi gravado, mas sim escrito por F.. Ele fez questão disso, segundo ele “seria um desafio a mais”, pois não possui movimentos nos dedos das mãos e para escrever ou digitar tem que fixar uma caneta, lápis ou outro instrumento em seus punhos.

“A partir do momento em que nós (eu o P.) começamos a participar de movimentos de luta pelos direitos da pessoa com deficiências, nasceu a idéia de fundar uma associação (ONG) ou cooperativa de trabalho voltado só para pessoas com deficiências. Fiz parte do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência de Bauru – COMUDE, do ano de 2000 até junho do ano de 2004. A iniciativa de construirmos uma entidade para atender e proporcionar oportunidades de trabalho às pessoas com deficiências era para que estas pessoas criassem em si mesma a auto-estima de não serem encarados como um peso à família e à sociedade. Também proporcionar uma maneira de trabalhar sem a necessidade de interromper a sua reabilitação física, psicológica e a educacional. Por outro lado existem as pessoas portadoras de deficiências que o mercado de trabalho não mais os absorvem, porque essas pessoas estão acima de certa idade, a exemplo: a maioria estão acima dos 45 anos de idade. Eu e mais um grupo de portadores de

deficiência procuramos um nicho de atividade ou um segmento de produtos para serem produzidos, optamos por produtos de papéis. Nesse curso da história conhecemos uma professora de Educação Artística no Centro Estadual Supletiva de Bauru ‘Tancredo Neves’ – CEESUB, essa professora conhecia uma indústria de papéis artesanais, no município de Garça – SP, e a sua proprietária, a partir daí começamos idealizar a forma de trabalharmos para esta indústria, iríamos ser prestadora de serviços na confecção de álbuns fotográficos, envelopes especiais, embalagens especiais e etc. Tudo confeccionado com papéis artesanais desta indústria. Tivemos vários encontros com a proprietária, realizamos planos e até iniciamos um começo de treinamento de trabalho com papéis. A partir dessa iniciativa demos a partida para a constituição de uma cooperativa. Optamos por constituir uma Cooperativa Social, baseado na Lei nº. 9.867, de 10 de novembro de 1999, que regulamenta esse seguimento. Foi uma maneira de proporcionar trabalho à muitos portadores de deficiências. Optamos pela Cooperativa Social porque em seus dispositivos autoriza o auxílio de voluntários para compor a cooperativa e também a lei alude a condição de pessoas em desvantagens para serem cooperados. Procuramos o balcão do SEBRAE, e recebemos uma orientação básica de como proceder para constituição de uma cooperativa. Apesar das orientações do SEBRAE, encontramos muitas dificuldades para constituí-lo, do nascimento da vontade de constituir, até conseguirmos legalizar toda a documentação da constituição da Cooperativa levou um ano e meio. Não por culpa do SEBRAE. Tínhamos pessoas interessadas em fazer parte da Cooperativa, mas não encontramos apoio suficiente para dar início ao projeto. Por exemplo: não tínhamos pelo menos um galpão ou barracão, um endereço para fixar a sede da Cooperativa. Apesar de existir divulgação de que o cooperativismo é uma das soluções para a falta de trabalho protegido, não há incentivo para tal implementação em nível municipal, estadual e federal, por fim, não há apoio, principalmente nos municípios, através de oferecimento de espaço temporário, ou espaços para incubar cooperativas para que grupos de pessoas possam reunir-se e trabalhar em cooperativas. Mesmo com ajuda por meio de cartilhas e folders do SEBRAE, também inicialmente com orientação sobre legislação pertinente ao cooperativismo, não havia por parte do SEBRAE um modelo de estatuto para o tipo de cooperativa que havíamos optado, ou mesmo para as cooperativas comuns, não havia uma certeza em relação a Lei nº. 9.867, de 10 de novembro de 1999, que dispõem sobre a Cooperativa Social, tínhamos a orientação de que qualquer que fosse a cooperativa tínhamos que ter na sua composição 20 pessoas no mínimo, pois é o que a lei geral do cooperativismo exige, Lei nº. 5.764, de 6 de dezembro de 1971, que: ‘Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências’. Para constituirmos a Cooperativa, encontramos uma maneira inusitada de conseguirmos uma sede, na época o Senhor J. R. F., conhecido como SAPÉ em nossa cidade, era Secretário Municipal de Esporte e Lazer de Bauru – SEMEL, foi um empenho pessoal dele, que autorizou usar temporariamente um de seus espaços na qual a SEMEL guardava os seus pertences, era um pequeno salão que fazia parte de um edifício, que por sua vez era cedido pelo Governo do Estado de São Paulo, no salão em estado precário, conseguimos instalar a sede e realizar as primeiras Assembléias, a de fundação e de composição do

primeiro Conselho de Administração e o Conselho Fiscal. Aqui em 07 (sete) de junho de 2003, nasce a **COOPERATIVA SOCIAL DE TRABALHADORES ESPECIAIS DE BAURU – COOPESB**, com 21 (vinte e um) cooperados, foi uma das primeiras Cooperativas Sociais do interior paulista, só composta de pessoas portadoras de deficiências com base na Lei nº. 9.867, de 10/11/1999. Mesmo com esse empenho do Secretário, fomos buscar apoio da Prefeitura e do Prefeito e as respostas eram sempre as promessas e promessas. Pergunta-se por que todos esses procedimentos? A resposta é que, no caso de Cooperativa é exigência da lei, é necessário que a cooperativa na constituição tenha uma sede de fato, mesmo que a sede seja alugada ou concedida, número mínimo de 20 (vinte) cooperados, interesse comum por um trabalho e em um ramo específico, sem esses requisitos a JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO – JUCESP não registra a Ata de fundação, o estatuto, e sem esse registro não há funcionamento de uma cooperativa. No sistema de cooperativismo é importante que todos estejam interessados em trabalhar e não em emprego propriamente dito que consiste em ter carteira assinada, fundo de garantia, cesta básica, vale transporte e etc. O cooperado muitas vezes não tem esses benefícios por ser ele considerado um trabalhador autônomo, aquele trabalhador que não tem vínculo empregatício. Além de todo o problema organizacional, administrativo e reforma do salão, não tínhamos capital financeiro e nem certeza do trabalho a ser prestado, após a fundação saímos a procura de tomadores de serviços, indústrias na área de papel, plástico e metalurgia, enfim ficamos um oito meses sem atividade de fato, porque aquela indústria de Papéis Artesanais de Garça enfrentou justo na mesma época problemas e não pode nos proporcionar o trabalho. No início do ano de 2005 estávamos a ponto de encerrarmos a pessoa jurídica da Cooperativa, mas por acaso, após muita procura surgiu a primeira oportunidade concreta por uma pequena indústria de Rotores para motores elétricos para equipamentos domésticos (furadeiras, liquidificadores, batedeiras e etc). A AKTEC INDÚSTRIA E COMERCIO DE ROTORES LTDA DE BAURU, interessou-se pela mão de obra da COOPESB. Iniciamos uma outra nova batalha, tivemos que mudar de endereço porque ocorreu a mudança de Prefeito, nós estávamos ali naquele endereço como quase invasores, o Governo do Estado de São Paulo havia retomado a posse do edifício e cedido para uma outra entidade que também era uma Associação. Nós tivemos que optar por alugar um outro salão para iniciarmos a prestação de serviços a AKTEC. Para isso havia a necessidade de fiador para o aluguel do salão, o escolhido foi eu, como fiador. Estamos prestando serviços a uma empresa que proporcionava esse mesmo trabalho aos presidiários (mão de obra barata) e que agora ‘compra’ o trabalho das pessoas portadoras de deficiências o que é excelente para nós. Por ora existem muitas empresas de Bauru e região que fazem o mesmo, proporcionam trabalho aos presidiários em detrimento aos que estão aqui fora, as vezes existem empresas que terceriza 100% de alguma etapa da sua industrialização para os presidiários, é de questionar esse fato, porque existem muitos desempregados na sociedade que nunca praticou um delito sequer e não tem como trabalhar, não tem onde trabalhar. E aqueles que engendraram pelo caminho do delito conseguem trabalho, comida e lazer mesmo preso. Um absurdo, não é mesmo???? Existem muita pessoas com muita vontade, que poderiam fazer parte de uma cooperativa, mas onde estão

estas cooperativas e onde está o apoio do poder público para a implementar esse meio de trabalho?

Ultimamente estamos enfrentando indiretamente a concorrência dos chineses, acontece que as empresas chinesas compram a matéria-prima Cobre aqui na América do Sul e do Brasil e exportam os rotores montados para o Brasil sendo mais barato que os fabricados no Brasil. Enfim, enfrentamos todos os entraves burocráticos para constituir a Cooperativa e agora enfrentamos a concorrência indireta dos chineses e direta dos presidiários. A COOPESB, hoje proporcionando trabalho a um grupo pequeno de pessoas, 21 cooperados estão aptos a trabalhar, uma parte desses cooperados já conseguiram emprego em empresas, mas continuam como cooperados até que não haja conflitos de interesses, isto porque por enquanto não temos como expandir por falta de apoio do poder público e das empresas. A COOPESB necessita de uma sede própria e maior, para diversificar o tipo de prestação de serviço. O papel da cooperativa é também qualificar esses trabalhadores. Ainda prevejo que há um caminho longo e árduo para termos um nível aceitável para o futuro, do contrário teremos que encerrar este grande sonho.”³⁰

Atualmente, a cooperativa possui um Conselho Administrativo composto por: presidente, vice-presidente, secretário, diretor financeiro, diretora administrativa e comercial e diretor técnico. O Conselho Fiscal é composto por 3 titulares, tendo 3 suplentes.

Continuam com problemas de financiamentos e mercado para seus serviços. Contudo são pessoas que não querem desistir dessa cooperativa. Mas se não houver uma participação maior do setor público essa cooperativa pode ter o mesmo destino de suas antecessoras, a encerramento de suas atividades.

4.3.4. Secretaria Municipal do Bem-Estar Social – SEBES

A Secretaria Municipal do Bem-Estar Social é o órgão responsável pela formulação, articulação, gestão e execução da Assistência Social e da política de Seguridade Social. É, também, órgão gestor do Fundo Municipal da Assistência Social e responsável pelo repasse dos recursos a ele destinados. Por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, desenvolve ações que visam garantir o atendimento às necessidades básicas.

³⁰ Entrevista realizada com F.T.K. – Sócio presidente da COOPESB, em 2.10.2006, na sede da cooperativa COOPESB - Bauru.

Mesmo após várias experiências de políticas públicas, nos últimos cinco anos, o cenário de pobreza e exclusão econômica e social sofreu pouca alteração. Esta constatação é ratificada pela secretária da Sebes, E. M., que utilizando dados recentes de órgãos como o IBGE, admite:

“Bauru possui pelo menos 80 mil pessoas em situação de pobreza e apenas um terço deste universo recebe alguma ajuda da rede de proteção social, ou seja, em cinco anos quase nada mudou”.³¹

Buscando atender essa população necessitada, principalmente no que diz respeito a possibilidade de acesso ao trabalho e renda é que a Sebes está implantando e implementando Programas de Geração de Renda nos Centros de Informação e Educação para o Trabalho (CIET), buscando parcerias com entidades governamentais e não governamentais.

Contudo, para que a população-alvo possa entrar nesses programas é necessário que sejam usuários dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), que efetiva um projeto de emancipação com famílias carentes.

Segundo a secretária E. M.:

“O CRAS atende o princípio defendido no Plano Nacional de Assistência Social que é de dar ênfase à regionalização das redes de proteção social, com prioridade de atendimento ao cidadão que já esteja incluído em programas de transferência de renda. Esta regionalização facilita o acesso destas populações aos serviços oferecidos.”³²

O CRAS reúne uma série de serviços sócio-assistenciais, como centros de informação e educação para o trabalho, cujo objetivo principal é garantir meios para o público atendido encontrar o caminho de sua emancipação, via ações de geração de emprego e de renda.

A secretária lembra que Bauru possui uma situação considerada privilegiada em relação às médias nacionais em alguns indicadores como expectativa de vida, escolaridade, mortalidade infantil entre outros. Porém, o município acompanha a média nacional quando o item analisado é desigualdade social.

³¹ Entrevista realizada com E.M. – Secretária da SEBES, em 9.9.2006, na Secretaria do Bem-Estar Social de Bauru.

³² *Idem.*

A Sebes estabeleceu um mapa da exclusão social em Bauru por bairros, oferecendo subsídios para o planejamento de sua política social, identificando as regiões concentradoras da pobreza. Vale ressaltar que a pobreza era compreendida como ausência da renda, um fenômeno de natureza financeira e que, portanto bastaria apenas o crescimento econômico do país para que tudo estivesse solucionado. Atualmente, pobreza é considerada um fenômeno heterogêneo e não se resolve apenas com a renda. Sua perpetuação tem direta relação com a falta de oportunidades de desenvolvimento de capacidades dos indivíduos.

A partir deste diagnóstico a Sebes organizou o CRAS para tentar reduzir a pobreza no Município e o programa até 2008 já está estabelecido. E. M. informa:

“Temos cinco CRAS instalados na cidade, em regiões escolhidas dentro do maior índice de exclusão econômica e social. Até o final deste ano teremos o sexto CRAS em funcionamento. Em 2007 tentaremos implantar mais três unidades e em 2008 apenas reforçaremos seus serviços.”³³

Entre os vários serviços que cada CRAS oferece há o Serviço de Geração de Renda que desenvolve atividades de aprendizagem e de produção em diversas áreas, principalmente em artesanato.

Este serviço é desenvolvido em núcleos denominados Núcleo Específico para a formação profissional, Núcleo Básico para o desenvolvimento pessoal e de cidadania e um Núcleo Gerencial (Anexo F), é neste momento que a Sebes está trabalhando de forma organizada, buscando parceiros que possam somar à sua iniciativa o complemento que falta para a efetivação do Projeto.

O SEBRAE tem-se mostrado o grande parceiro da Sebes, é responsável pelas palestras e seminários que abordam o tema empreendedorismo, mercado e finanças de um micro negócio. As Universidades estão começando a participar tendo a responsabilidade pelo desenvolvimento de técnicas de gestão e empregabilidade.

De acordo com E. M.:

³³ Entrevista realizada com E.M. – Secretária da SEBES, em 9.9.2006, na Secretaria do Bem-Estar Social de Bauru.

“O nosso objetivo geral, enquanto gestores do Serviço de Geração de Renda, via CRAS, é possibilitar ao participante o despertar de habilidades artesanais que gerem renda, propiciando o desenvolvimento básico e de gestão com vista a emancipação social”.³⁴

Contudo a secretária conhece os problemas sociais, culturais e econômicos do público-alvo desse projeto, como também a dificuldade de encontrar parceiros para esses empreendimentos e, nesse sentido delinea objetivos específicos para a implantação e implementação do Serviço de Geração de Renda.

“Nossos objetivos específicos são: despertar o interesse, habilidade e talento para o trabalho artesanal; implementar oficinas de trabalho que propicie geração de renda; criar condições para famílias capacitadas divulgarem e comercializarem seus produtos; desenvolver atividades sócio-educativas com as famílias garantindo o seu desenvolvimento pessoal e social; construir e fortalecer o processo de troca de experiências entre as organizações governamentais e não governamentais; apoiar a iniciativa de qualificação, atualização e requalificação profissional, quando consideradas como etapa do processo de geração de renda e, finalmente, apoiar o processo de implantação de unidades produtivas com mão-de-obra capacitada para serem absorvidas pelo mercado local.”³⁵

O público-alvo desse projeto são famílias com renda per capita de até meio salário mínimo, população em idade laboral a partir de 16 anos e, tendo a mulher como chefe de família. Segundo E. M. a meta da Sebes é atingir, aproximadamente, 760 adultos via parcerias com entidades sócio assistenciais e programas governamentais.

De acordo com E. M. este projeto deverá ter uma metodologia própria, que satisfaça o anseio e a pressa dos usuários do CRAS e outros programas assistenciais, para eles o tempo é um inimigo e não há espaço para uma espera prolongada de resultados, positivos ou não.

“A metodologia utilizada é a reflexiva, visando o desenvolvimento da autonomia de sua capacidade de superação de dificuldades, exercendo assim a cidadania. São desenvolvidas aulas teóricas e práticas, *workshops*, debates, exposições de slides, vídeos, vivências que facilitam o alcance dos objetivos propostos, com a supervisão direta do serviço social mediante entrevistas sociais, ações

³⁴ Entrevista realizada com E.M. – Secretária da SEBES, em 9.9.2006, na Secretaria do Bem-Estar Social de Bauru.

³⁵ *Idem.*

individuais e coletivas, visitas domiciliares, contatos telefônicos e encaminhamentos. O programa se desenvolve através de uma metodologia flexível, sendo que a população é participante ativa no processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, a Sebes atua efetivamente no acompanhamento dos participantes, suprindo, quando possível, eventuais necessidades apresentadas e assegurando seu acesso aos bens e serviços e, conseqüentemente, a superação dos problemas vivenciais.”³⁶

Este projeto tentará emancipar as pessoas no menor tempo possível para que outras famílias possam ser inseridas nestes programas, porém E. M. comenta a dificuldade desse trabalho.

“Sabemos que há famílias que jamais se emanciparão, algumas por problemas de educação, outras até por questões de ‘saúde’. Mas já temos casos no Parque Jaraguá de famílias que conquistaram sua emancipação”.³⁷

A meta é de que em dois anos de participação efetiva nos serviços socioassistenciais e nas atividades de geração de renda e qualificação profissional poderiam ser suficientes para que seus usuários garantam a emancipação. Na visão dos profissionais da Sebes o grande problema será a retirada dos benefícios pagos pelo governo a esses usuários.

“Como Secretária da Sebes sei que minha maior meta será conseguir que estas famílias consigam deixar os benefícios pagos pelo governo. Este sim é um objetivo mais audacioso.”³⁸

Entre todos os cursos oferecidos pelos CRAS os de geração de renda são os mais procurados, de acordo com levantamentos da Sebes e comentados pela secretária em seu depoimento.

Mas, para M., o foco na emancipação das famílias não pode fazer com que a rede de proteção social seja relegada a um nível secundário e, nesse sentido, o Plano Municipal de Assistência Social lista entre seus afazeres a manutenção de algumas ações destinadas à população em situação de vulnerabilidade social.

³⁶ Entrevista realizada com E.M. – Secretária da SEBES, em 9.9.2006, na Secretaria do Bem-Estar Social de Bauru.

³⁷ *Idem.*

³⁸ *Idem.*

Não há como realizar um trabalho adequado de geração de trabalho e de renda com a população mais carente de um município se esta estiver em péssimas condições físicas e mentais.

Para E. M.:

“Muitos usuários conversam comigo sobre a vontade de entrarem nos programas de geração de renda, mas para eles é mais urgente e importante ‘arranjar’ um lugar para dormir e alguma coisa para comer do que estudarem nos cursos para depois arrumarem uma fonte de renda.”³⁹

Este depoimento ratifica o motivo de “fracasso” do projeto da Fundato com o curso de corte e costura do NAF/Jaraguá (anteriormente discutido), ou seja, a preocupação dos usuários do programa é “um lugar para dormir e alguma coisa para comer, estudar não é importante”.

No Quadro 1 (p. 105) tem-se a lista de ações adotadas pela Sebes para que haja condições dos usuários dos CRAS participarem e darem continuidade aos trabalhos dos programas de geração de renda, sem a preocupação constante de sobrevivência dos próprios e dos familiares, comum a todos.

São serviços básicos, especiais com média complexidade e especiais com alta complexidade, que envolvem o setor público, privado e a comunidade do município. Portanto, são ações difíceis de serem realizadas, com a necessidade constante de investimentos por parte dos envolvidos e, conseqüentemente, sempre a “mercê” da dificuldade de levantamento de fundos para o seu desenvolvimento adequado.

Todos esses serviços também se deparam com a desconfiança dos moradores das regiões atendidas. Geralmente, acreditam que a simples utilização desses serviços possa acarretar aos seus usuários o pagamento de taxas.

Segundo a secretária da Sebes, E. M., é necessário uma prévia abordagem educacional nas regiões atendidas para demonstrar que são serviços gratuitos, favorecendo a qualidade de vida dos moradores mais carentes. Que em momento algum será cobrado um valor/montante de seus usuários.

Porém a indagação sobre cobrança de valores acontece a cada mudança de serviço oferecido.

³⁹ Entrevista realizada com E.M. – Secretária da SEBES, em 9.9.2006, na Secretaria do Bem-Estar Social de Bauru.

Quadro 1 – Lista de Ações Sociais da Sebes no Município de Bauru

REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL EM BAURU		
SERVIÇOS BÁSICOS	SERVIÇOS ESPECIAIS – MÉDIA COMPLEXIDADE	SERVIÇOS ESPECIAIS – ALTA COMPLEXIDADE
Estimulação de Desenvolvimento Infantil – 0 a 6 anos	Pronto Atendimento Assistencial	Criança e Adolescente – Abrigo
Socioeducativos – 6 a 14 anos	Abordagem de rua	Pessoa com Deficiência – Abrigo
Centros de Informação e de Educação para o Trabalho – jovens e adultos	Medidas socioeducativas em meio aberto – Prestação de Serviços à Comunidade	Pessoa Idosa – Abrigo
Atenção Integral às Famílias	Medidas socioeducativas em meio aberto – Liberdade Assistida	Pessoa com HIV – Abrigo
Centro de Convivência para o Idoso	Erradicação do Trabalho Infantil	Pessoa com Deficiência – República
	Habilitação/Reabilitação às pessoas com deficiências	Centro de Triagem
	Atendimento de necessidades à pessoa com doenças cronicodegenerativa (HIV, câncer, renal)	Albergue Noturno
		Casa de Estar

Fonte: Secretaria Municipal do Bem-Estar Social (9.9.2006).

Os CRAS foram implantados nas regiões mais vulneráveis no Município de Bauru, como Parque Real, Jardim Ferraz, Parque Jaraguá, Nova Bauru, Ferradura Mirim.

4.3.4.1. CRAS Parque Real

Segundo E. M.:

“Na região do Parque Real, por exemplo, as pessoas não tem nada e muitas delas sequer estão incluídas nos programas de transferência de renda. Implantando a rede de proteção social a população desprovida de atendimento básico anima-se com a possibilidade de aprender atividades que possam gerar renda para a família. Os ‘esquecidos’ sonham com a qualificação.”⁴⁰

⁴⁰ Entrevista realizada com E.M. – Secretária da SEBES, em 9.9.2006, na Secretaria do Bem-Estar Social de Bauru.

Um exemplo dos ‘esquecidos’ é a dona de casa T. de F. M., 40 anos, moradora do Parque Real com o marido e os cinco filhos. Sua principal esperança é conseguir a inclusão da família em algum programa de transferência de renda do governo federal.

Nas palavras de T. de F. M., que está esperando o benefício da Bolsa Família:

“Pobre só sabe esperar e eu estou esperando.”⁴¹

É um bom exemplo da preocupação que a secretária da Sebes tem em relação a cultura assistencialista da população sobre o que o Estado deve fornecer a ela.

T. de F. M. tem sobrevivido apenas com o salário-mínimo do marido, empregado de um frigorífico no Município, e com todos os filhos matriculados na escola, ela não sabe por que ainda não recebeu a tão esperada correspondência da Caixa Econômica Federal (CEF) informando a aceitação de seu pedido feito no meio do ano de 2005.

Enquanto espera pela carta, ela e os filhos, com idades entre 12 e 19 anos, admitem que não tenham condições de procurarem emprego devido a baixa qualificação. Estão pensando até na possibilidade de participarem de cursos do CRAS Parque Real, até a chegada da carta do governo.

“Nunca fiz um curso, mas se eu tiver tempo, até que faço.”⁴²

Já a filha de T. de F. M., F. N., com 17 anos, anima-se com a possibilidade de aprender bordados. Ela possui experiência profissional como empregada doméstica, mas está convicta de que somente com estudo poderá encontrar outra profissão. Segundo ela:

“Pobre também sonha e o meu é estudar, tirar carta (de motorista) e poder comprar um carro da loja”.⁴³

A realidade dessa família é a mesma de tantas outras nesta região (Parque Real) e, também nas demais áreas vulneráveis do município.

⁴¹ Entrevista realizada com T. de F..M. – moradora no Parque Real, em 18.9.2006, na sede do CRAS Parque Real - Bauru.

⁴² *Idem.*

⁴³ Entrevista realizada com F.N. – moradora no Parque Real, em 18.9.2006, na sede do CRAS Parque Real - Bauru.

Os serviços prestados no CRAS Parque Real para geração de renda são: curso de bordado/customização e lembrancinhas.

4.3.4.2. CRAS Jardim Ferraz

De acordo com E. M. os usuários do CRAS Jardim Ferraz são os mais assíduos e participativos nos cursos em geral. Existe, por parte da Sebes, uma expectativa positiva em relação a esses grupos, pois estão conseguindo terminar todos os módulos do projeto de geração de renda e, logo poderão adquirir seus certificados de conclusão.

Este CRAS oferece os seguintes serviços: curso de artesanato (biscuit e bordado), palestras e seminários direcionados ao desenvolvimento humano, de cidadania, de formação profissional e gerencial.

O grupo de alunas participantes do curso de enfeites com massa de biscuit comenta que o CRAS forneceu condições de aumentarem sua renda, ajudando a família, incluindo-as na comunidade como pessoas capazes de participarem do mercado de trabalho e, não “apenas” donas de casa.

O próximo passo, para elas, é terminarem todos os módulos e partirem para uma sociedade comunitária e, talvez, se tudo der certo num futuro próximo, uma cooperativa.

A aluna do curso de biscuit, A. M. da S., 27 anos é mãe de cinco filhos e o marido está desempregado. Ela mantém a casa com benefícios recebidos via Bolsa-Família e Renda Cidadã, agora com os cursos que está participando já consegue aumentar a renda familiar. Em suas palavras:

“Agora já tenho condições de gastar com ‘coisinhas’ pra mim e meus filhos. Ainda não sei colocar preços direito. Vou fazer o curso que pode me ajudar, aqui mesmo, no CRAS.”⁴⁴

O curso que dona A. citou em seu depoimento, que poderá ajudá-la na formação de seus preços, é o de formação profissional e gerencial.

Especificamente, neste CRAS, há uma expectativa positiva em relação aos programas de geração de trabalho e de renda. Os usuários estão confiantes na melhora de suas rendas

⁴⁴ Entrevista realizada com A.M. da S. – participante do CRAS, em 19.9.2006, na sede do CRAS Jardim Ferraz - Bauru.

com os trabalhos desenvolvidos pelas assistentes sociais que oferecem todo um suporte à eles.

4.3.4.3. CRAS Parque Jaraguá

A sistemática de trabalho não difere dos outros CRAS, aqui o curso oferecido é o de artesanato: bordado, crochê, tricô, tear, ponto cruz, pintura e costurização.

De acordo com E. M. é uma região com elevado índice de violência, portanto, com alto grau de desconfiança dos usuários para qualquer projeto que se deseja implantar.

Contudo, não foi possível colher depoimentos ou entrevistar as usuárias dos projetos em andamento, não aceitaram participar desta pesquisa.

4.3.4.4. CRAS Nova Bauru

O programa de geração de renda neste CRAS está baseado nos seguintes serviços: curso de artesanatos, palestras e seminários direcionados ao desenvolvimento humano, cidadania, formação profissional e gerencial.

Vários grupos de usuários estão terminando seus módulos nos cursos citados acima, inclusive cerca de 20 moradores da Nova Bauru terminaram seu curso de formação profissional e receberam os certificados de garçons.

Esses “alunos” tiveram que participar do programa de geração de renda durante um ano para receberem os certificados e, parte deles, já estão trabalhando para formarem uma cooperativa de serviços.

A secretária E. M. aprova e incentiva essas ações comunitárias, para ela:

“Atuando em conjunto eles possuem condições de conseguirem preços melhores para seus serviços. Além disso, obteriam descontos da parte dos fornecedores/contratantes.”⁴⁵

⁴⁵ Entrevista realizada com E.M. – Secretária da SEBES, em 9.9.2006, na Secretaria do Bem-Estar Social de Bauru.

Entretanto, antes de atuarem por conta própria, os garçons do CRAS Nova Bauru teriam de passar por novos módulos do Programa de Geração de Renda, nas áreas de desenvolvimento humano e gestão empresarial.

De acordo com E. M.:

“É nessa etapa que o participante adquire noções de como levar um negócio adiante, sem a pressão que um empreendimento exerce sobre os despreparados.”⁴⁶

A secretária da Sebes justificou essa preocupação em relação aos financiamentos para micro negócios. Em sua opinião existe uma dificuldade muito grande, por parte da população carente, de conseguir um financiamento para dar continuidade aos negócios.

4.3.4.5. CRAS Ferradura Mirim

Os serviços prestados por este CRAS são: corte e costura, manicure e panificação. E, segundo informações de suas coordenadoras são os que mais possibilitam a geração de renda para seus usuários.

Cinco alunos recém-formados no curso de Geração de Renda em Massa Caseira/Panificação resolveram montar um grupo para fabricar e comercializar salgados, doces e bolos.

Um dos idealizadores desse grupo é C. R. M., 51 anos. Ele lembra que o investimento feito por cada participante foi muito baixo.

“Todo mundo estava desempregado, portanto ninguém tinha dinheiro para colocar no negócio e tivemos que apelar para a criatividade. O pessoal ajudou com aquilo que podia, com aquilo que possuía em casa: batedeira, assadeira, farinha, açúcar.”⁴⁷

⁴⁶ Entrevista realizada com E.M. – Secretária da SEBES, em 9.9.2006, na Secretaria do Bem-Estar Social de Bauru.

⁴⁷ Entrevista realizada com C.R.M. – ex-participante do CRAS, em 22.9.2006, na sede do CRAS Ferradura Mirim - Bauru.

Para esse grupo o próximo passo é montar uma cooperativa de produção, atendendo inclusive *buffets* no Município. Para C.R.M.:

“Mas isso é um projeto para o futuro. Antes temos de fazer esse negócio ir em frente.”⁴⁸

4.3.5. Cooperativa dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis de Bauru – COOTRAMAT

Algumas realidades demoram tempo para se concretizarem, é o caso da Cooperativa dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis de Bauru (COOTRAMAT). Foram necessários nove anos para que a Associação de Catadores de Lixo do Jardim Redentor pudesse se legalizar e se transformar na Cootramat.

O passo decisivo para essa transformação ocorreu quando a Associação começou a receber assessoria da Sebes, seus participantes passaram a ter palestras e orientações sobre como montar e gerir um negócio. Munidos de informações e apoio necessários, os 20 coletores de recicláveis puderam, finalmente, transformar em realidade o desejo de trabalharem em uma cooperativa.

V. L. de S. X. é uma das mais antigas participantes da, agora, cooperativa. Ela entrou para o grupo em 1998, após ficar desempregada:

“Eu trabalhava em casa de família, mas tinha que faltar muito para cuidar de meu filho, que era doente. Depois, o marido de minha patroa morreu, então ela resolveu se mudar para São Paulo. Acabei ficando sem trabalho. Mas a situação foi apertando e tive que ir catar recicláveis. No começo deu medo e pensei que não seria capaz. Hoje sinto orgulho, porque sei que estou ajudando a limpar o meio ambiente.”⁴⁹

O sentimento que a Senhora V. cultivava em relação ao trabalho de catadora é unanimidade entre os membros da Cootramat, eles se enxergam como microempresários e

⁴⁸ Entrevista realizada com C.R.M. – ex-participante do CRAS, em 22.9.2006, na sede do CRAS Ferradura Mirim - Bauru.

⁴⁹ Entrevista realizada com V.L. de S.X. – participante da COOTRAMAT, em 25.8.2006, na sede da Cooperativa dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis de Bauru.

trabalhando como empreendedores, realizando um trabalho tão importante para a comunidade que é a questão da reciclagem no município.

De acordo com E. M., a Sebes pretende apoiar a criação de projetos semelhantes em outras regiões de Bauru, em especial na Zona Norte, onde o número de coletores de materiais recicláveis é maior, conforme uma pesquisa realizada pela Secretaria Municipal do Bem-Estar Social. No depoimento da secretária da Sebes:

“Seriam ramificações da Cootramat, que funcionaria como uma espécie de cooperativa núcleo da cidade.”⁵⁰

4.4. Ações em Economia Solidária e o Microcrédito em Bauru

O número de agências bancárias e instituições de crédito em Bauru seria suficiente para atender a toda população empreendedora, caso esta pudesse solicitar e adquirir crédito para seus negócios.

Contudo, a maior dificuldade encontrada por esses empreendedores é justamente a liberação de crédito no Município. A maioria dos empreendimentos iniciados nos programas sociais de geração de renda discutidos anteriormente, “emperram” quando há necessidade de financiá-los.

Quando o tema é microcrédito parte-se do pressuposto que haja uma linha de financiamento para a população mais carente, quando esta tem a possibilidade de fomentar grupos comunitários de geração de renda. Porém, a realidade é contrária aos conceitos estudados sobre Economia Solidária.

Em Bauru não há um trabalho adequado, por parte das agências bancárias e instituições de crédito, no sentido de financiar empreendimentos solidários quando são levantados os pré-requisitos necessários às linhas de crédito, isto fica sob a responsabilidade do Banco do Povo Paulista que foi criado justamente para atender a população que estaria à margem dos financiamentos em bancos comerciais.

⁵⁰ Entrevista realizada com E.M. – Secretária da SEBES, em 25.8.2006, na sede da Cooperativa dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis de Bauru.

4.4.1. Banco do Povo Paulista no Município de Bauru

Em funcionamento desde julho de 2004, o Banco do Povo oferece microcrédito aos empreendedores populares, participantes de programas de geração de renda, tendo como parceiros a Prefeitura de Bauru e o Governo do Estado.

A metodologia adotada é a mesma no Banco do Povo Paulista descrito no item 3.7.3 (página 62), contudo o objetivo tradicional desse agente financeiro era de atender a parcela da população que não conseguiria crédito em bancos comerciais, por não atenderem aos pré-requisitos mínimos exigidos por eles.

Contudo, trabalha da mesma forma que os bancos comerciais, ou seja, os pré-requisitos exigidos para liberação de crédito são tão opressores quanto qualquer outro banco. No anexo G, no *folder* dessa instituição financeira, verifica-se toda a dificuldade encontrada pela população carente, que necessita fomentar seus negócios para gerar renda.

Além das garantias e documentos exigidos é necessário apresentar um plano de negócios simplificado, com a especificação do produto que se pretende adquirir com o financiamento. Após a aquisição, no prazo de 10 dias, é obrigatória a apresentação da nota fiscal de compra.

Não foi possível recolher o depoimento do responsável pelo Banco do Povo Paulista em Bauru, não havia horário disponível em sua agenda.

Mas a secretária E. M. sabendo das dificuldades de linhas de crédito para a população carente, implantou, em agosto de 2006, um programa de microcrédito destinado aos freqüentadores dos programas assistenciais de geração de renda e de qualificação profissional. É um programa que conta com a parceria da Sebes e da Cáritas Diocesana de Bauru.

Este programa foi implantado depois que as assistentes sociais da Sebes tiveram experiências frustradas nos Programas de Geração de Renda e Qualificação Profissional dos CRAS.

A. J. O., chefe da seção de Gestão de Apoio a Empreendimentos da Sebes, concorda que atualmente a economia se apresenta com estágios avançados de desenvolvimento e, para enfrentar o mercado concorrencial, é indispensável ter capital para fomentar os negócios. Segundo A.J.O.:

“Um dos problemas que os usuários dos projetos sociais enfrentam era a falta de acesso ao crédito. A pessoa completava o curso, pegava o certificado, mas não conseguia colocar em prática aquilo que aprendeu.”⁵¹

Para A. J. O. os motivos para que os usuários dos programas de geração de renda do município se encontrassem privados de crédito eram vários, como por exemplo: falta de endereço fixo, ausência de documentação exigida pelas instituições financeiras, renda pessoal insuficiente para garantir um empréstimo, entre outras.

Em relação ao programa de financiamentos implantado pela Sebes, A. J. O. comenta:

“O empréstimo não é liberado na forma de dinheiro. O interessado apresenta um projeto que será avaliado. Caso seja aprovado, a Cáritas compra a matéria-prima e maquinário necessários, doando-os em seguida à pessoa.”⁵²

A intenção da Sebes é estender o auxílio à todos os usuários dos programas de geração de renda no Município, desde que tenham interesse em gerar renda e assumam a responsabilidade desse ato.

O primeiro a desfrutar desse programa de microcrédito foi D. N. e a forma como obteve acesso a esse empréstimo foi interessante.

“Antes eu morava numa fazenda e fazia trabalhos pesados. Consertava cercas, operava trator, carregava sacos. Aí veio a cirurgia. Tive de colocar ponte de safena e mudar para a cidade. Fui morar com minha filha que fazia curso de bordado manual aqui no Núcleo (Núcleo de Apoio à Família do Parque Jaraguá). Um dia ela saiu e esqueceu um trabalho sobre a mesa. Achei interessante e tentei terminar. Ficou bonito, mas tive vergonha de falar para a família. Pensei que fossem dizer que era ‘coisa’ de mulher. Mas um dia minha filha achou o trabalho e viu que tinha sido feito por outra pessoa. Fui obrigado a contar meu segredo. Foi bom. Todo mundo gostou e me deu apoio. Hoje eu ganho R\$ 400,00 por mês vendendo meus trabalhos e até corrijo minha filha quando ela faz algum ponto errado.”⁵³

⁵¹ Entrevista realizada com A.J.O. – Chefe Seção Apoio a Empreendimentos da SEBES, em 11.9.2006, na Secretaria do Bem-Estar Social de Bauru.

⁵² *Idem.*

⁵³ Entrevista realizada com D.N. – participante do Programa de Microcrédito da SEBES, em 13.10.2006, na Secretaria do Bem-Estar de Bauru.

A secretária E. M. espera ter mais verba para os programas dos CRAS já nos próximos anos, com a alta na arrecadação devido a reforma tributária que está ocorrendo no Município. Os CRAS atendem indivíduos que estão participando nos Programas Sociais de Geração de Renda, contudo não se pode deixar de analisar a questão da informalidade em Bauru.

4.5. Ações em Economia Solidária e a Informalidade em Bauru

Como foi comentado anteriormente pela Secretária da Sebes, E. M., o Município possui aproximadamente 80 mil pessoas vivendo em condições de vulnerabilidade social. Em meio a tantas causas o desemprego, que atinge mais de 25 mil bauruenses (MTE, 20.8.2006), já bastaria para explicar as origens dessa vulnerabilidade.

A dificuldade de acesso ao trabalho formal é tão grande que a solução encontrada pela maioria das pessoas é recorrer a informalidade como modo de sobrevivência.

A Secretaria Estadual do Emprego e das Relações de Trabalho (Sert) estima que em Bauru, 55% da população economicamente ativa (PEA) estejam na informalidade (SERT, 7.7.2006).

É o caso de M. A. Â., 58 anos, semi-analfabeta, residente no Jardim Godoy e recolhe material reciclável na área central do município. Ganha cerca de R\$ 100,00 ao mês pelo esforço diário de puxar um carrinho repleto de papéis usados, latas vazias e garrafas plásticas (aproximadamente 25 quilos, segundo M. A.).

“Sei que o valor é baixo, ainda mais que pago R\$ 80,00 de aluguel da minha casa. Queria arrumar um trabalho para ganhar R\$ 350,00, seria uma benção para mim, mas sei que não vai acontecer. Ter carteira assinada é meu sonho, mas o que vou fazer, não deu para estudar.”⁵⁴

Este depoimento mostra a realidade deplorável de uma grande parte da população do nosso país. Pessoas que estão à margem da sociedade, ganhando aproximadamente R\$ 100,00 por mês, sem direito a dignidade e cidadania.

⁵⁴ Entrevista realizada com M.A.Â. – Catadora autônoma de material reciclável, em 14.10.2006, na Secretaria do Bem-Estar Social de Bauru.

Será que os programas sociais realmente atendem a necessidade mais básica dessa população? Onde estão as ações efetivas do Estado, da iniciativa privada e da sociedade?

A atividade exercida por M.A. é uma das mais procuradas pelas camadas carentes da população e está tão intensa que a Sebes realizou uma pesquisa para detectar esse movimento, a procura de uma saída alternativa para um acréscimo na renda familiar.

A pesquisa da Sebes foi realizada entre novembro de 2005 e agosto de 2006, o objetivo era traçar o perfil dos catadores de material reciclável do Município. De acordo com E. M., foram identificados 295 pessoas desenvolvendo essa atividade.

“Ficamos surpresas. O número que aparece na pesquisa é apenas uma pequena amostra. Acredito que existam pelo menos 2.000 pessoas sobrevivendo da coleta de material reciclável no Município.”⁵⁵

E. M. explica que nem todos os catadores abordados aceitaram colaborar com os entrevistadores e que dois fatores poderiam explicar a resistência.

“Por um lado, muitos catadores trabalham de forma atrelada aos ferros-velhos da cidade, que costumam funcionar irregularmente. Isso pode ter gerado receio nessas pessoas. A outra causa seria a falta de motivação pessoal, pois em uma das partes do questionário o coletor tinha de responder a respeito de perspectivas futuras. Nesse momento, muitos não sabiam o que responder. Preferiram encerrar a conversa e irem embora, dando fim à entrevista.”⁵⁶

Apesar de a pesquisa ter abordado uma pequena parcela do total de catadores de recicláveis do Município, a Secretária da Sebes considera a amostra significativa.

“O perfil socioeconômico dos ‘garimpeiros do lixo’ detectados na pesquisa será utilizado pela Sebes na formulação das ações voltadas para essa população especial. Descobrimos, por exemplo, que a maioria (101 pessoas) deles reside nos bairros próximos aos CRAS Nova Bauru, na zona norte da cidade. A tendência agora é concentrar nessa região os serviços assistenciais destinados aos catadores. Quem sabe implantar uma outra cooperativa de catadores de materiais recicláveis?”⁵⁷

⁵⁵ Entrevista realizada com E.M. – Secretária da SEBES, em 9.9.2006, na Secretaria do Bem-Estar Social de Bauru.

⁵⁶ *Idem.*

⁵⁷ *Idem.*

Os dados disponibilizados por essa pesquisa demonstram que (informações passadas pela Secretária da Sebes, E. M., em seu depoimento realizado em 9.9.2006):

- 58% são homens;
- 38,51% moram em imóveis invadidos;
- 49,29% têm idade entre 25 a 45 anos;
- 42,74% possuem de 1 a 4 anos de escolaridade;
- 52% não possuem qualificação profissional;
- 80% não usam instrumentos de proteção;
- 69% não têm boa saúde;
- 66% têm renda familiar mensal de até 1 salário mínimo;
- 76% não exercem outra atividade remunerada;
- 66% não recebem benefícios do governo, e
- 75% desejam mudar de atividade profissional.

Essa pesquisa mostrou que a maioria dos catadores tem baixo nível de educação formal e não possuem qualificação profissional de qualquer tipo. Mas não se pode generalizar, quando a questão envolve mercado de trabalho é possível encontrar pessoas qualificadas recorrendo a informalidade como forma de aumentar a renda.

Como exemplo, R. F. com 45 anos, trabalhou muitos anos em papelarias. Após ficar desempregado devido a problemas de saúde, passou a sobreviver do comércio de caldo-de-cana e da venda de capas para bancos de automóveis, em uma avenida movimentada do Município.

“Vendo neste mesmo local desde 1990. Já posso pedir usucapião da rua. Enquanto eu enxergava dava para trabalhar, mas foi ficando complicado e chegou um momento em que já não conseguia ler ou fazer contas. Achei melhor sair antes que desse problema. É engraçado, quando eu trabalhava com carteira assinada fui obrigado a sair por causa da doença. Agora, hoje cuido de dois tipos de venda, me dedico mais mesmo sem enxergar direito para poder me sustentar. Fazer o que? Tenho que ganhar a vida...”⁵⁸

⁵⁸ Entrevista realizada com R.F. – Vendedor autônomo, em 14.10.2006, em uma Avenida no Município de Bauru.

Apesar de a economia informal ser uma das alternativas de sobrevivência encontrada pelas camadas carentes da população, seu avanço pode trazer prejuízos à máquina pública. Uma menor quantidade de pessoas trabalhando formalmente (com registro em carteira) faz com que o Estado arrecade menos com impostos e encargos sociais.

O déficit do Instituto Nacional de Previdência Social (INSS) é um exemplo clássico, uma parcela considerável da população encontra-se na informalidade, o número de contribuições com a Previdência acaba sendo reduzido, gerando o enorme déficit comentado em todos os meios de comunicação.

O avanço da informalidade na economia brasileira poderia ser resultado da alta carga tributária existente no país, como também da pouca qualificação profissional da população.

Para tentar solucionar ou amenizar o problema da informalidade poderia ser por meio da melhoria da qualidade de ensino no país e uma reforma tributária que torne a contratação por vias legais menos onerosa. Outra opção poderia ser as mudanças na legislação trabalhista, com leis mais flexíveis facilitaria as contratações formais.

CONCLUSÃO

A Economia Solidária é um movimento amplo e profundo cujas raízes históricas se encontram nas ações e nas lutas de organizações dos trabalhadores, de movimentos populares, de grupos engajados nas universidades e nas igrejas. Um movimento vivo, dinâmico, que se fortalece e se organiza cada vez mais e que deve contar com apoio de governos.

Nesse processo de organização busca-se a concretização e vivência de novas relações econômicas e sociais que, de imediato, propiciem a sobrevivência e a melhoria da qualidade de vida das pessoas, em diferentes partes do mundo.

As manifestações de Economia Solidária são diversas, dentre as quais se destacam: grupos informais e cooperativas de produção, de consumo solidário ou de serviços; entidades e grupos de crédito solidários como Bancos Comunitários e fundos rotativos; grupos de troca solidária com o uso de moeda social; empresas recuperadas e de autogestão; estabelecimento de cadeias solidárias de produção, comercialização e consumo, entre outras iniciativas.

Na Economia Solidária aprofunda-se uma concepção de desenvolvimento sócio econômico que é ecologicamente sustentável, socialmente justa e economicamente dinâmica, reorganizando os processos de produção, comercialização, consumo, financiamento e desenvolvimento tecnológico com vistas à promoção do bem viver das coletividades e justa distribuição da riqueza socialmente produzida, superando a contradição entre capital e trabalho com base na autogestão dos trabalhadores.

A Economia Solidária é geradora de trabalho emancipado, operando como uma força de transformação estrutural das relações econômicas, democratizando-as e superando a submissão do trabalho em relação ao capital.

Os trabalhadores estão se unindo para fazer Economia Solidária, pois os resultados da economia dominante são muito traumáticos: desemprego, falta de terra para trabalhar, destruição do meio ambiente, ricos ficando cada vez mais ricos e pobres cada vez mais pobres.

A Economia Solidária torna-se uma importante alternativa de inclusão social pela via do trabalho e da renda. Isso é possível quando ocorre a combinação da cooperação, da

autogestão e da solidariedade na realização de atividades econômicas, melhorando a qualidade de vida dos trabalhadores da economia solidária, estabelecendo novas relações entre produtores e consumidores, respeitando o meio ambiente e contribuindo para os movimentos emancipatórios da sociedade.

A proposta da Economia Solidária não surge da formulação teórica de intelectuais da Universidade, mas da experiência prática de trabalhadores que ao longo da história, em diversos países, vêm procurando alternativas frente à desigualdade e à marginalização produzidas pela competição e relações de subordinação características do capitalismo.

Ao longo do desenvolvimento da Economia Solidária, encontram-se experiências de trabalhadores organizados como produtores associados que se reintegram à divisão social do trabalho, podendo competir com empresas capitalistas; pequenos produtores do campo e da cidade que se associam para comprar e vender em conjunto, eliminando intermediários; assalariados que se associam para adquirir em conjunto bens e serviços de consumo, visando ganho de escala; pequenos produtores e assalariados que se associam para reunir suas poupanças em fundos rotativos que lhes permitem obter empréstimos a juros baixos.

Desde a década de 1990, a Economia Solidária é tema de debates, pesquisas acadêmicas, políticas públicas e, principalmente, tem sido experimentada por um número cada vez maior de trabalhadores, desempregados e populações marginalizadas.

Esse movimento forma um setor da economia articulado pelos princípios que o regem, mais do que pelo tipo de atividade econômica que é tão diversa quanto das empresas capitalistas. A aposta daqueles que acreditam na Economia Solidária é que os diversos empreendimentos e atores que dela participam se inter-relacionem, criando assim um setor econômico que gera renda para cada vez mais trabalhadores.

Os empreendimentos populares são assim chamados por serem constituídos por pessoas das camadas mais pobres, em geral sem capital, por iniciativa própria, da comunidade ou pela participação em programas de políticas públicas.

Em Bauru essa inter-relação dos atores, públicos e privados, que participam de empreendimentos originados em programas de geração de trabalho e de renda é, praticamente, inexistente.

Durante este estudo levantou-se informações sobre as ações dos órgãos públicos, privados, instituições, universidades, organismos comunitários e associações nas diversas

áreas do conhecimento e da prática, no que tange os empreendimentos solidários no Município de Bauru.

A conclusão a que se chegou é de que vários setores importantes e seus respectivos representantes, ignoram ou pouco sabem sobre Economia Solidária e seus programas de geração de renda, portanto, isto pode ser considerado um grande gargalo no crescimento econômico de Bauru.

Em todos os estudos realizados até aqui sobre o tema Economia Solidária fica demonstrado que os programas vinculados a ela, só são vitoriosos quando existe a participação efetiva do Estado em todas as etapas.

No Município de Bauru foi justamente o Estado que dificultou este trabalho, muitos órgãos públicos não puderam fornecer subsídios para esta pesquisa, as justificativas foram várias, quando dadas.

Percebe-se o desconhecimento e o despreparo para agir, sobre o tema aqui discutido, em vários departamentos de vários órgãos.

Mas, como diz um velho ditado: “No final do túnel sempre há uma luz”.

No Município existe um trabalho hercúleo sendo realizado pela Secretaria Municipal de Bem-Estar Social, iniciativa de sua Secretária que assumiu a difícil tarefa de articular ações comuns entre todos os atores que possam atuar dentro dos preceitos da Economia Solidária, como solução para a inclusão de uma parcela marginalizada na região.

Fica claro que interagir todos os atores responsáveis pela implantação e fomento da Economia Solidária e dos programas de geração de renda pode ser a saída para a inclusão da base da pirâmide social e o caminho para o crescimento econômico do Município.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca. “Inventando a democracia: distribuição de recursos públicos através da participação popular em Porto Alegre, RS”. In: **Anais do VII Encontro Nacional da ANPUR (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional)**. Recife: UFPE, 1997.

_____. “From clientelism to cooperation: local government, participatory policy and civic organizing in Porto Alegre, Brazil”. **Mimeo**, 1998.

ABRAMOVITZ, Moses. **Thinking about growth**. Chapter 1 – Thinking about growth 1. Chapter 12 – The retreat from economic advance: changing ideas about economic progress. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

ALCÂNTARA, Fernanda Henrique Cupertino. **A Institucionalização das Redes Cooperativas como Modelos de Organização do Trabalho e de Promoção do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, 84 p. Dissertação. Mestrado em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisa - IUPERJ, 2003.

ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão. **Empresa Social e Globalização: administração autogestionária, uma possibilidade de trabalho permanente**. São Paulo: Anteag, 1998.

_____. **Autogestão: construindo uma nova cultura nas relações de trabalho**. São Paulo: Anteag, 2000.

_____. **Economia Solidária e Empreendimentos Autogestionários**. Dados disponíveis em: <http://www.anteag.org.br>. Acesso em: out. 2005.

ARAÚJO, Tarcisio, Alzira MEDEIROS e Lucia PONTES. **Desenvolvimento local sustentável e geração de renda**. In: Bava (org.), *op. cit.*, 1996, p. 103-127.

AYRES, Robert U. **Turning Point – an end to the growth paradigm**. London: Earthscan Publications Ltd, 1998.

BARCELLOS, Jane e Ricardo BELTRÃO. **Instituição Comunitária de Crédito Portosol: construindo uma economia solidária**. In: Singer e Souza (orgs.), *op. cit.*, 2000, p. 161-192.

BAVA, Silvio Caccia (org.). **Desenvolvimento local: geração de emprego e renda** (Publicações Pólis, nº 25). São Paulo: Pólis, 1996 (“Apresentação”, p. 5-7).

BELLAN, Ana Clara Demarchi. **Caminhos e Descaminhos na Construção de um Sistema Público de Emprego: A Participação dos Atores Sociais**. São Paulo, 158 p. Dissertação. Mestrado em Administração Pública e Governo. Fundação Getúlio Vargas – FGV, São Paulo, 2000.

BENDESKY, Leon. **Economía regional en la era de la globalización**. Revista de Comércio Exterior, Vol. 4, n. 11, novembro de 1994. México.

BITTENCOURT, Gilson. **Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito Rural: uma experiência de economia solidária entre os agricultores familiares**. In: Singer e Souza (orgs.), *op. cit.*, 2000, p. 193-218.

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social. Dados disponíveis em: <http://www.bndes.gov.br/empresa/fundos/fat/fat_bndes.asp#recursos>. Acesso em: set.2006.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

BOFF, Leonardo. **Ética e Moral: A busca dos Fundamentos**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2003.

BOYER, Robert. **Estado, mercado e desenvolvimento: uma nova síntese para o século XXI?** Revista: Economia e Sociedade, n. 12, junho. São Paulo: Instituto de Economia da Unicamp, 1999.

BRANCO, Samuel Murgel. **Ecossistêmica – uma abordagem integrada dos problemas do meio ambiente**. 2. ed. Editora Edgard Blücher Ltda, 1999.

BUARQUE, Cristóvam. **O que é apartação**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BRÜSEKE, F. J. O Problema do Desenvolvimento Sustentável. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. 4. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2003.

BURSZTYN, M. (Org.). **Ciência, Ética e Sustentabilidade: Desafios ao Novo Século**. São Paulo: Ed. Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego. **Perfil do Município**. Dados disponíveis em: <http://perfildomunicipio.caged.com.br/Frame_Consultando.asp>. Acesso em: mai.2006.

CAIDEN, Gerald E. e CARAVANTES, Geraldo R. **Reconsideração do Conceito de Desenvolvimento**. Rio Grande do Sul: EDUCS, 1988.

CAMAROTTI, Ilka e SPINK, Peter (Org.). **Parcerias e Pobreza: Soluções Locais na Implementação de Políticas Sociais**. Coleção FGV Prática. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

CARDOSO, Ruth. “Movimentos sociais urbanos: balanço crítico”. In: B. Sorj e M. H. Almeida (orgs.), **Sociedade e política no Brasil pós-64**, São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 215-239.

CÁRITAS Brasileira. **Programas Sociais**. Dados disponíveis em: <http://www.caritasbrasileira.org> . Acesso em: mai. 2006.

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 1997, p. 15-48.

CASTELLS, Manuel e BORJA, Jordi. “As cidades como atores políticos”. In: **Novos Estudos**. CEBRAP, n° 45, 1996, p. 152-167.

CASTORIADIS, Cornelius. “Autogestão e hierarquia”. In: **Socialismo ou barbárie: o conteúdo do socialismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 211-226.

_____. **As encruzilhadas do labirinto II** – Os domínios do homem. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987.

CASTRO, Carlos H., Heloísa PRIMAVERA, Maria Julia PASCALI e Stella WHITAKER. **O Clube de Trocas de São Paulo**. In: Singer e Souza, *op. cit.*, p. 289-302.

CERTO, Samuel C. e PETER, J. Paul. **Administração estratégica: planejamento e implantação estratégica**. São Paulo: Makron Books, 1993.

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. 13. ed. São Paulo: Editora Ática, 2004.

CHESNAIS, François. **Mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CIESP – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo. **Produção Industrial**. Dados disponíveis em: <<http://fiesp.org.br>>. Acesso em: 18/07/2006.

CONSTANZA, Robert. Economia Ecológica: Uma agenda de pesquisa. In: MAY, Peter H. e MOTTA, Ronaldo S. (Orgs). **Valorando a Natureza: Análise Econômica para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1994.

CORRÊA, Luís Oscar Ramos. **Economia Popular, Solidária e Autogestão: o papel da Educação de Adultos neste novo cenário**. Artigo disponível em: <<http://www.milenio.com.br/ifil/rcs/biblioteca/correa.htm>> Acesso em: 19/10/2004.

DATA-ITE – Instituição Toledo de Ensino de Bauru. **Indicadores Econômicos**. Dados disponíveis em: <<http://www.ite.edu.br>>. Acesso em: 13/07/2006.

DOWBOR, Ladislau. **A intervenção dos governos locais no processo de desenvolvimento**. In: Bava (org.), *op. cit.*, 1996, p. 29-44.

DREW, David. **Processos interativos homem-meio ambiente**. Cap. 2 – O homem e a ação do meio físico. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

ECOSOL – Economia Popular Solidária.. **Mapeamento de Economia Solidária no Brasil**. Artigo disponível em: <<http://www.ecosol.org.br/mapeamento.doc>>. Acesso em: 10/05/2006.

ELSTER, Jon. The Market and the Forum: three varieties of political theory. In: J. Elster and A. Hylland (eds.), **Foundations of Social Choice Theory: studies in rationality and social change**, New York: Cambridge University Press, 1986, p. 103-132.

ESCOBAR, Arturo e Sonia ALVAREZ (eds.). **The Making of Social Movements in Latin America: identity, strategy and democracy**. Boulder: Westview, 1992.

EVANS, Peter. **State-Society Synergy: Government and Social Capital in Development**. Berkeley: University of California, 1997.

EVERS, Tilman. De costas para o Estado. In: **Novos Estudos**. CEBRAP, n° 1, 1983, p. 25-39.

FAESP – Federação da Agricultura do Estado de São Paulo. **Produção Agrícola**. Dados disponíveis em: <<http://faespsenar.com.br>>. Acesso em: 29/07/2006.

FERNANDES, Rubem César. **Privado porém público**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FISCHER, Tânia (org.). **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais** – Poderes locais, desenvolvimento e gestão: Introdução a uma agenda. Salvador: Casa da Cultura, 2003.

FRIEDMANN, John. **Planning in the public domain: from knowledge to action**. Princeton: Princeton University Press, 1987.

_____. **Empowerment: the politics of alternative development**. Boston: Blackwell, 1992.

FURTADO, Celso. **Introdução ao Desenvolvimento** – enfoque histórico/estrutural – Cap. II – Desenvolvimento e Subdesenvolvimento: A problemática atual. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2000.

GAIGER, Luiz Inácio (org.). **Formas de combate e de resistência à pobreza**. São Leopoldo: Unisinos, 1996.

_____. O trabalho ao centro da economia popular solidária (**paper**). XXIII Encontro da ANPOCS (Associação Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais), outubro de 1999.

GALVÃO, Antonio Carlos Figueira. **Política de Desenvolvimento Regional e Inovação: Lições para o Brasil da Experiência Européia**. Campinas, 223 p. Dissertação. Doutorado em Economia. Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2003.

GARCIA, Abel Dias. **Microcrédito: Uma Política de Geração de Trabalho e Renda, o Caso do Banco do Povo Crédito Solidário**. São Caetano do Sul, 245 p. Dissertação. Mestrado em Administração. Instituto Municipal de Ensino Superior, São Caetano do Sul, 2003.

GIMENEZ, Denis Maracci. **Políticas de Emprego no Capitalismo Avançado – Trajetória no século XX e o significado da ruptura neoliberal**. Campinas, 114 p. Dissertação. Mestrado em Economia Social e do Trabalho. Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2001.

GUIMARÃES, Gonçalo (org.). **Integrar Cooperativas**. Rio de Janeiro/São Paulo: UNITRABALHO-CNM/CUT, 1999.

HOLZMANN, Lorena. **Operários sem patrão: estudo da gestão das cooperativas industriais Wallig** (Tese de Doutorado em Sociologia). São Paulo: USP, 1992.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dados disponíveis em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 02.06.2006.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Dados Agrícolas**. Dados disponíveis em: <<http://incra.gov.br>>. Acesso em: 13/07/2006.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas. Dados disponíveis em: <<http://www.inep.gov.br/pesquisa>>. Acesso em: 13/07/2006.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Indicadores Econômicos**. Dados disponíveis em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadta?>>. Acesso: 02/08/2006.

JACOBI, Pedro e Marco Antônio TEIXEIRA. Criação de capital social: o caso ASMARE, de Belo Horizonte. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania** (Fundação Getúlio Vargas), n° 2, 1997.

JCNET – Jornal da Cidade de Bauru. **Incubadoras**. Dados disponíveis em: <http://www.jcnet.com.br/busca/busca_2006.php>. Acesso em: 04/10/2006.

LACLAU, Ernesto e Chantal MOUFFE. **Hegemonía y Estrategia Socialista: hacia una radicalización de la democracia**. Madrid: Siglo XXI, 1985.

LAVILLE, Jean-Louis (dir.). “Vers une économie sociale et solidaire?”. In: RECMA – **Revue Internationale de l'Économie Sociale**, n. ° 28, 2001, p. 39-53.

LOMBORG, Bjorn. **O ambientalista cético: medindo o verdadeiro estado do mundo**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2002.

MAGALHÃES, Reginaldo. **Sindicatos, cooperativas e socialismo** (paper para seminário no Instituto da Cidadania (mimeo, maio de 2001).

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. **Sonho e Realidade da Política Social do Governo FHC – Um Estudo sobre a Comunidade Solidária**. Rio de Janeiro, 260 p. Dissertação. Mestrado em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2000.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: EdUnB, 1982.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO. **Programa Economia solidária em Desenvolvimento**. Artigo disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 05/08/2005 e 20/08/2006.

MOISÉS, José Álvaro *et al.* **Contradições Urbanas e Movimentos Sociais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/CEDEC, 1977.

_____. **Cidade, povo e poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/CEDEC, 1982.

MONFREDINI, Maria Isabel. **A Gestão Descentralizada e Participativa da Política de Assistência Social**. Campinas, 168 p. Dissertação. Mestrado em Economia Social e do Trabalho. Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2003.

MORETTO, Amilton José. **Mercado de Trabalho e Políticas de Emprego no Brasil**. São Paulo, 150 p. Dissertação. Mestrado em Economia Social e do Trabalho. Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, Campinas, 2001.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2001.

NAKANO, Marilena. **Anteag: autogestão como marca**. In: Singer e Souza (orgs.), *op. cit.*, 2000, p. 65-80.

NASCIMENTO, Cláudio. Autogestão e economia solidária. In: **Democracia e autogestão** (número especial *Temporaes*). São Paulo: Humanitas (FFLCH/USP), 1999, p. 97-145.

NASCIMENTO, Cláudio. **A autogestão e o “novo cooperativismo”**. Texto para discussão disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 25/07/2005.

NAYYAR, Deepak. **Mundialización y Estratégias de Desarrollo**. X UNCTAD. Mesa Redonda de Alto Nível sobre Comercio y Desarrollo: Orientaciones para el Siglo XXI. Conferencia de las Naciones Unidas sobre Comercio y Desarrollo. Bangkok, 12 de febrero de 2000.

NOBRE, M. “Crescimento econômico” versus “preservação ambiental”. In: NOBRE, M e AMAZONAS, M. C. (Org.). **Desenvolvimento Sustentável: A institucionalização de um conceito**. Brasília, DF: Edições IBAMA, 2002.

NUGENT, Jeffrey. “Between state, market and households: a neoinstitutional analysis of local organizations and institutions”. In: **World Development**, vol. 21, nº 4, 1993, p. 623-632.

NUÑEZ, Orlando. **El manifiesto asociativo y autogestionario**. Manágua: CIPRES, 1998.

ODA, Nilson Tadashi. **Sindicato e cooperativismo: os metalúrgicos do ABC e a UNISOL Cooperativas**. In: Singer e Souza (orgs.), *op. cit.*, 2000, p. 93-107.

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política**. São Paulo: Braziliense, 1989.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1993.

OLIVEIRA, Francisco. **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita**. São Paulo: Vozes, 1997.

_____. **Políticas do antivalor, e outras políticas**. In: Haddad, *op. cit.*, 1998, p. 87-100.

_____. “Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal”. In: Oliveira, F. e Paoli, M. C. (orgs.). **Os sentidos da democracia: política do dissenso e hegemonia global**. Petrópolis: Vozes, 1999.

OSTROM, Elinor. **Crossing the great divide: coproduction, synergy, and development**. In: Evans (ed.), *op. cit.*, 1997, p. 85-118.

PELIZZOLI, M. L. **Correntes da ética ambiental**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2004.

PEREIRA, Maria Izabel. **Cooperativas de trabalho: o impacto no setor de serviços**. São Paulo: Pioneira, 1999.

PINHEIRO, Márcia Baraúna. **Cultura e Economia: Faces da Mesma Moeda? Análise do Projeto Economia de Comunhão em Perspectiva Cultural**. São Paulo, 176 p. Dissertação. Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP, 2000.

PORTAL Nosso São Paulo. **O Município de Bauru**. Disponível em: <<http://www.nossosaopaulo.com.br>>. Acesso em: 01/08/2006.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996 (tradução de *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*, 1993).

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. O pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões. In: LANG, Alice Beatriz da Silva G. (org.). **Reflexões sobre a Pesquisa Sociológica**. São Paulo: CERU – Centro de Estudos Rurais e Urbanos, 1992.

RATTNER, Henrique. **Tecnologia e Sociedade**. Revista Espaço Acadêmico, n. 48, maio de 2005. São Paulo.

ROSSI, Amélia do Carmo Sampaio. **O cooperativismo como movimento social de resgate a cidadania a luz dos princípios constitucionais**. Paraná, 119 p. Dissertação. Mestrado em Direito. Universidade Federal do Paraná, 2003.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de Transição para o Século XXI – Desenvolvimento e Meio Ambiente**. São Paulo: Studio Nobel, Fundap, 1993.

_____. Desenvolvimento Incluyente e trabalho para todos. In: SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, Edno O. dos. **Administração Financeira da Pequena e Média Empresa**. São Paulo: Atlas, 2001.

SANTOS, José Vicente T. dos. A aventura sociológica na contemporaneidade. In: ADORNO, Sergio (org.). **A Sociologia entre a Modernidade e a Contemporaneidade**. Rio Grande do Sul: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1993.

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Banco do Povo**. Dados disponíveis em: <<http://www.seade.gov.br/sert/jornal>>. Acesso em: out. 2005.

SECEX – Secretaria de Comércio Exterior. **Exportação e Importação**. Dados disponíveis em: <<http://desenvolvimento.gov.br/sitio/secex>>. Acesso em: 30/07/2006.

SENAES- Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Mapeamento de EES para o SIES**. Artigo disponível em: <<http://www.sies.mte.gov.br>>. Acesso em: 25/05/2006.

SERT – Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho. **Banco do Povo**. Dados disponíveis em: <<http://www.emprego.sp.gov.br>>. Acesso em: 07/07/2006.

SERT – Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho. **Indicadores Econômicos**. Dados disponíveis em: <<http://www.emprego.sp.gov.br>>. Acesso em: 07/07/2006.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. Biblioteca Virtual. Disponível em: <<http://www.sebrae.org.br>>. Acesso em: 07 ago. 2006.

SESI – Serviço Social da Indústria. **Perfil do Trabalhador formal**. Artigo disponível em: <<http://www.sesi.org.br/pesquisa/src/perfildotrabalhador.pdf>>. Acesso em: 02/08/2006.

SILVA, Gabriela Scur e VINHAS, Ana Paula. **A Economia Solidária como Alternativa ao Desenvolvimento Econômico**. Artigo disponível em: <<http://www.flem.org.br/Eventos/2004/01/GestoresPublicosParceiros>>. Acesso em: 10/10/2005.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. “Oito hipóteses sobre a implantação do socialismo via autogestão” (texto transcrito do seminário “Autogestão e socialismo”, organizado pelo grupo de estudos Castoriadis, do Centro Acadêmico de História, FFLCH-USP, em agosto de 1997), in: **Democracia e Autogestão** (número especial *Temporaes*), São Paulo, Humanitas (FFLCH-USP), 1999, p. 23-32.

_____. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil**. In: <http://www.ces.fe.uc.pt/emancipa> (projeto “Reinvenção da Emancipação Social”), 2001.

_____. **Introdução à Economia Solidária**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____ e BRANT, Vinícius (orgs.). **São Paulo: o povo em movimento**. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____ e MACHADO, João. **Economia socialista**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____ e SOUZA, André. **Economia solidária no Brasil: a autogestão contra o desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SOARES, José Arlindo e BAVA, Silvio Caccia (orgs.). **Os desafios da gestão municipal democrática**. São Paulo: Cortez, 1998.

SPINK, Peter e Roberta CLEMENTE (orgs.). **20 experiências de gestão pública e cidadania**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

TARROW, Sidney. **Power in movement: social movements, collective action and politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **Conselhos de políticas públicas: efetivamente uma nova institucionalidade participativa?**. In: Carvalho, M. C. e A. C. Teixeira (orgs.), *op. cit.*, 2000, p. 99-119.

TENDLER, Judith. **Bom governo nos trópicos: uma visão crítica**. Rio de Janeiro: Revan/ENAP, 1998 (tradução de **Good government in the Tropics**, 1996).

TIRIBA, Lia Vargas. **A economia popular solidária no Rio de Janeiro: tecendo os fios de uma nova cultura do trabalho**. In: Singer e Souza (orgs.), *op. cit.*, 2000, p. 221-243.

VERGARA, Sylvia Constant e CORREA, Vera Lúcia de Almeida (Org.). **Propostas para uma Gestão Pública Municipal Efetiva**. Coleção FGV Prática. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

VILLAS-BOAS, Renata (org.). **Participação popular nos governos locais** (Publicações Pólis, n° 14). São Paulo: Instituto Pólis, 1994.

YAZBEK, Maria Carmelita. "A política social brasileira nos anos 90: a refilantropização do social". In: **Cadernos ABONG**. São Paulo: ABONG, 1995, p. 7-19.

WIKIPÉDIA – A Enciclopédia Livre. **O Município de Bauru**. Artigo disponível em: <<http://pt.wikipedia.org>>. Acesso em: 25/07/2006.

ANEXOS

ANEXO A – Ótium2 Nabox D e Ótium2Nabox

Ótium2



Ótium2

contato

Rogério A. Morais
 Fones (14) 3018-2803 / (14) 8118-3658
 E-Mail rogerio@otium2.com.br
 MSN ramorais@hotmail.com



Ótium2 Tecnologia

Incubadora de Empresas de Base Tecnológica de Bauru
 Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, nº 14-01 - Sala 2
 Campus da Unesp - Cep 17.033-360
 Fone: (14) 3018-2803/Cel: (14) 8118-3658
 Bauru/SP

Ótium2

Ótium2 Tecnologia



palmtops com rede sem fio
 integrada (wireless)

aplicações comerciais e industriais

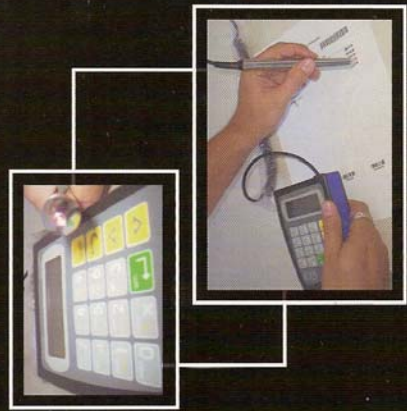


A Ótium2 Tecnologia é uma empresa especializada em hardware e software com foco na praticidade e alta produtividade.

Nossos palmtops são projetados para o exigente dia-a-dia das aplicações comerciais e industriais. Integrados com a tecnologia de comunicação sem fio, as informações podem ser inseridas, editadas ou consultadas em qualquer lugar dentro da área de cobertura da base de comunicação.

Periféricos, como canetas leitoras de código de barras, podem ser integrados aos palmtops agilizandoo os processos de apontamento de informações.

A arquitetura é bastante flexível e permite fácil integração com quaisquer softwares de gestão empresarial ou industrial.



Ótium2 Nabox D palmtop



Com design compacto, moderno e ergonômico em um gabinete plástico resistente, o palmtop Nabox D é ideal para aplicações que exigem uso contínuo e diário. Possui tecnologia de comunicação sem fio por rádio frequência, teclado sensível ao toque e autonomia para 20 horas de trabalho com apenas 2 pilhas AA que acompanham o kit.

Processador	20Mhz de baixo consumo
Tela	LCD monocromático, 128x32 pontos
Memória	Até 2Mb não-voláteis para dados
Teclado	Sensível ao toque, 16 teclas
Comunicação sem fio	Rádio frequência 2,4Ghz, criptografia
Bateria	2 pilhas AA NIMH 2100 mAh
Dimensões	7,2 x 10,6 x 2 cm
Peso	200g



Ótium2 Nabox palmtop c/ caneta óptica

Com a conveniência da caneta óptica leitora de código de barras, é possível elaborar relatórios inteligentes que permitam realizar diversos apontamentos simultâneos usando um único documento.

O relatório de ordem de produção de uma indústria pode ser elaborado para conter diversas áreas com pequenos códigos de barras identificando números, ações, etapas, matérias-primas, etc., para que sejam apontadas diversas informações em uma única operação. É prático, ágil e de fácil integração com o sistema de gestão via rede sem fio.

Processador	20Mhz de baixo consumo
Tela	LCD caracter, 4 linhas x 20 colunas
Memória	Até 2Mb não-voláteis para dados
Teclado	Membrana, 16 teclas
Comunicação sem fio	Rádio frequência 2,4Ghz, criptografia
Bateria	3 pilhas AA NIMH 2100 mAh
Caneta	Resolução 0,1 mm, leitura 0° a 45°
Dimensões	9,3 x 13 x 3,1 cm
Peso	320g

ANEXO B – MAFER – Máquinas e Ferramentas

**A empresa MAFER
(Máquinas e Ferramentas)**

**oferece inovação,
segurança e eficiência no
transporte de tambores e
bombonas. Utilizado
principalmente na área
industrial, o equipamento
se difere dos demais
encontrados no mercado
por apresentar projeto e
mecanismos inéditos.**

MAFER
Máquinas e Ferramentas

Incubadora de Empresas de Base Tecnológica de Bauru
Av. Eng. Luiz Edmundo Carrão Coube, nº 14-01
Campus da Unesp - Cep 17.033-360
Fone: (14) 3203-3574
materjosepita@bol.com.br
Bauru/SP

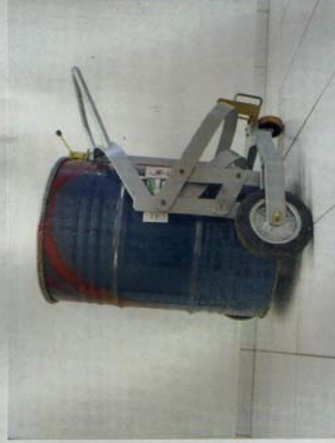
MAFER
Máquinas e Ferramentas

Atenta aos objetivos das empresas na preservação da saúde e da segurança do trabalhador, a empresa desenvolveu o carrinho com foco no fácil manuseio e no transporte seguro de bombonas e tambores.

O design diferenciado permite que o objeto a ser transportado esteja bem posicionado, resultando em segurança na realização do serviço. Os sistemas totalmente mecânicos facilitam o manuseio do equipamento, possibilitando o uso por pessoas de ambos o sexo.

Benefícios para as empresas e usuários:

- É um equipamento desenvolvido para oferecer segurança no trabalho onde movimentam tambores.
- É eficiente e prático em espaços amplos ou reduzidos.
- Economiza tempo e esforço físico.
- Mulheres também podem manipular com facilidade e segurança.



Características técnicas:

- O equipamento é totalmente mecânico.
- Altura regulável, dependendo do tambor.
- transporta tambores e bombonas de diversos tamanhos de até 300 Kg.
- O peso do carrinho é de 50 Kg aproximadamente.

ANEXO C – HellCamp – Caracol

OPCIONAIS:

- Bateria autônoma 12V - R\$130
- Geladeira de 80lts CÔNSUL. (110V ou 220V) - R\$780
- Geladeira Elber 12V automotiva de 80L - R\$1900,00
- Carregador de Bateria - R\$60,00
- Inversor de potência 12V-110V - R\$1000,00.
- Climatizador 12v automotivo RESFRI-AR ou equivalente - R\$650
- Fogão duas bocas a gás de embutir, com acendimento automático Fischer (RS400) (Necessária a instalação da bancada de granito Bancada da pia em granito (Cor e padrão da pedra a escolher).
- Televisão trivolt 12 v/110V/220V colorida 12pol. - R\$750,00
- Televisão 15pol. Tela Plana LG + DVD player ambos 110V - R\$1200,00
- Home Theater com som 5.1 canais. - R\$ 300,00
- Antena SKY - preço sob consulta e serviço dependente de assinatura
- Opcional do acabamento externo em fibra de vidro branco com o acréscimo de R\$1200. (Outras cores automotivas sob consulta).

Dependendo dos opcionais escolhidos, a versão completa pode chegar ao valor aproximado de R\$20.000.

- Enviamos para todo Brasil. (Frete não incluso).
- Entregamos gratuitamente em qualquer município do estado de São Paulo.

Faça já a sua encomenda!
Prazo de entrega – 30 dias.

HELLCAMP®
www.hellcamp.com.br
 (14) 9705-6100 ou (14) 3018-5530

HELLCAMP®

Vista interna (cama).

Vista interna.





HELLCAMP®



Mini Trailer Caracol®



Descrição do trailer:

O Mini-Trailer Caracol é um projeto inovador na área de veículos de recreação no Brasil. Compacto e completo, supre todas as necessidades de um casal em viagem, com todo o conforto de sua própria casa. Sala com sofá, televisão, DVD, quarto com cama de casal e cozinha completa, fogão a gás com acendimento automático, geladeira de 80 litros e pia. Durante o dia a cama Queen-Size se transforma em sofá.

O amplo bagageiro na parte inferior do trailer garante muito espaço para bagagens e roupas, conferindo um CG muito baixo, resultando numa excelente estabilidade na estrada. Leve e aerodinâmico, pode ser rebocado até por automóveis 1.0. Para maior conforto e segurança aconselhamos o uso de veículos com litragem a partir de 1.4.

Cabe em qualquer vaga de garagem, incluindo as garagens subterrâneas de apartamentos.

NAO EXIGE CARTEIRA DE HABILITAÇÃO ESPECIAL como os trailers grandes. Perante a lei, é classificada como : **Carreta de carga até 500 kg**, o que possibilita o uso do trailer por motoristas que possuem CNH categoria B.

Dimensões:

Altura: 1,5m
Largura: 1,8m
Comprimento: 2,5m (descontando-se a lança de engate)

Comprimento Total: 3,5m.

Nota: Menor que um Ford Ka (3.67m)

Peso total sem carga (TARA) - 380 kg

Peso bruto total (LOTACÃO) - 500 kg

Rodas e Pneus: Rodas em aço estampado aro 15" com pneus 195/65 R15,

adornados com faixas brancas NOVOS necessários para empacamento incluso.

(Consultar desconto para pneus remoldados ou recauchutados).

Pneus e rodas maiores, esportivas, de liga leve, sob consulta.

Suspensão independente, elástica por torção, com braços em aço e cordões de borracha (exclusividade Helteamp)

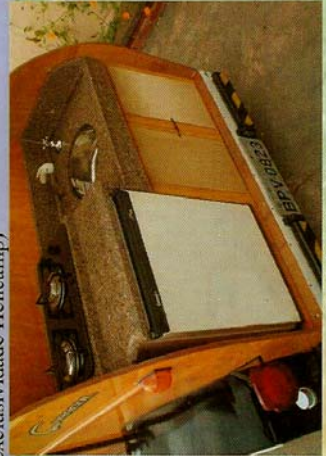
(O modelo da foto possui fogão de embutir Fischer, refrigerador Cònsul e pia de inox com bancada em granito).

A versão básica conta com:

- Cama Queen-Size (1,88m X 1,25m),
- Transformador 110/220v com 1000W de potência.
- Iluminação interna e tomadas 110/220V.
- Cuba de inox e bancada de madeira revestida em Fòrmica imitação de granito na cozinha.
- Fogão duas bocas de camping (fogão de mesa).
- Teto Solar (não aparece na foto).
- Sistema autônomo de água com tubulações em PVC, composto por tanque de 20L com bomba elétrica 12v, tanque de esgoto 20L (holding-tank) e torneira da pia com ducha retrátil.
- Sistema 12V ligado na bateria do veículo através da tomada de engate (permite o acionamento da iluminação interna/externa e bomba d'água sem bateria autônoma).
- Caixa Térmica de 25L.
- Biombo desmontável em tecido ao redor das portas.
- Acompanha um jogo de mesa + 4 cadeiras dobráveis de aço, guarda-sol e gazebo (tenda) personalizados.
- Capa de proteção no formato do trailer.

PREÇO: R\$ 12.500,00

A partir do preço base, podem ser acrescentados os opcionais a seguir:



Cozinha Completa

ANEXO D – Módulos do Curso de Corte e Costura do NAF/Jaraguá



PROJETO: CURSO DE CORTE E COSTURA DOMÉSTICO Núcleo de Apoio Sócio-Familiar – NAF/Jaraguá

Conteúdo Programático

O Curso desenvolverá as capacidades básicas e específicas, indispensáveis as exigências do mundo do trabalho, conhecimentos e habilidades relativas às atividades ocupacionais, utilizando técnicas expositivas e, indispensavelmente, vivências práticas.

O conteúdo dos módulos serão sub-divididos em conhecimentos: básicos, específicos e vivências adequadas para a melhor assimilação das atividades abordadas. O conteúdo programático será aplicado em 05 Módulos de Conhecimentos Básicos e 04 Módulos de Conhecimentos Específicos de atividades, podendo sofrer modificações durante o seu desenvolvimento ou após avaliação técnica. Os desenvolvimentos dos módulos básicos acontecerão de forma concomitante aos Módulos de Conhecimentos Específicos, onde serão criadas estratégias para a aplicação e desenvolvimento das informações complementares.

A seguir serão descritos os módulos a serem aplicados nos grupos de treinamentos:

MÓDULOS DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Módulo de Conhecimento Específico I – Conhecimento Mecânico

- ✓ Medidas de proteção contra acidentes pessoais e normas de segurança
- ✓ História da moda
- ✓ Nomenclatura das Máquinas
- ✓ Conhecimento dos componentes mecânicos das máquinas
 - Partes, Acessórios, Conectando e acionando a máquina, Seletores, Trocando sapatilha, pé-calçador e agulha, montando a cobertura dos dentes
- ✓ Estudo dos manuais de operações das máquinas
- ✓ Preparando a máquina para costura
- ✓ Ajuste e Regulagens das Máquinas
- ✓ Operações de Máquinas de Costura
- ✓ Nomenclatura e utilização de agulhas, tecidos e linhas

Módulo de Conhecimento Específico II - Inicial

- ✓ Costura em linhas retas, paralelas, em ângulos e cantos
- ✓ Costurar e rebater
- ✓ Costurar bainha
- ✓ Costurar tiras
- ✓ Chulear
- ✓ Pregar botões
- ✓ Cerzidos e remendos
- ✓ Aplicar quadradados
- ✓ Costurar em curvas e cantos concavos e convexos
- ✓ Arremates

Exercícios:

- Perfurar exercícios em papel
- Realizar: tapete, bolsa, gola, punho, manga, cavas, gancho, vistas, bolsos externos e embutidos, cós, tec.



PROJETO: CURSO DE CORTE E COSTURA DOMÉSTICO Núcleo de Apoio Sócio-Familiar – NAF/Jaraguá

- Avaliação

☞ Módulo de Conhecimento Específico III - Intermediário

- ✓ 18 Funções de costura.
 - Costura reta à esquerda.
 - Costura reta central.
 - Costura reta à direita.
 - Ponto ziguezague 1,5 mm.
 - Ponto ziguezague 3,0 mm.
 - Ponto ziguezague 4,5 mm.
 - Ponto ziguezague 6,0 mm.
 - Bordado em ponto matiz.
 - Prega zíper e botões.
 - Caseado manual de 4 passos.
 - Costura com agulha dupla.
 - Aplicações e monogramas.
 - ✓ Aplicação de aviamentos
 - ✓ Aplicação de medidas e moldes para confecção de peças: camisa masculina, blusa feminina, calça masculina, calça feminina, saia e bolsa
- Exercícios:
- Costurar exercícios em tecido
 - Realizar exercícios referentes a aprendizagem e confeccionar os moldes específicos relacionados.
 - Avaliação

☞ Módulo de Conhecimento Específico VI - Avançado

- ✓ Aplicação dos moldes e confecção de camisa masculina, blusa feminina, calça masculina, calça feminina, saia e bolsa
 - ✓ Ajustes e Reformas de Roupas
 - ✓ Estilismo e arte em confecção
- Exercícios:
- Costurar exercícios em tecido
 - Realizar exercícios referentes a aprendizagem e confeccionar os moldes específicos relacionados.
 - Avaliação

MÓDULOS DE CONHECIMENTOS BÁSICOS

☞ Módulo de Conhecimento Básico I - Aspectos Éticos e Legais do trabalho

- ✓ Direitos dos trabalhadores
- ✓ Deveres dos trabalhadores
- ✓ A ética do trabalhador
- ✓ A relação: Empregado X Empregador X Prestador de Serviços x Mercado



PROJETO: CURSO DE CORTE E COSTURA DOMÉSTICO Núcleo de Apoio Sócio-Familiar – NAF/Jaraguá

- ✓ Vivências Básicas durante a aplicação dos Módulos de Conhecimentos Específicos

☞ *Módulo de Conhecimento Básico II - A Conquista do Emprego*

- ✓ As transformações no mercado de trabalho.
- ✓ Início de novas atitudes.
- ✓ Traçar objetivos para busca de um novo objetivo de vida.
- ✓ Onde procurar um emprego ou de trabalho?
- ✓ Conhecer o mercado de trabalho.
- ✓ Confeção de currículos - conteúdo, estética e direcionamento.
- ✓ A entrevista, apresentação e comportamento na entrevista de emprego.
- ✓ Táticas para se destacar na entrevista de emprego.
- ✓ Vivências Básicas durante a aplicação dos Módulos de Conhecimentos Específicos

☞ *Módulo de Conhecimento Básico III – Planejamento, Finanças e Custos*

- ✓ Finanças e custos
- ✓ Balanços e fontes de Aplicações
- ✓ Custo total
- ✓ Custos de Produção
- ✓ Métodos de Formação de Preços
- ✓ Determinação do Ponto de Equilíbrio
- ✓ Capital de Giro
- ✓ Conceito de Juros
- ✓ Fluxo de Caixa
- ✓ Planejamento e Controle Financeiro
- ✓ Compra, venda e Orçamento
- ✓ Tipos e Fontes de Financiamentos
- ✓ Vivências Básicas durante a aplicação dos Módulos de Conhecimentos Específicos

☞ *Módulo de Conhecimento Básico IV – Planejamento e Elaboração do Plano de Negócio*

- ✓ Introdução ao Plano de Negócios
- ✓ Problemas que o Novo Negócio passa na sua criação e implantação
- ✓ Gerência de Pessoal
- ✓ Administração do Tempo
- ✓ Preparação e Elaboração do Plano de Negócios
- ✓ Vivências Básicas durante a aplicação dos Módulos de Conhecimentos Específicos

☞ *Módulo de Conhecimento Básico V – Estratégias de Marketing e Comercialização do Produto*

- ✓ Pesquisa de Mercado
- ✓ Pesquisa de Produto
- ✓ Estratégias de Vendas
- ✓ Concorrência do Produto
- ✓ Marketing Pessoal e do Produto
- ✓ Plano de Negócios e Marketing
- ✓ Vivências Básicas durante a aplicação dos Módulos de Conhecimentos Específicos



PROJETO: CURSO DE CORTE E COSTURA DOMÉSTICO Núcleo de Apoio Sócio-Familiar – NAF/Jaraguá

. Atendimento sócio-profissional do Coordenador

O atendimento junto aos alunos do curso será realizado pelo Coordenador em conjunto com o Instrutor do Curso e estagiário de intervenção do Serviço Social, através de intervenções grupais e individuais que visem a ampliação dos conhecimentos e habilidades para o trabalho do grupo.

Serão enfoques básicos da atuação do Assistente Social, apoiado pelo estagiário de intervenção de Serviço Social, as abordagens elencadas abaixo:

- Planejamento do conteúdo programático e contatos necessários para a realização do curso;
- Divulgação das inscrições;
- Seleção dos participantes;
- Acompanhamento sócio-profissional dos alunos durante o curso;
- Encaminhamento dos alunos, conforme avaliação técnica, aos recursos disponíveis na rede de Assistência, Saúde, Educação, Habitação, Profissionalização, entre outros;
- Encaminhamentos dos participantes aos recursos de intermediação de encaminhamento ao mercado de trabalho;
- Acompanhamento dos encaminhados ao mercado de trabalho, durante 3 meses após a conclusão do curso.
- Avaliação dos resultados em equipe

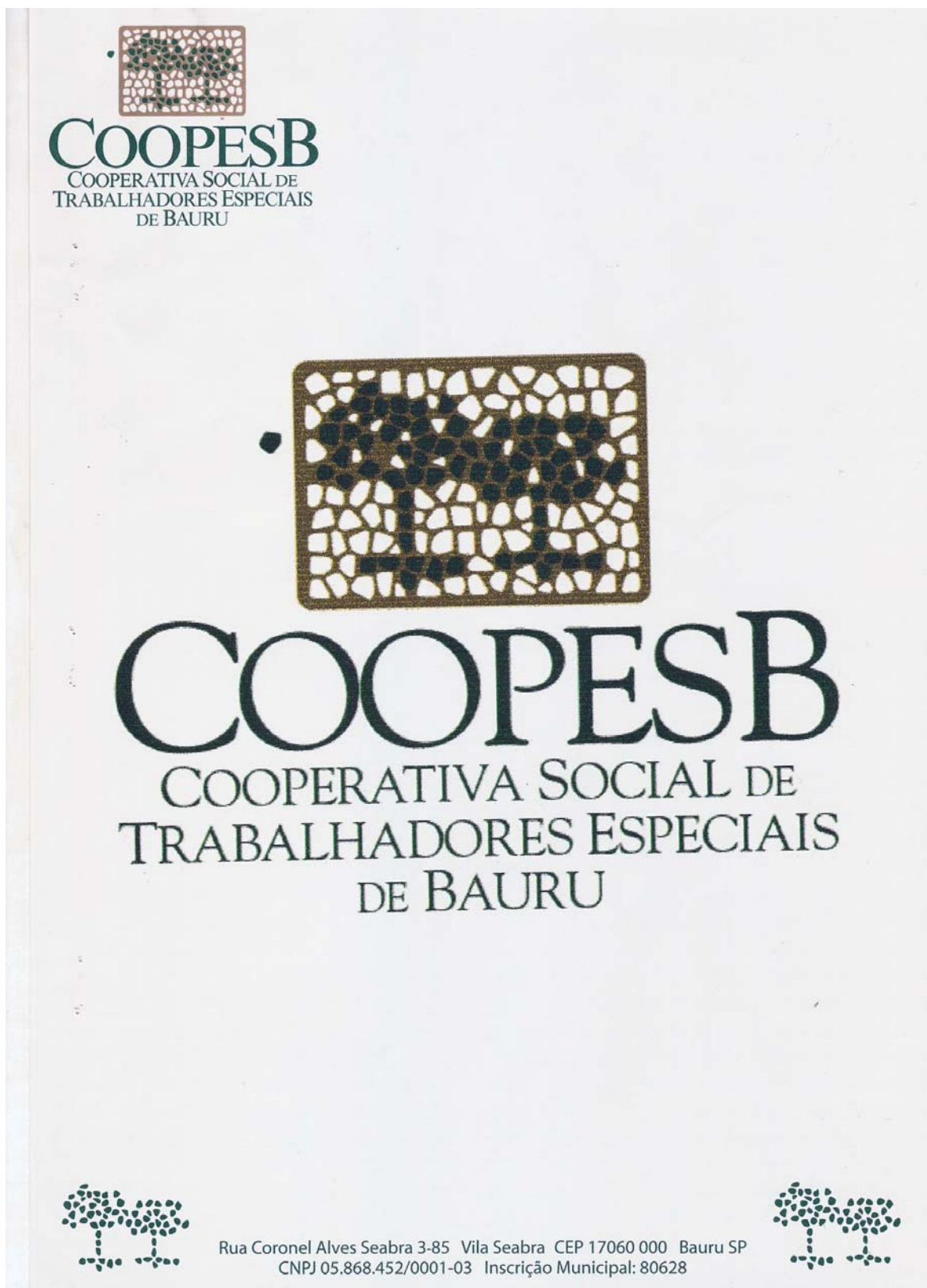
Serão atribuições do Instrutor de Cursos:

- Planejamento Conteúdo Programático do Curso
- Elaboração dos planos de aulas;
- Chamada diária e comunicação da segunda falta consecutiva do aluno ao Assistente Social;
- Acompanhamento da aprendizagem do aluno e avaliação
- Acompanhamento do processo de comercialização da produção
- Avaliação dos resultados em equipe

Ao término de cada curso, os alunos concluintes serão encaminhados aos recursos de recrutamento, seleção e encaminhamento profissional a fim de serem absorvidos pelo mercado formal de trabalho, prestação de serviços ou ainda serem inseridos no universo do trabalho autônomo através da aquisição de equipamentos pelo Financiamento Solidário.

. Seleção, Indicação e Acompanhamento para Financiamento Solidário

A Economia Solidária não pode ser vista apenas como um movimento econômico, é necessário que esteja ligada a outros movimentos sociais que buscam a melhoria de qualidade de vida da população em geral, como por exemplo, a inclusão produtiva. Dessa forma, cria-se o Financiamento Solidário que destinará aos alunos que se destacarem no curso a possibilidade de adquirirem seu equipamento de trabalho através da compra do equipamento pela Fundação Toledo e repasse ao aluno sem juros, através do pagamento em parcelas mensais..

ANEXO E – COOPESB – Cooperativa Social de Trabalhadores Especiais de Bauru

ANEXO F – Serviços do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal do Bem-Estar Social****1 – Núcleo Específico – Formação Profissional**

Compreender as habilidades específicas, definidas através de conhecimentos técnicos e competências desenvolvidas nas áreas dos cursos artesanais.

2 – Núcleo Básico - Desenvolvimento pessoal e de cidadania.

Este núcleo tem objetivo desenvolver nos participantes aspectos importantes ao seu desenvolvimento pessoal visando facilitar a convivência grupal e relações interpessoais, além de outros aspectos cognitivos e relacionais como raciocínio, capacidade de abstração necessária tanto para o trabalho como para a convivência grupal e de definição de papéis na sociedade; conforme detalhamento abaixo:

- Higiene e apresentação pessoal
- Auto - estima
- Motivação
- Trabalho em equipe
- Liderança
- Qualidade de vida
- Ética
- Comunicação

3 - Núcleo Gerencial

Compreendido como desenvolvimento de competências de autogestão, associadas a de empreendedorismo e empregabilidade fundamentais para a geração de trabalho e renda, abrangendo a reflexão e discussão das seguintes temáticas:

- Empreendedorismo
- Cooperativismo
- Associativismo
- Economia Solidária
- Gestão de negócios
- Empregabilidade
- Fontes de financiamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal do Bem-Estar Social

VII - SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A avaliação do projeto será constante e sistemática permitindo a identificação dos erros / acertos, o que possibilita um redirecionamento das ações, se necessário, objetivando o aprimoramento do projeto.

A avaliação será participativa, desenvolvida durante todo o processo.

Alguns indicadores de resultados e instrumentais deverão nortear a avaliação e monitoramento.

Indicadores de Monitoramento:	Instrumentos:
<ul style="list-style-type: none"> • Índice de procura pelos cursos oferecidos • Índice de frequência nos cursos • Índice de participação e iniciativa nos núcleos básicos e gerenciais • Índice de aprendizado. • Índice de participação em oficinas de produção. • Índice de participação em feiras/ eventos e comercialização dos produtos.. • Cadastro em fontes de financiamento. 	<ul style="list-style-type: none"> • Número de inscrições • Ficha de frequência • Ficha de frequência/ ficha de avaliação. • Análise de situação • Testes, provas, observação. • Números de inscritos e depoimentos. • .Análise situacional, análise de produção e qualidade. • Comprovante de inscrição
Indicadores de Impacto	Instrumentos
<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria da renda familiar. 	<p>Depoimentos, entrevistas e visitas domiciliares.</p>

VIII – RECURSOS NECESSÁRIOS

➤ **Financiamento**

Av. Dr. Nuno de Assis, 14-60 – Jd. Santana – Cep. 17020-310- Bauru/SP E-mail: bemestar@bauru.sp.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal do Bem-Estar Social

8.1 Equipe Mínima para atender 15 alunos para curso de 50 horas (massa caseira / artesanato)

FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA	CUSTO POR HORA	CUSTO POR CURSO
01 assistente social	40 horas	R\$ 6,18	R\$ 247,20
01 psicóloga	20 horas	R\$ 4,07	R\$ 81,40
01 monitor	40 horas	R\$ 2,52	R\$ 100,80
01 administrativo	40 horas	R\$ 2,50	R\$ 100,00
TOTAL			R\$ 529,40

Obs: A manutenção mensal (água, luz, telefone e outros) estão incluídos no financiamento.

8.2 Contrapartida da Entidade (equipe de apoio)

FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA	CUSTO POR HORA	CUSTO POR CURSO
01 Estagiário Serviço Social	40 horas	R\$ 2,51	R\$ 100,40
01 Estagiário de Psicologia	20 horas	R\$ 2,51	R\$ 50,20
01 motorista	40 horas	R\$ 2,54	R\$ 101,60
01 servente de limpeza	40 horas	R\$ 2,45	R\$ 98,00
TOTAL			R\$ 350,20

8.3 RECURSOS MATERIAIS NECESSÁRIOS (para 15 alunos)

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	CUSTO POR CURSO
lanche	375 – 25 dias de curso	R\$ 375,00
material	50 horas/ curso	R\$ 700,00
TOTAL		R\$ 1075,00

9.0 Equipe Mínima para atender 15 alunos para curso de 20 horas (artesanato)

➤ **Financiamento**



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal do Bem-Estar Social

FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA	CUSTO POR HORA	CUSTO POR CURSO
01 assistente social	20 horas	R\$ 6,18	R\$ 123,60
01 psicóloga	10 horas	R\$ 4,07	R\$ 40,70
01 monitor	20 horas	R\$ 2,52	R\$ 50,40
01 administrativo	20 horas	R\$ 2,50	R\$ 50,00
TOTAL			R\$ 264,70

Obs: A manutenção mensal (água, energia elétrica, telefone e outros) estão incluídos no financiamento.

9.1 Contrapartida da Entidade (equipe de apoio)

FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA	CUSTO POR HORA	CUSTO POR CURSO
01 Estagiário Serviço Social	20 horas	R\$ 2,51	R\$ 50,20
01 Estagiário de Psicologia	10 horas	R\$ 2,51	R\$ 50,20
01 motorista	20 horas	R\$ 2,54	R\$ 50,80
01 servente de limpeza	20 horas	R\$ 2,45	R\$ 49,00
TOTAL			R\$ 200,20

9.2 RECURSOS MATERIAIS NECESSÁRIOS (para 15 alunos)

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	CUSTO POR CURSO
lanche	150 – 10 dias de curso	R\$ 150,00
material	20 horas/ curso	R\$ 350,00
TOTAL		R\$ 500,00

Obs: Os valores salariais são correspondentes à grade salarial da Prefeitura Municipal de Bauru.

ANEXO G – Banco do Povo Paulista

Banco do Povo Paulista

**Acreditando em
quem produz**

Se você precisa:

Comprar máquinas, equipamentos, ferramentas,
mercadorias e matérias-primas.

Consertar máquinas e equipamentos.

Procure o Banco do Povo Paulista

Uma parceria entre o Governo do Estado de São Paulo
e a Prefeitura Municipal.

Visite nosso site: www.bancodopovo.sp.gov.br

Procure o Banco do Povo Paulista em seu Município

Para ter direito ao crédito você precisa:

- Estar produzindo no Município há mais de 6 meses, com firma aberta ou não.
- Residir ou ter negócio há mais de 2 anos no Município e ter endereço fixo.
- Ter nome limpo no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) e no SERASA.
- Ter o total de vendas menor que R\$ ~~87.300~~ ^{150.000} nos últimos 12 meses.

Crédito sujeito à análise

Valores de financiamento:

- Pessoa Física ou Pessoa Jurídica: de R\$ 200 até R\$ 5.000.
- Cooperativas e Associações Legalizadas: de R\$ 200 até R\$ 25.000.

Prazos de financiamento:

- Capital de giro: até 6 meses.
- Investimento fixo: até 18 meses.
- Prestações mensais fixas.

Taxa de financiamento:

- Taxa de juros: 1,0 % ao mês **E MAIS NADA !!!**

Garantias exigidas:

- AVALISTA: Pessoa física, com nome limpo no SPC e no SERASA.
(Pode ser parente de 1º grau, que não more na mesma casa)
- Alienação dos bens financiados.

Documentos necessários:

- Para Empresas Registradas:
 - 1) Contrato Social e Alterações;
 - 2) Cartão CNPJ; Inscrição Estadual e Municipal;
 - 3) Identidade e CPF dos sócios e dos cônjuges;
 - 4) Comprovante de residência dos sócios;
 - 5) 3 (três) orçamentos do bem a ser financiado.
- Para quem trabalha por conta própria (negócio não registrado):
 - 1) Identidade e CPF dos sócios e dos cônjuges;
 - 2) Comprovante de residência dos sócios;
 - 3) 3 (três) orçamentos do bem a ser financiado.
- Para Avalistas:
 - 1) Identidade e CPF dos avalistas e dos cônjuges;
 - 2) Comprovante de residência;
 - 3) Comprovante de rendimentos.

12 x 53.31

→ EMPRESTIMO DE R\$ 600,00

Banco do Povo Paulista
Rua Gustavo Maciel, 11-49
Centro - Bauru - SP

6 x 103.53

639.72

621.18



Secretaria do Emprego
e Relações do Trabalho

